

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	02
BALANÇOS PATRIMONIAIS	08
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	12
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	13
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	14
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	16
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A. - RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	75
PARECER DO CONSELHO FISCAL	76
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES	76
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	77

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração do Banco Industrial e Comercial S.A. (BICBANCO) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2014. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressaltados de forma diferente, são demonstrados em base consolidada abrangendo suas empresas controladas e os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) e em moeda nacional (Reais - R\$). As demonstrações financeiras apresentadas estão em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e refletem a estrutura societária do BICBANCO para o respectivo período.

Aquisição de 72% do capital total do BICBANCO pelo China Construction Bank - CCB

Em 29 de agosto, a CCB Brazil Financial Holding - Investimentos e Participações Ltda. ("CCB Holding") adquiriu o controle acionário do BICBANCO, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações entre o China Construction Bank Corporation ("CCB") e os antigos acionistas controladores do Banco, celebrado em 31 de outubro de 2013.

Ao longo de 2014, condições precedentes e aprovações junto a Reguladores foram obtidas para a conclusão desta Operação. Dentre os atos relevantes que antecederam o fechamento da alienação do controle, destacam-se:

- **As aprovações necessárias.** Em 21 de julho de 2014, foi publicado Decreto Presidencial aprovando a Operação, em atenção ao disposto no artigo 84, inciso IV, da Constituição da República Federativa do Brasil, e, em 22 de julho de 2014, o Banco Central do Brasil aprovou a Operação ("Aprovações Brasileiras"). As autoridades regulatórias chinesas competentes e as autoridades bancárias das Ilhas Cayman aprovaram a Operação em 2 de abril de 2014 e 24 de junho de 2014, respectivamente ("Aprovações Estrangeiras" e, em conjunto com as Aprovações Brasileiras, as "Aprovações Necessárias"). O Conselho Administrativo de Defesa Econômica CADE, em 9 de janeiro de 2014, posicionou-se favoravelmente a Operação.

- **A Reorganização societária.** Envolveu o Banco, seus antigos acionistas diretos Gemini Holding S.A. e BIC Corretora de Câmbio e Valores S.A., e a sociedade Primus Holding S.A. Do ponto de vista econômico, tratou-se de forma neutra aos interesses das partes envolvidas, trazendo benefícios societários em vista da integração, simplificação e racionalização das estruturas societárias em uma única sociedade. A reestruturação societária, uma condição precedente da operação, foi concluída em 7 de agosto de 2014 com o arquivamento nas juntas comerciais competentes de todos os atos societários correspondentes.

- **Solicitação de Consentimento** (*Consent Solicitation*). Para os detentores de dívida sênior e credores de alguns empréstimos internacionais que possuem em seus contratos cláusula de mudança de controle (*Change of Control*), o Banco realizou e concluiu um processo de Solicitação de Consentimento.

- **Entrega do Plano de Negócios para o Banco Central do Brasil.** Em janeiro de 2014 o CCB encaminhou aos órgãos reguladores, em particular ao Banco Central do Brasil, as informações necessárias (Plano de Negócios) para a obtenção da aprovação da Operação.

Posteriormente ao fechamento da alienação do controle, novas etapas refletem a mudança do controle acionário:

- **Nova classificação do capital do Banco no Sistema Financeiro Nacional.** Em 18 de setembro, foi aprovada pela Diretoria de Organização do Sistema Financeiro do BACEN a transferência do controle societário do BICBANCO e de suas controladas para o CCB, com sede em Pequim, China. A partir desta aprovação o BICBANCO passou a ser um banco de capital estrangeiro no âmbito do Sistema Financeiro Brasileiro.

- **OPA - Oferta Pública de Ações.** Em 29 de setembro a CCB Holding submeteu à CVM pedido de registro de oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão do BICBANCO detidas pelos acionistas minoritários, em razão da alienação de controle da Instituição.

Neste pedido, foi solicitada autorização da CVM para que a referida oferta seja unificada com a oferta pública de aquisição da totalidade das ações em circulação do Banco para: (i) cancelamento de seu registro para negociação de ações no mercado como emissora de valores mobiliários; e (ii) a descontinuidade das práticas diferenciadas de governança corporativa previstas no segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA S.A denominado Nível 1 de governança corporativa (conjuntamente referidas como "OPA").

O Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. foi contratado para atuar como instituição intermediária da OPA.

Toda documentação relacionada ao pedido de registro da OPA encaminhada a CVM, na qual contém as informações necessárias para o andamento da operação, encontra-se atualmente em análise.

A íntegra dos Fatos Relevantes relacionados à Operação e a OPA, bem como o Laudo de Avaliação, encontram-se no site da CVM: www.cvm.gov.br e no site de Relações com Investidores do BICBANCO: www.bicbanco.com.br/ri.

- **Processo de ajuste de preço entre vendedores e compradores do controle acionário do BICBANCO.** Em 29 de outubro de 2014, a CCB Holding entregou aos antigos controladores do Banco uma notificação indicando, nos termos do Contrato de compra e venda de 72% do capital social do BICBANCO, que o preço de venda pago na data de fechamento estaria sujeito a um ajuste de redução de aproximadamente R\$ 287,766 milhões, que corresponderiam a um ajuste de redução de R\$ 1,58 por ação. Em 14 de novembro de 2014, os Vendedores contestaram tal Ajuste de Preço por meio do envio de uma notificação à Compradora. As partes estão ainda discutindo e negociando uma solução para o Ajuste de Preço.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Até o fechamento desse Relatório, as partes não haviam chegado a um acordo sobre o Ajuste de Preço e a uma definição acerca das questões em discussão. A CCB Holding e a Compradora irão informar o Banco tão logo exista qualquer fato relevante relacionado à Operação. O BICBANCO manterá seus acionistas e o mercado devidamente informados sobre qualquer fato relevante relacionado à oferta pública que a Companhia tiver conhecimento, de acordo com as leis aplicáveis.

Eleição do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva

Conforme AGE realizada, em 1º de setembro de 2014, foram eleitos pelo novo controlador, três novos membros para compor o Conselho de Administração, conforme segue: Sr. Wensheng Yang, para o cargo de Presidente; Sr. Tiejun Chen e a Sra. Hong Yang como Conselheiros. A posse destes três Conselheiros está condicionada à prévia homologação pelo BACEN. O Conselho de Administração do BICBANCO passou a ser composto, por seis membros, três deles que já ocupavam seus postos: Sr. José Bezerra de Menezes como Conselheiro e Srs. Heraldo Gilberto de Oliveira e Daniel Joseph McQuoid como Conselheiros Independentes e os três Conselheiros, representantes do grupo de controle, anteriormente mencionados.

Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) também realizada, em 1º de setembro de 2014, houve a eleição dos seguintes novos integrantes da Diretoria Executiva do BICBANCO: Sr. Tiejun Chen para ocupar o cargo de Presidente; Sra. Xiaowei Dong e Sr. Jin Li para os cargos de Vice-Presidentes; Sr. Zhongzu Wang e Sra. Hong Yang para os cargos de Diretores Executivos. Na RCA de 11 de dezembro de 2014, foi eleito um novo integrante: Sr. Yongdong Jiang para o cargo de Vice-Presidente. A posse destes Executivos está condicionada à prévia homologação pelo Banco Central do Brasil.

Assim a Diretoria Executiva do Banco será composta pelos seis Executivos acima mencionados e os quatro que já atuam em seus cargos: Sr. Milto Bardini como Vice-Presidente Executivo e Diretor de RI, Sr. Paulo Celso del Ciampo como Vice-Presidente Executivo e Srs. Francisco Edênio B. Nobre e Carlos José Roque como Diretores Executivos.

Ambiente Econômico

Em 2014, a inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) alcançou 6,41%, ligeiramente abaixo do teto da meta estabelecida pela autoridade monetária, de 6,5%. No entanto, o indicador ficou meio ponto acima da variação registrada em 2013, quando o índice marcou 5,91%. A taxa básica de juros (Selic) encerrou 2014 em 11,75%. Na reunião realizada em 21 de janeiro de 2015, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) elevou-a para 12,25%.

Após apresentar volatilidade ao longo do ano 2014, a taxa de câmbio encerrou dezembro/14 cotada a R\$ 2,66/US\$, taxa superior a R\$ 2,34/US\$ negociada no término do ano precedente. No acumulado de doze meses encerrados em dezembro de 2014, as exportações brasileiras somaram US\$ 225,1 bilhões, retração de 7,0% na comparação com igual período de 2013. Na mesma direção, as importações diminuíram 4,4%, totalizando US\$ 229,0 bilhões. Apesar de uma menor entrada de bens importados, o ritmo de retração das compras não compensou diminuição das vendas ao exterior, como consequência, a balança comercial registrou um déficit de US\$ 3,9 bilhões, o maior desde 1998. Tal redução foi influenciada, principalmente, pela retração de preços de importantes commodities exportadas pelo País devido à lenta recuperação da atividade econômica no mundo o que reduziu a demanda desses produtos; complementado pelo déficit na conta do petróleo e derivados.

O total de empréstimos no sistema financeiro alcançou R\$ 3,0 trilhões em dezembro de 2014, o que representa crescimento de 11,3% em doze meses. O estoque de crédito como proporção do PIB atingiu 58,9%.

Ativos

Ativos totais

Os ativos totais registraram R\$ 15.551,4 milhões no término de 2014, ligeiro crescimento de 0,3% na comparação com 2013.

Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2014, as operações de crédito totalizaram R\$ 9.774,9 milhões. A carteira de crédito expandida, que agrega as operações de avais e fianças somou R\$ 12.247,1 milhões.

Em 2014, as provisões para créditos de liquidação duvidosa totalizaram R\$ 1.184,9 milhões. As provisões superaram em 260,0% o montante de R\$ 455,7 milhões relativos às parcelas vencidas há mais de 14 dias.

O crédito corporativo, principal negócio do Banco, representou 87,9% das operações de crédito enquanto o crédito a pessoas físicas e consignado correspondeu a 12,1%, originados substancialmente pelas operações da empresa subsidiária Sul Financeira.

Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 3.632,7 milhões em 2014, expansão de 155,9% em doze meses.

O conjunto das aplicações financeiras de alta liquidez que compõe o caixa livre do Banco somou R\$ 1.855,2 milhões no encerramento do exercício de 2014. O montante dos ativos disponíveis apresenta-se amplamente favorável com base no fluxo de vencimentos das operações ativas e passivas.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Passivos

Captação Total

O montante de recursos captados alcançou R\$ 11.733,2 milhões em 2014, recuo de 6,6% nos últimos 12 meses, alinhado aos novos volumes operacionais do Banco.

Depósitos a prazo e Recursos de Letras Emitidas

Em 2014, os depósitos a prazo totalizaram R\$ 6.038,2 milhões, recuo de 3,6% em relação ao ano anterior. Do total de depósitos a prazo, R\$ 3.057,4 milhões estavam vinculados ao "Depósito a Prazo com Garantia Especial do Fundo Garantidor de Crédito" - DPGE, conforme Resolução CMN nº 3.692/09.

Em 31 de dezembro de 2014, a composição dos depósitos a prazo por tipo de depositante apresentava-se: pessoas jurídicas 57,6%, investidores institucionais 38,2%, pessoas físicas 3,7%, e instituições financeiras 0,5%.

O Banco diversifica seu mix de produtos financeiros por meio de recursos de letras emitidas como as LCAs, LFs e LCIs. O conjunto desses recursos alcançou R\$ 746,3 milhões no encerramento dos doze meses de 2014, correspondente a 6,4% da captação total.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2014, o Patrimônio Líquido era de R\$ 1.219,4 milhões. O Índice de Basileia III registrou 13,63% em dezembro de 2014, o requerimento mínimo de patrimônio de referência no Brasil é de 11%.

Riscos

A estrutura de Governança Corporativa está alinhada aos objetivos estratégicos da organização e compreende o Conselho de Administração e as diversas áreas de negócios, operacionais, produtos e serviços e gestão de riscos. O Conselho de Administração define e formaliza o apetite a riscos, subsidiado pelos órgãos de gestão e é controlado por diversos limites de riscos, dentro da visão estratégica do Conglomerado. O apetite a riscos refere-se aos tipos e níveis de riscos que, de forma ampla, a Instituição está disposta a admitir na realização dos seus objetivos e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos.

Este apetite é influenciado por diversos fatores, dentre eles, os indicadores de solvência, os índices de liquidez, o controle de concentração de portfólios e a definição dos tipos de riscos não aceitos na condução dos negócios.

O gerenciamento de riscos é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos, que tem por finalidade o melhor desempenho e a proteção das partes interessadas, contribuindo para sua sustentabilidade.

A gestão do BICBANCO adota os princípios de Basileia na medida em que reconhece e respalda as práticas mais avançadas da indústria bancária para as quais foram desenvolvidas ferramentas e técnicas, dentre as quais destacam-se os modelos internos de rating, a gestão de capital por avaliação de cenários, análise de VaR como elemento de controle e limites e testes de estresse.

Por outro lado, conta a Instituição com medidas transversais destinadas a limitar a excessiva concentração do perfil de riscos, na perspectiva dos clientes, negócios, produtos e disposição geográfica. Enfatiza as operações e os relacionamentos que asseguram a qualidade dos serviços, da carteira e a gestão de um adequado balanço entre o risco e o retorno.

O Banco conta com instrumento de avaliação de carteiras que torna possível medir a rentabilidade das operações em função do capital econômico que consomem e do valor da perda esperada para a carteira de crédito, além de propiciar o apreçamento de operações em função do risco. Testes de estresse são usados para mensurar possíveis perdas em cenários que a área de risco julgue prováveis, para um intervalo de confiança de até 99,9%.

A descrição da estrutura de gerenciamento dos diferentes riscos está disponibilizada no site de Relações com Investidores (<http://www.bicbanco.com.br/ri>).

Risco de Mercado

A gestão de riscos de mercado efetua o controle dos riscos potenciais de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros que compõem as carteiras e é essencial para aperfeiçoar o uso do capital e priorizar os negócios que oferecem a melhor relação de risco e retorno.

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente e para efeito de classificação quanto à intenção de negociação, as carteiras são divididas em duas categorias. As operações com intenção de negociação e destinadas à revenda, obtenção de benefício de movimentos de preços e realização de arbitragem (Trading Book) são segregadas das estruturais, destinadas a gestão ativa da carteira (Banking Book), no momento de sua realização.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O controle das posições do banco pelo seu valor de mercado visa fornecer uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco. Diariamente, os limites preestabelecidos pelo Comitê de Tesouraria são comparados aos valores das carteiras marcadas a mercado (MtM) e ao Value at Risk (VaR) e o VaR em cenários de estresse.

Durante o ano, os níveis médios de risco de mercado mantiveram-se reduzidos quando comparados ao Patrimônio Líquido da Instituição. Em 31 de dezembro de 2014, o VaR para a exposição trading atingiu R\$ 529,2 mil e o VaR Global (*Trading e Banking*) - R\$ 64,5 milhões. Comparativamente, em 31 de dezembro de 2013, o VaR para a posição de trading atingiu R\$ 590,2 mil e o VaR Global - R\$ 66,4 milhões.

Exposição Cambial

O Banco acompanha a composição dos ativos e passivos, detalhados por indexador, com o intuito de gerenciar as exposições e analisar os impactos possíveis em diversos cenários. A estratégia de gestão do risco cambial é a de compensar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor das moedas. Para essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais por intermédio da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

Em 31 de dezembro de 2014, a exposição cambial, para efeito do requerimento de capital atendendo a Circular BACEN 3.389 de 25 de junho de 2008, e Circular BACEN 3.662 de 11 de julho de 2013, somava R\$ 8,1 milhões representando redução ante a exposição de R\$ 57,5 milhões de dezembro de 2013.

Risco de Liquidez

Com o objetivo de controlar a ocorrência de eventuais desequilíbrios entre o fluxo dos ativos negociáveis e passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, o Banco dispõe de um conjunto de controles e limites técnicos. O Fluxo de caixa é avaliado diariamente e são definidas ações táticas para sua manutenção.

Pela sua importância, os limites de liquidez e os modelos de estresse são permanentemente avaliados, bem como as decisões estratégicas e a política de contingência para um horizonte de tempo de no mínimo 3 anos.

Os indicadores definidos para o cenário de estresse de mercado e institucional permitem simular o comportamento do caixa e antecipar ações. A política de caixa mínimo vigente considera a possibilidade de resgates antecipados de passivos e necessidade de renovações de operações ativas em caso de turbulência na economia.

A simulação do fluxo de caixa em condições severas de estresse revela resultados que superaram amplamente os limites mínimos de liquidez de curto prazo definidos nas políticas.

Risco de crédito

O Banco prioriza manter uma carteira de riscos bastante diversificada em relação à sua exposição a grandes riscos, a mercados e setores e a produtos. A gestão do risco de crédito permite um controle integrado com diversas visões da carteira, incluídas as linhas utilizadas e não utilizadas, derivativos e operações que não constam do balanço.

Os limites são aprovados em comitês, com utilização de modelos de rating. Os controles são centralizados e em tempo real, o que confere perfeita sintonia com os limites estabelecidos e com a qualidade das garantias.

O risco de crédito decorre principalmente de operações de empréstimo, de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos além de obrigações financeiras relacionadas a compromissos de empréstimo e prestação de garantias. O Banco considera o impacto social e ambiental adverso das atividades dos clientes que decorrem de eventual paralisação ou limitação de atividades que podem refletir em elevação de riscos associados à capacidade de pagamento, ao cumprimento de obrigações, à performance e demais riscos de crédito.

Além da classificação de rating de crédito, todos os clientes são qualificados em ratings socioambientais. Em 31 de dezembro de 2014, cerca de 85% dos clientes possuíam riscos socioambientais médios e baixos.

Risco Operacional

O BICBANCO aloca capital para risco operacional atendendo a legislação e adota a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, prevista no § 1º do art. 1º da Circular nº. 3.383, de 30 de abril de 2008 e complementa a visão do risco operacional por intermédio de modelo gerencial de avaliação econômica por linha de negócios, com quantificação dos riscos operacionais por meio de modelos estatísticos, utilizando-se de sistema que permite o cálculo de perdas esperadas e alocação de capital para perdas não esperadas (VaR no intervalo de confiança 99,9%).

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A exposição ao risco operacional é revisada ao menos semestralmente, incluindo-se a avaliação de seus controles e ajustando-os de acordo com suas estratégias e seu apetite ao risco. A estrutura de gestão é distinta daquelas que lidam com o risco de mercado e de crédito permitindo um efetivo sistema de controles internos que visa a redução da probabilidade de erros humanos e irregularidades em processos, produtos e sistemas. Os Comitês de Risco e de Controles Internos determinam qual o nível aceitável de tolerância ao risco.

Governança Corporativa

O BICBANCO possui uma estrutura de Comitês que agrega as áreas técnicas e decisórias, possibilita troca de experiências e permite a elaboração de soluções consistentes para o desenvolvimento de um ambiente que possibilite a sustentabilidade dos negócios, preservação de imagem e administração de riscos. Por intermédio de manifestação de comitês sobre as principais decisões, especialmente em ambiente de alta volatilidade, de elevação de inadimplência e riscos de liquidez do fluxo de caixa, há o alinhamento à estratégia de negócios e ao apetite ao risco.

Esta estrutura é composta por 15 comitês especializados, com funções específicas e técnicas, amparados pelo Comitê de Governança Corporativa, responsável por auxiliar na implantação de iniciativas e aprovar questões ligadas a mudanças de padrões, processos e produtos que venham a afetar o direcionamento estratégico, inclusive no que concerne a avaliar e deliberar as recomendações de sanções encaminhadas pelo Comitê Azul (Comitê de Sustentabilidade).

Dando ainda maior ênfase ao pilar de supervisão, o Comitê de Auditoria realiza periodicamente a revisão dos principais relatórios e se reúne com os gestores, obtendo uma visão abrangente dos principais riscos e controles com o intuito de subsidiar o Conselho de Administração em questões referentes à contabilidade, auditoria e finanças, visando proporcionar maior transparência às informações e assegurar a prestação de contas dos administradores.

Reconhecimento

Pelo 5º ano consecutivo o BICBANCO foi selecionado para compor a carteira do ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial, que vigorará até o final de 2015. Desde a criação do Índice em 2005, o Banco é a única instituição financeira de médio porte a constar neste Índice.

Recursos Humanos e Pontos de Atendimento

O Banco encerrou ano de 2014 com 771 funcionários, quadro de colaboradores 2,1% maior na comparação com 2013. Com seus 37 pontos de atendimento, o Banco manteve sua presença e dispersão regional da franquia nas principais capitais e cidades do País no decorrer dos doze meses.

Relacionamento com Auditores

Em atendimento à Instrução CVM 381 de 14 de janeiro de 2003, o Banco e as empresas controladas não contrataram e nem tiveram serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Circular 3.068/01 BACEN

O BICBANCO declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 153,7 milhões, o que representa 4,2% do total de títulos e valores mobiliários.

Considerações finais

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 12 de março de 2015).

As Demonstrações Financeiras completas e auditadas e o Release de Resultados apresentam mais detalhes sobre o resultado do exercício de 2014, e estão disponíveis no site do BICBANCO - www.bicbanco.com.br/ri.

Ratings

Após a transferência do controle acionário do BICBANCO para o China Construction Bank, as agências Moody's, S&P e Fitch conferiram *upgrade* aos ratings do Banco. A Moody's e a S&P atribuíram grau de investimento. A Fitch Ratings elevou as notas do Banco nas Escalas Domésticas.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RATINGS

	Rating/Índice	Âmbito/Classificação	Data de Publicação do Rating
Moody's	Baa3 P-3 Aa1.br BR-1 Estável	<ul style="list-style-type: none"> • Depósitos na Escala Global em moeda estrangeira e moeda local - Longo prazo - Curto prazo • Depósitos na Escala Nacional - Longo prazo - Curto prazo • Perspectiva 	01/12/2014
Standard & Poor's	BBB- A-3 brAAA Estável	<ul style="list-style-type: none"> • Escala Global em moeda estrangeira e moeda local - rating de contraparte - Longo prazo - Curto prazo • Escala Nacional • Perspectiva 	01/10/2014
Fitch Ratings	AAA(bra) F1+(bra) Estável	<ul style="list-style-type: none"> • Escala Nacional - Longo prazo - Curto prazo • Perspectiva 	12/02/2015
Austin Rating	brAA- Observação positiva	<ul style="list-style-type: none"> • Escala nacional de longo prazo • Perspectiva 	11/04/2014
LF Rating	AA- Neutra	<ul style="list-style-type: none"> • Moeda nacional • Perspectiva 	19/12/2014
Management & Excellence	AA	<ul style="list-style-type: none"> • Rating de Sustentabilidade 	Jul/2014

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS

ATIVO	Nota	BICBANCO MÚLTIPLO		BICBANCO CONSOLIDADO	
		2014	2013	2014	2013
Circulante		10.259.613	9.962.019	9.934.120	9.752.965
Disponibilidades	4a.	173.694	306.893	175.098	308.503
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		983.375	1.691.276	177.404	989.619
Aplicações no mercado aberto	4b.	200	800.029	22.843	832.800
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	943.974	839.058	115.360	104.630
Aplicações em moedas estrangeiras	4d.	39.201	52.189	39.201	52.189
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		2.811.425	390.858	2.848.999	499.975
Carteira própria	5b.	897.378	124.682	925.472	233.799
Vinculados a operações compromissadas	5b.	1.543.034	3.517	1.543.034	3.517
Vinculados à prestação de garantias	5b.	268	98.097	9.748	98.097
Instrumentos financeiros derivativos	6b.	370.745	164.562	370.745	164.562
Relações Interfinanceiras		98.214	113.538	98.214	113.538
Pagamentos e recebimentos a liquidar		–	9	–	9
Depósitos no Banco Central	7.	98.214	84.513	98.214	84.513
Correspondentes no país		–	29.016	–	29.016
Operações de Crédito		4.737.109	6.350.760	5.010.409	6.534.118
Operações de crédito	8.	5.055.843	6.296.099	5.544.414	6.764.328
Setor público		130.945	122.476	130.945	122.476
Setor privado		4.924.898	6.173.623	5.413.469	6.641.852
Operações de crédito vinculadas à cessão		195.219	269.177	–	–
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9.	(513.953)	(214.516)	(534.005)	(230.210)
Operações de Arrendamento Mercantil	8i.	–	–	126.898	169.033
Arrendamentos a receber - setor privado		–	–	148.021	175.345
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		–	–	(21.123)	(6.312)
Outros Créditos		1.414.911	1.057.540	1.442.136	1.081.403
Avais e fianças honrados		5.166	847	5.166	847
Carteira de câmbio	10.	1.260.374	967.779	1.260.374	967.779
Rendas a receber		12.558	8.486	12.559	8.907
Negociação e intermediação de valores		4.598	582	4.598	582
Diversos	11.	294.722	109.515	321.952	132.964
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.	(162.507)	(29.669)	(162.513)	(29.676)
Outros Valores e Bens		40.885	51.154	54.962	56.776
Despesas antecipadas	12b.	40.885	51.154	54.962	56.776

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS

ATIVO	Nota	BICBANCO MÚLTIPLO		BICBANCO CONSOLIDADO	
		2014	2013	2014	2013
Realizável a Longo Prazo		5.295.215	5.455.754	5.432.355	5.554.726
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		396.929	417.955	3.142	33.962
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	396.929	417.955	3.142	33.962
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		1.460.623	1.614.091	1.433.930	1.549.330
Carteira própria	5b.	825.245	1.079.778	798.552	1.007.239
Vinculados a operações compromissadas	5b.	211.493	68.942	211.493	68.942
Vinculados à prestação de garantias		144.357	–	144.357	7.778
Instrumentos financeiros derivativos	6b.	279.528	465.371	279.528	465.371
Operações de Crédito		1.725.035	2.008.040	2.087.491	2.288.390
Operações de crédito	8.	1.915.847	1.916.590	2.525.108	2.434.404
Setor público		44.599	118.852	44.599	118.852
Setor privado		1.871.248	1.797.738	2.480.509	2.315.552
Operações de crédito vinculadas à cessão		241.671	231.638	–	–
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9.	(432.483)	(140.188)	(437.617)	(146.014)
Operações de Arrendamento Mercantil	8i.	–	–	84.610	155.184
Arrendamentos a receber - setor privado		–	–	102.091	161.575
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		–	–	(17.481)	(6.391)
Outros Créditos		1.437.045	957.244	1.523.111	1.041.401
Carteira de câmbio		264	–	264	–
Diversos	11.	1.448.957	957.618	1.535.028	1.041.782
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.	(12.176)	(374)	(12.181)	(381)
Outros Valores e Bens		275.583	458.424	300.071	486.459
Outros valores e bens	12a.	312.623	440.689	321.587	448.844
Despesas antecipadas	12b.	36.307	33.914	55.225	54.513
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	12a.	(73.347)	(16.179)	(76.741)	(16.898)
Permanente		562.288	571.624	184.942	198.515
Investimentos		435.486	439.009	715	717
Participações em controladas - no país	15.	434.773	438.296	–	–
Outros investimentos		1.161	1.161	1.205	1.206
Provisão para perdas em investimentos		(448)	(448)	(490)	(489)
Imobilizado de Uso	13b.	124.718	130.232	125.749	131.421
Imóveis de uso		164.528	153.812	164.528	153.812
Outras imobilizações de uso		34.847	38.679	37.624	41.484
Depreciações acumuladas		(74.657)	(62.259)	(76.403)	(63.875)
Intangível	13c.	2.084	2.383	58.478	66.377
Ativos intangíveis		6.103	10.218	113.794	117.645
Amortização acumulada		(4.019)	(7.835)	(55.316)	(51.268)
Diferido	13d.	–	–	–	–
Gastos de organização e expansão		43.886	47.725	43.886	47.725
Amortização acumulada		(43.886)	(47.725)	(43.886)	(47.725)
Total do Ativo		16.117.116	15.989.397	15.551.417	15.506.206

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS

PASSIVO	Nota	BICBANCOMÚLTIPLO		BICBANCO CONSOLIDADO	
		2014	2013	2014	2013
Circulante		10.982.957	7.465.535	10.697.251	7.041.047
Depósitos	17a.	5.041.029	3.772.013	4.952.472	3.627.864
Depósitos à vista		221.561	349.933	219.537	347.292
Depósitos de poupança		12.834	14.288	12.834	14.288
Depósitos interfinanceiros		237.840	152.141	237.840	152.141
Depósitos a prazo		4.565.637	3.255.651	4.479.104	3.114.143
Depósitos em moedas estrangeiras		3.157	–	3.157	–
Captações no Mercado Aberto	18.	1.746.451	89.279	1.614.644	41.101
Carteira própria		1.746.451	71.679	1.614.644	23.501
Carteira de terceiros		–	17.600	–	17.600
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		1.543.664	747.233	1.543.664	749.689
Recursos de letras emitidas		589.935	669.722	589.935	669.722
Letras de crédito imobiliário		233.234	139.045	233.234	139.045
Letras de crédito de agronegócio		258.268	362.012	258.268	362.012
Letras financeiras		98.433	168.665	98.433	168.665
Recursos de debêntures	20.	–	–	–	2.168
Recursos de aceites cambiais		–	–	–	288
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	19.	953.729	77.511	953.729	77.511
Relações Interfinanceiras		10.361	14	10.361	14
Recebimentos e pagamentos a liquidar		29	14	29	14
Correspondentes no país		10.332	–	10.332	–
Relações Interdependências		15.235	132.634	15.235	132.634
Recursos em trânsito de terceiros		15.235	132.634	15.235	132.634
Obrigações por Empréstimos	21.	1.758.462	1.678.826	1.774.340	1.679.210
Empréstimos no exterior		1.758.462	1.678.826	1.774.340	1.679.210
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	22.	86.263	89.251	86.263	89.251
Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ		74.929	74.620	74.929	74.620
Ministério das Cidades		11.334	14.631	11.334	14.631
Obrigações por Repasses do Exterior	21.	263.610	507.296	263.610	507.296
Instrumentos Financeiros Derivativos	6b.	12.505	3.551	11.811	3.551
Instrumentos financeiros derivativos		12.505	3.551	11.811	3.551
Outras Obrigações		505.377	445.438	424.851	210.437
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2.944	4.399	3.233	4.551
Carteira de câmbio	10.	43.658	20.743	43.658	20.743
Sociais e estatutárias		914	914	1.354	1.314
Fiscais e previdenciárias	23.	20.520	34.209	38.158	57.601
Negociação e intermediação de valores		5.176	177	5.176	177
Dívida subordinada	26.	96.882	10.382	96.882	10.382
Diversas	25.	335.283	374.614	172.394	115.669
Obrigações por cotas subordinadas - FIDC		–	–	63.996	–

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS

PASSIVO	Nota	BICBANCOMÚTIPLIO		BICBANCO CONSOLIDADO	
		2014	2013	2014	2013
Exigível a Longo Prazo		3.888.076	6.551.321	3.608.618	6.492.780
Depósitos	17a.	1.772.182	3.449.509	1.723.236	3.420.682
Depósitos interfinanceiros		164.150	270.153	164.150	270.153
Depósitos a prazo		1.608.032	3.179.356	1.559.086	3.150.529
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		232.750	1.098.883	232.959	1.099.069
Recursos de letras emitidas		156.369	192.132	156.369	192.132
Letras de crédito imobiliário		48.722	50.668	48.722	50.668
Letras de crédito de agronegócio		36.968	38.968	36.968	38.968
Letras financeiras		70.679	102.496	70.679	102.496
Recursos de aceites cambiais		–	–	209	186
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	19.	76.381	906.751	76.381	906.751
Obrigações por Empréstimos	21.	–	9.946	–	10.391
Empréstimos no exterior		–	9.946	–	10.391
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	22.	3.140	–	3.140	–
Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ		3.140	–	3.140	–
Obrigações por Repasses do Exterior	21.	–	233.841	–	233.841
Outras Obrigações		1.880.004	1.759.142	1.649.283	1.728.797
Fiscais e previdenciárias	23.	603.331	534.044	655.919	593.556
Dívida subordinada	26.	982.026	935.505	982.026	935.505
Diversas		294.647	289.593	690	12
Obrigações por cotas subordinadas - FIDC	25.	–	–	10.648	199.724
Resultados de Exercícios Futuros	27.	26.100	20.196	26.100	20.196
Patrimônio Líquido	28.	1.219.983	1.952.345	1.219.448	1.952.183
Capital Social Realizado		2.012.810	1.434.206	2.012.810	1.434.206
De domiciliados no país		1.831.529	1.263.547	1.831.529	1.263.547
De domiciliados no exterior		181.281	170.659	181.281	170.659
Reservas de lucros		–	587.263	–	587.101
Ajustes de avaliação patrimonial		(11.586)	(11.617)	(11.586)	(11.617)
Prejuízos acumulados		(726.136)	–	(726.671)	–
(–) Ações em tesouraria		(55.105)	(57.507)	(55.105)	(57.507)
Total do Passivo		16.117.116	15.989.397	15.551.417	15.506.206

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 E DO SEGUNDO SEMESTRE

EM MILHARES DE REAIS, EXCETO LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

	Nota	BICBANCO MÚLTIPLO			BICBANCO CONSOLIDADO		
		2º Semestre		2013	2º Semestre		2013
		2014	2014		2014	2014	
Receitas da Intermediação Financeira		1.438.159	2.139.740	2.227.287	1.450.682	2.172.970	2.276.920
Operações de crédito	30a.	670.797	1.358.019	1.553.259	746.920	1.490.520	1.638.451
Operações de arrendamento mercantil		–	–	–	8.171	29.505	57.819
Resultado de títulos e valores mobiliários	30b.	214.563	405.810	228.612	142.098	276.340	135.235
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	30c.	284.972	132.367	166.132	285.666	133.061	166.132
Resultado de câmbio	30d.	267.629	242.156	277.228	267.629	242.156	277.228
Resultado de aplicações compulsórias		129	258	104	129	258	104
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros		69	1.130	1.952	69	1.130	1.951
Despesas da Intermediação Financeira		(2.145.147)	(2.827.596)	(1.851.090)	(2.127.197)	(2.781.484)	(1.759.980)
Captação no mercado	30e.	(837.337)	(1.265.159)	(1.089.541)	(823.019)	(1.238.634)	(1.080.383)
Empréstimos, cessões e repasses	30f.	(336.014)	(266.204)	(405.512)	(337.064)	(267.542)	(405.799)
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros		(35.831)	(72.362)	(108.353)	(487)	(655)	(14.107)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9a.	(935.965)	(1.223.871)	(247.684)	(966.627)	(1.274.653)	(259.691)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		(706.988)	(687.856)	376.197	(676.515)	(608.514)	516.940
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(258.305)	(483.123)	(357.125)	(290.530)	(562.807)	(469.818)
Receitas de prestação de serviços		28.990	59.030	55.360	36.377	72.458	65.341
Rendas de tarifas bancárias		9.567	23.245	31.639	9.586	23.292	31.707
Despesas de pessoal	30i.	(105.892)	(208.008)	(190.558)	(114.772)	(225.311)	(205.979)
Despesas tributárias	30k.	(22.538)	(47.431)	(63.277)	(27.206)	(56.597)	(72.824)
Resultado de participações em controladas	15.	(6.662)	3.921	44.780	–	–	–
Outras despesas administrativas	30j.	(86.529)	(168.248)	(160.475)	(101.282)	(197.474)	(184.671)
Outras receitas operacionais	30g.	27.449	58.320	71.243	30.639	64.094	74.893
Outras despesas operacionais	30h.	(102.690)	(203.952)	(145.837)	(123.872)	(243.269)	(178.285)
Resultado Operacional		(965.293)	(1.170.979)	19.072	(967.045)	(1.171.321)	47.122
Resultado não operacional	30m.	(59.997)	(82.769)	(7.469)	(59.974)	(80.077)	(5.115)
Resultado Antes da Tributação e Participações Sobre o Lucro		(1.025.290)	(1.253.748)	11.603	(1.027.019)	(1.251.398)	42.007
Imposto de renda	29c.	8.989	3.727	(8.708)	9.168	(207)	(21.701)
Contribuição social	29c.	5.393	2.235	(5.225)	3.994	(2.998)	(15.472)
Ativo fiscal diferido - Impostos e contribuições	29c.	419.460	520.868	71.920	422.094	527.312	64.993
Participações estatutárias no lucro		–	(7.867)	(8.571)	–	(7.867)	(8.571)
(Prejuízo)/Lucro Líquido do Período		(591.448)	(734.785)	61.019	(591.763)	(735.158)	61.256
Número de Ações Integralizadas (mil)	28.	252.904	252.904	252.904			
(Prejuízo)/Lucro por Ação do Capital Social - R\$		(2,34)	(2,91)	0,24			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 E DO SEGUNDO SEMESTRE

EM MILHARES DE REAIS

	BICBANCO MÚLTIPLO			BICBANCO CONSOLIDADO		
	2º Semestre			2º Semestre		
	2014	2014	2013	2014	2014	2013
1. Receitas	519.399	941.006	1.985.523	498.037	917.116	2.033.047
1.1 Intermediação Financeira	1.438.159	2.139.740	2.227.287	1.450.682	2.172.970	2.276.920
1.2 Prestação de Serviços	38.557	82.275	86.999	45.963	95.750	97.048
1.3 Provisão para devedores duvidosos - Reversão/(Constituição)	(935.965)	(1.223.871)	(247.684)	(966.627)	(1.274.653)	(259.691)
1.4 Outras	(21.352)	(57.138)	(81.079)	(31.981)	(76.951)	(81.230)
2. Despesas de Intermediação Financeira	1.209.182	1.603.725	1.603.406	1.160.570	1.506.831	1.500.289
3. Insumos Adquiridos de Terceiros	149.611	238.230	61.240	168.954	272.114	106.239
3.1 Materiais, energia e outros	13.786	27.721	30.171	20.058	38.948	39.382
3.2 Serviços de terceiros	40.310	73.381	57.421	46.861	86.853	88.826
3.3 Perda (Recuperação) de valores ativos	95.515	137.128	(26.352)	102.035	146.313	(21.969)
4. Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	(839.394)	(900.949)	320.877	(831.487)	(861.829)	426.519
5. Depreciação, amortização e exaustão	12.173	28.454	35.586	12.593	29.283	36.401
6. Valor Adicionado Líquido Produzido/Utilizado pela Entidade (4-5)	(851.567)	(929.403)	285.291	(844.080)	(891.112)	390.118
7. Valor Adicionado Recebido em Transferência	(6.461)	4.357	45.218	201	436	439
7.1 Resultado de equivalência patrimonial	(6.662)	3.921	44.779	-	-	-
7.2 Outras	201	436	439	201	436	439
8. Valor Adicionado/Aplicado a Distribuir (6+7)	(858.028)	(925.046)	330.509	(843.879)	(890.676)	390.557
9. Distribuição do Valor Adicionado	(858.028)	(925.046)	330.509	(843.879)	(890.676)	390.557
9.1 Pessoal	89.116	183.788	170.414	96.749	198.549	183.417
9.1.1 Remuneração direta	71.720	151.961	139.678	77.315	162.709	149.413
9.1.2 Benefícios	9.915	19.490	17.759	11.537	22.556	20.190
9.1.3 F.G.T.S.	7.481	12.337	12.977	7.897	13.284	13.814
9.2 Impostos, taxas e contribuições	(371.967)	(405.838)	68.267	(366.090)	(388.223)	113.629
9.2.1 Federais	(380.193)	(420.150)	53.905	(375.717)	(405.263)	96.810
9.2.2 Estaduais	354	644	615	667	1.200	1.217
9.2.3 Municipais	7.872	13.668	13.747	8.960	15.840	15.602
9.3 Remuneração de capitais de terceiros	16.271	31.789	30.809	17.225	34.156	32.255
9.3.1 Aluguéis	16.271	31.789	30.809	17.225	34.156	32.255
9.4 Remuneração de capitais próprios	(591.448)	(734.785)	61.019	(591.763)	(735.158)	61.256
9.4.1 Juros sobre capital próprio	-	-	52.000	-	-	52.000
9.4.2 Lucros/(prejuízos) retidos	(591.448)	(734.785)	9.019	(591.763)	(735.158)	9.256

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 E DO SEGUNDO SEMESTRE - Método Indireto
EM MILHARES DE REAIS

	BICBANCO MÚLTIPLO			BICBANCO CONSOLIDADO		
	2º Semestre		2013	2º Semestre		
	2014	2014		2014	2014	2013
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais (Prejuízo)/Lucro Líquido	(591.448)	(734.785)	61.019	(591.763)	(735.158)	61.256
Ajustes ao (Prejuízo)/Lucro Líquido	1.043.663	1.365.858	244.673	1.072.553	1.420.716	304.709
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	935.965	1.223.871	247.684	966.627	1.274.653	259.691
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	–	–	–	(360)
Depreciações e amortizações	12.173	28.454	35.585	12.593	29.283	36.400
Pagamento de remuneração em ações	–	2.402	1.086	–	2.402	1.086
Provisão outras	53.974	65.257	1.315	56.728	67.932	1.503
Provisão/(reversão) com processos cíveis e trabalhistas	34.237	39.084	(1.352)	37.573	39.802	1.612
Resultado de participações em controladas	6.662	(3.921)	(44.780)	–	–	–
Perda na venda de outros investimentos	1	1	–	1	1	–
Perda (Ganho) na venda de imobilizado	(171)	(207)	8.037	(146)	(181)	7.895
Perda (Ganho) na venda bens não de uso próprio	832	10.927	(2.899)	(813)	6.834	(3.261)
Perda na venda de diferido	–	–	–	–	–	143
Outros	(10)	(10)	(3)	(10)	(10)	–
(Prejuízo)/Lucro Líquido Ajustado	452.215	631.073	305.692	480.790	685.558	365.965
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	54.007	(48.579)	(213.043)	45.300	55.400	(43.382)
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(2.408.638)	(2.242.097)	190.957	(2.381.639)	(2.165.584)	149.953
(Aumento)/redução em relações interfinanceiras e interdependentes	(21.524)	(91.729)	131.114	(21.524)	(91.729)	131.114
Redução em operação de crédito e de arrendamento mercantil	381.115	817.425	1.094.323	371.350	707.296	1.161.722
(Aumento)/redução em outros créditos e outros valores e bens	(598.908)	(979.874)	588.235	(620.461)	(991.907)	595.314
(Redução) em depósitos	(724.262)	(408.310)	(978.073)	(684.729)	(372.838)	(984.442)
Aumento/(redução) em captações no mercado aberto	1.581.334	1.657.172	(91.626)	1.523.647	1.573.543	(91.521)
Aumento/(redução) em outras obrigações	(21.243)	8.696	(246.545)	(36.553)	(37.925)	(334.693)
Aumento/(redução) em resultado de exercícios futuros	(653)	5.903	(1.652)	(653)	5.903	(1.751)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	(1.306.557)	(650.320)	779.382	(1.324.472)	(632.283)	948.279
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos						
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários	(14.350)	(16.047)	119.619	(39.840)	(59.748)	35.251
Alienação de bens não de uso próprio	78.164	146.422	81.061	80.597	154.488	87.169
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento	738	882	11.598	714	879	11.603
Aquisição de bens não de uso próprio	(8.532)	(29.284)	(107.645)	(10.608)	(34.064)	(112.242)
Aquisição de imobilizado de uso	(6.427)	(11.608)	(23.011)	(6.579)	(11.913)	(23.147)
Aplicação no intangível	(378)	(2.162)	(2.811)	(550)	(2.427)	(2.981)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	49.215	88.203	78.811	23.734	47.215	(4.347)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos						
Aumento/(redução) em recursos de emissão de títulos	183.408	(71.769)	(451.011)	183.765	(74.201)	(553.374)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(27.464)	(408.336)	(901.135)	(9.091)	(393.287)	(900.689)
Aumento/(redução) em dívidas subordinadas	159.820	131.517	(3.464)	159.820	131.517	(3.464)
Juros sobre capital próprio pagos	–	–	(52.000)	–	–	(52.000)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	315.764	(348.588)	(1.407.610)	334.494	(335.971)	(1.509.527)
(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(941.578)	(910.705)	(549.417)	(966.244)	(921.039)	(565.595)
Saldo inicial de caixa e equivalentes	1.204.997	1.174.124	1.723.541	1.253.710	1.208.505	1.774.100
Saldo final de caixa e equivalentes	263.419	263.419	1.174.124	287.466	287.466	1.208.505
(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(941.578)	(910.705)	(549.417)	(966.244)	(921.039)	(565.595)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 E DO SEGUNDO SEMESTRE

EM MILHARES DE REAIS

	Nota	Capital social	Aumento capital	Ações em tesouraria	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2013		1.434.206	-	(58.593)	75.487	503.118	-	-	1.954.218
Ajuste de exercícios anteriores - coligadas		-	-	-	-	(361)	-	-	(361)
Pagamento de remuneração em ações		-	-	1.086	-	-	-	-	1.086
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	(11.617)	-	(11.617)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	61.019	61.019
Remuneração sobre capital próprio	28c.	-	-	-	-	-	-	(52.000)	(52.000)
Destinações do lucro:									
Reservas	28d.	-	-	-	3.051	5.968	-	(9.019)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013		1.434.206	-	(57.507)	78.538	508.725	(11.617)	-	1.952.345
Mutações do exercício		-	-	1.086	3.051	5.607	(11.617)	-	(1.873)
Saldos em 01 de janeiro de 2014		1.434.206	-	(57.507)	78.538	508.675	(11.617)	40	1.952.335
Pagamento de remuneração em ações		-	-	2.402	-	-	-	-	2.402
Aumento de capital com reservas		578.604	-	-	(75.487)	(503.117)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	31	-	31
Transferência para amortização de prejuízo		-	-	-	(3.051)	(5.558)	-	8.609	-
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	(734.785)	(734.785)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		2.012.810	-	(55.105)	-	-	(11.586)	(726.136)	1.219.983
Mutações do exercício		578.604	-	2.402	(78.538)	(508.675)	31	(726.176)	(732.352)
Saldos em 01 de julho de 2014		1.434.206	578.604	(55.105)	3.051	5.558	(7.525)	(143.297)	1.815.492
Aumento de capital com reservas		578.604	(578.604)	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	(4.061)	-	(4.061)
Transferência para amortização de prejuízo		-	-	-	(3.051)	(5.558)	-	8.609	-
Prejuízo líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	(591.448)	(591.448)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		2.012.810	-	(55.105)	-	-	(11.586)	(726.136)	1.219.983
Mutações do semestre		578.604	(578.604)	-	(3.051)	(5.558)	(4.061)	(582.839)	(595.509)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Industrial e Comercial S.A. (BICBANCO) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 29 de dezembro de 1938 e autorizada pelo Banco Central do Brasil - BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações através das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e câmbio.

Por meio de empresas controladas atua nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários e administração de cartões de crédito e possui participação de 40% em uma *Joint Venture* destinada a operações no mercado de *Factoring* e *Forfaiting*.

O BICBANCO celebrou na qualidade de Interviente o Contrato de Compra e Venda de Ações, firmado em 31.10.2013 entre o China Construction Bank Corporation (CCB) "Comprador", e os acionistas controladores naquela data "Vendedores", o qual tem por objetivo de aquisição de forma direta e indireta pelo CCB, das ações representativas de 72% do capital social total do BICBANCO.

Verificadas as condições precedentes, previstas contratualmente, dentre elas a conclusão de uma reorganização societária, a publicação de Decreto Presidencial e a Aprovação pelo Banco Central do Brasil em julho de 2014, a transferência do controle acionário foi concluída na data de 29.08.2014, com a aquisição pela CCB Brazil Financial Holding - Investimentos e Participações Ltda. (CCB Holding), subsidiária do CCB, das ações representativas do controle acionário do Banco Industrial e Comercial S.A. - BICBANCO e suas subsidiárias.

Por meio de Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas, realizada em 01.09.2014, o acionista controlador da CCB Holding elegeu três representantes para o Conselho de Administração do Banco, um deles exercerá o cargo de Presidente daquele colegiado. Na mesma data, por meio de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, foram eleitos, por orientação da CCB Holding, cinco novos membros para Diretoria Executiva, dentre os quais um exercerá cargo de Presidente da Diretoria, dois serão Vice-Presidentes e dois serão Diretores sem designação. Todos aguardam a homologação do Banco Central do Brasil para a efetiva posse nos cargos. A Governança Corporativa do BICBANCO será exercida pelos membros remanescentes da Administração anterior, sendo três integrantes do Conselho de Administração e quatro Diretores Estatutários, todos plenamente na condição de administradores independentes.

Portanto, a partir da transferência do controle acionário as operações do BICBANCO passaram a ser conduzidas no contexto operacional de seu novo Controlador, e incluem a consistência das políticas internas, práticas operacionais, estimativas contábeis, entre outros, com o objetivo de adequá-las ao seu plano de negócios.

De acordo com a regulamentação vigente, a CCB Holding em 01.09.2014 submeteu à apreciação e aprovação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pedido de registro de oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão do BICBANCO detidas pelos acionistas minoritários, com vistas a futuro cancelamento de seu registro de Companhia aberta.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais do Banco Industrial e Comercial S.A. (BICBANCO MÚLTIPLO), incluída a dependência no exterior, e as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Industrial e Comercial S.A. e suas controladas, os fundos de investimentos em direitos creditórios - FIDC's e o Empreendimento Controlado em Conjunto (BICBANCO CONSOLIDADO), foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, quando não conflitante com as normas do BACEN.

Desde 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emite pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, o BICBANCO, na elaboração das suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, adotou os seguintes pronunciamentos, já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/08;
- b) CPC 03 - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 3.604/08;
- c) CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09;
- d) CPC 10 - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/11;
- e) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09;
- f) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.007/11;
- g) CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; e,
- h) CPC Pronunciamento Conceitual Básico - Resolução CMN nº 4.144/12.

As demonstrações financeiras foram concluídas pela administração e aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2015.

b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o BICBANCO MÚLTIPLO e as empresas controladas (conforme quadro abaixo), o FIDC e proporcionalmente a BRASILFactors e foram elaboradas de acordo com a Lei nº 6.404/76, e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e normas da CVM e CMN, quando aplicável, apresentando as operações de arrendamento mercantil pelo método financeiro, com a reclassificação do imobilizado de arrendamento para rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzido do valor residual antecipado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

Os saldos patrimoniais e os resultados originados de transações entre as empresas foram eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Participação	%
BIC Arrendamento Mercantil S.A.	100
BIC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100
BIC Informática S.A.	100
BICBANCO Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	100
Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos	100
Sul Financeira Promotora de Vendas Ltda.	100
Sul Financeira Cobrança Ltda.	100
BRASILFactors	40

b.1) Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC's

Em conformidade com as normas da CVM, na condição de originador de recebíveis cedidos ao FIDC - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo II e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Aberto, foram consolidadas as informações contábeis dos referidos FIDC's. Além destes fundos, foi incluído proporcionalmente nas demonstrações financeiras consolidadas, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BrasilFactors Crédito Corporativo, cujas cotas subordinadas são detidas em sua totalidade pela BrasilFactors (*Joint Venture*). O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo I foi liquidado em 22 de agosto de 2014.

Os FIDC's foram constituídos na forma da Instrução CVM nº 409/04, com a característica de condomínio fechado, oriundo de operações de empréstimos e com prazos de duração indeterminados, tendo o BICBANCO e a BrasilFactors subscrito a totalidade das cotas subordinadas, sendo que as cotas seniores foram subscritas por investidores qualificados.

Nas demonstrações financeiras individuais, o investimento em cotas subordinadas está registrado na rubrica "Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos - Carteira própria".

Os FIDC's do BICBANCO apresentavam as seguintes posições patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	Dezembro/14	Dezembro/13
Ativo		
Disponibilidades	16	26
Aplicações interfinanceiras de liquidez	22.349	32.771
Títulos públicos federais	41.798	114.148
Direitos creditórios	47.351	149.581
(-) Provisão para devedores duvidosos	(7.068)	(7.786)
(-) Provisão para outros créditos	(1.127)	(4.217)
Outros Valores	3	421
Total do Ativo	103.322	284.944
Passivo		
Obrigações	118	165
Patrimônio Líquido	103.204	284.779
Cotas seniores	28.209	195.507
Cotas subordinadas	74.995	89.272
Total do Passivo	103.322	284.944

b.2) Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Venture*) - BRASILFactors

O BICBANCO, em 25 de abril de 2011, assumiu participação de 40% no capital da BRASILFactors S.A., uma *joint venture*, que tem como demais acionistas o FIMBank PLC (40%) e o International Finance Corporation - IFC (20%).

As atividades principais da empresa são voltadas aos serviços de *factoring* e *forfeiting*, compreendendo a aquisição de recebíveis do mercado doméstico e internacional, tendo por mercado alvo as empresas pequenas e médias.

Por ser constituída sob a forma de *joint venture* (empreendimento controlado em conjunto) o BICBANCO, como empreendedor, reconhece seu investimento na entidade através da consolidação proporcional, de acordo com as normas do BACEN vigentes. Dessa forma as informações contábeis da BRASILFactors são consolidadas, pelo percentual de participação detido, ou seja 40%, nas demonstrações financeiras do Banco.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

b.3) Balanço das controladas diretas

	Dezembro/14					
	BIC Distribuidora	BIC Arrendamento	Sul Financeira	BIC Cartões	Outras	Total
Ativo Total	18.666	471.156	1.189.445	34.763	21.447	1.735.477
Circulante e realizável a longo prazo	18.666	471.156	1.187.413	34.763	21.356	1.733.354
Disponibilidades	12	509	1.151	2.025	68	3.765
Aplicações interfinanceiras	–	127.106	4.702	–	–	131.808
Títulos e valores mobiliários	18.204	88.675	14.598	23.069	16.643	161.189
Operações de crédito	–	–	612.313	–	2.851	615.164
Operação de arrendamento mercantil	–	211.508	–	–	–	211.508
Outros créditos	450	39.407	520.066	9.669	1.776	571.368
Outros valores e bens	–	3.951	34.583	–	18	38.552
Ativo permanente	–	–	2.032	–	91	2.123
Passivo Total	18.666	471.156	1.189.445	34.763	21.447	1.735.477
Circulante e exigível a longo prazo	1.745	256.701	1.054.605	26.521	16.694	1.356.266
Depósitos	–	189.217	1.033.185	–	–	1.222.402
Recursos de aceites cambiais e debêntures	–	–	209	–	–	209
Obrigações por empréstimos e repasses	–	–	–	–	15.877	15.877
Outras obrigações	1.745	67.484	21.211	26.521	817	117.778
Patrimônio líquido - Capital social e reservas	15.892	219.291	127.364	7.332	5.411	375.290
Resultado do período	1.029	(4.836)	7.476	910	(658)	3.921

	Dezembro/13					
	BIC Distribuidora	BIC Arrendamento	Sul Financeira	BIC Cartões	Outras	Total
Ativo Total	17.248	545.476	1.016.777	31.031	12.420	1.622.952
Circulante e realizável a longo prazo	17.248	545.476	1.014.437	31.031	12.304	1.620.496
Disponibilidades	18	534	1.250	2.349	74	4.225
Aplicações interfinanceiras	–	47.278	900	–	–	48.178
Títulos e valores mobiliários	16.788	135.314	13.843	20.008	6.186	192.139
Operações de crédito	–	–	474.104	–	4.751	478.855
Operação de arrendamento mercantil	–	324.217	–	–	–	324.217
Outros créditos	442	31.638	497.196	8.674	1.277	539.227
Outros valores e bens	–	6.495	27.144	–	16	33.655
Ativo permanente	–	–	2.340	–	116	2.456
Passivo Total	17.248	545.476	1.016.777	31.031	12.420	1.622.952
Circulante e exigível a longo prazo	1.356	326.185	889.444	23.699	7.009	1.247.693
Depósitos	–	251.517	866.904	–	–	1.118.421
Recursos de aceites cambiais e debêntures	–	–	473	–	4.336	4.809
Obrigações por empréstimos e repasses	–	–	–	–	828	828
Outras obrigações	1.356	74.668	22.067	23.699	1.845	123.635
Patrimônio líquido - Capital social e reservas	15.077	188.445	113.846	6.418	6.588	330.374
Resultado do período	815	30.846	13.487	914	(1.177)	44.885

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

b.4) Reconciliação do lucro e do patrimônio líquido do BICBANCO MÚLTIPLO x BICBANCO CONSOLIDADO

	Dezembro/14	Dezembro/13
Resultado do exercício (múltiplo)	(734.785)	61.019
Apropriação do resultado do estoque das cessões - até 31/12/2011	–	294
MTM de títulos e valores mobiliários de controladas - 2014	(381)	(162)
Outros	8	105
Resultado do exercício (consolidado)	(735.158)	61.256

	Dezembro/14	Dezembro/13
Patrimônio líquido do exercício (múltiplo)	1.219.983	1.952.345
Ajuste no patrimônio líquido do estoque das cessões	–	(294)
Apropriação do resultado das cessões do período	–	294
MTM de títulos e valores mobiliários de coligadas	(381)	(162)
MTM de títulos e valores mobiliários de controladas - exercício anterior	(162)	–
Patrimônio líquido do exercício (consolidado)	1.219.448	1.952.183

A partir de 1º de janeiro de 2012 as cessões de créditos realizadas com os FIDC`s e a Sul Financeira, foram classificadas com característica de retenção substancial de riscos e benefícios, de acordo com a Resolução nº 3.533/08.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Resultado das operações

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências e obrigações, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos, inclusive ágio na aquisição de investimentos, e a avaliação dos instrumentos financeiros derivativos.

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O BICBANCO revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentada em Real, moeda funcional e de apresentação do BICBANCO.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgada pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período.

Para a agência no exterior, por se tratar na essência de uma extensão das atividades do Brasil, os ativos, os passivos e os resultados, são adaptados às práticas contábeis utilizadas pelo BICBANCO e foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. O resultado da variação cambial é registrado nas contas contábeis que as originaram na demonstração do resultado.

d) Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

e) Ativo circulante e realizável a longo prazo

e.1) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e.2) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

- Títulos e valores mobiliários:

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados:

- **Títulos para negociação** - títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Títulos disponíveis para venda** - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários, em que a Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e.3) Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período.

e.4) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração.

A partir de setembro de 2014, objetivando alinhar a política interna de classificação de clientes e atribuição de *ratings*, mantida fundamentação na Resolução nº 2.682/99 do BACEN para alinhamento às práticas do novo controlador, a provisão de créditos de liquidação duvidosa passou a considerar os seguintes aspectos julgados relevantes:

a) maior destaque à ponderação do resultado da avaliação da situação financeira das empresas, com prevalência sobre outros fatores tomados em consideração na análise dos riscos; b) revisão da importância atribuída para garantias vinculadas, quando provocam melhoras de *ratings* de clientes; c) revisão dos prazos mínimos para deterioração de *ratings*, quando decorrentes de atrasos nos pagamentos; d) redução do limite referencial para que operações em atraso provoquem a redução do *rating* de todo o grupo econômico; e) reclassificação imediata para maior nível de risco, das operações com empresas que declarem situação de recuperação judicial em qualquer fase do uso daquele instituto. Por fim, a administração entendeu necessário reposicionar os principais elementos considerados na análise econômica de seus clientes e assim adotar esses preceitos no cálculo das provisões para perdas em operações de crédito, respeitadas as condições mínimas requeridas pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 06 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela referida Resolução, conforme demonstrado na Nota 9c - Composição da provisão por níveis de risco.

e.5) Bens não de uso

Os bens não de uso próprio são registrados com base em laudo de avaliação elaborados por empresas especializadas. A data-base deste registro é a do efetivo recebimento do bem e, conseqüentemente, da liquidação da operação. Os lucros ou prejuízos apurados nas vendas são reconhecidos no resultado do período. Os bens não de uso próprio estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou quando há indicação de desvalorização.

e.6) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor líquido de realização.

f) Permanente

f.1) Os investimentos em controladas, nas demonstrações financeiras individuais, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O ágio apurado na aquisição de investimento, decorrente de expectativa de rentabilidade futura, é amortizado pelo montante equivalente ao resultado auferido pela empresa adquirida.

f.2) O imobilizado de uso, demonstrado ao custo de aquisição, é depreciado linearmente com base em taxas anuais em função da expectativa da vida útil estimada dos bens, como segue: imóveis: 04%; móveis, utensílios, sistemas de comunicações e instalações: 10%; e, sistema de processamento de dados e veículos: 20%.

f.3) No ativo intangível, estão registrados os valores relativos a softwares, demonstrado ao custo, que é amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

f.4) O ativo diferido é composto por gastos com aquisição e desenvolvimento logísticos incorridos até 31 de dezembro de 2008 e benfeitorias em imóveis de terceiros, relativos à instalação e manutenção de agências, com amortização à taxa anual de 20% ou pelos prazos dos contratos de locação. De acordo com a Resolução nº 3.617/08 do BACEN estes gastos não poderão mais ser diferidos e o saldo remanescente deverá ser mantido até a sua efetiva baixa.

g) Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata”) e cambiais auferidas.

O imposto de renda e a contribuição social são registrados na rubrica “Outras Obrigações - Fiscais e previdenciárias”, e são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e, de 15% sobre lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social. O imposto de renda e contribuição social diferidos estão registrados na rubrica “Outras obrigações - Diversos”, e os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais estão registrados em “Outros Créditos - Diversos”.

h) Contingências e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução do CMN nº 3.823/09.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa (nota 24). O BICBANCO não possui ativos contingentes de êxito provável.

Passivos contingentes: são reconhecidos contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa (nota 24).

Obrigações legais: estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

i) Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessão de Crédito

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorre a venda ou transferência do mesmo.

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.533/08 do BACEN, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e, (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer.

- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com *swap* de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador.

- Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

j) Demonstrações de valor adicionado

O BICBANCO elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do Pronunciamento Técnico - CPC 09, as quais são apresentadas como informações adicionais às demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

4. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Disponibilidades

	BICBANCO MÚLTIPLO		BICBANCO CONSOLIDADO	
	Dezembro/14	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/13
Caixa	1.606	1.444	1.606	2.983
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras (*)	172.088	305.449	173.492	305.520
Total	173.694	306.893	175.098	308.503

(*) Do total dos depósitos no exterior em moedas estrangeiras, o montante de R\$ 83.824 (Dezembro/13 - R\$ 250.286) é remunerado à taxa média de 0,07% ao ano (Dezembro/13 - 0,09% ao ano).

b) Aplicações no mercado aberto

Vencimento	BICBANCO MÚLTIPLO		BICBANCO CONSOLIDADO	
	Dezembro/14	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/13
Até 30 dias	200	800.029	22.843	832.800
Total	200	800.029	22.843	832.800

c) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Vencimento	BICBANCO MÚLTIPLO		BICBANCO CONSOLIDADO	
	Dezembro/14	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/13
Até 30 dias	239.376	293.467	10.301	17.365
De 31 a 90 dias	253.521	137.352	85.847	42.536
De 91 a 360 dias	451.077	408.239	19.212	44.729
Acima de 360 dias	396.929	417.955	3.142	33.962
Total	1.340.903	1.257.013	118.502	138.592

d) Aplicações em moedas estrangeiras

Vencimento	BICBANCO MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	Dezembro/14	Dezembro/13
Até 30 dias	39.201	52.189
Total	39.201	52.189

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Política de atuação

Os títulos e valores mobiliários são avaliados, quanto à sua destinação, por ocasião das aquisições e a carteira formada é avaliada a cada balanço semestral. Para os títulos mantidos até o vencimento a Administração declara a intenção e capacidade financeira para manutenção até o vencimento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

b) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria

	BICBANCO CONSOLIDADO MÚLTIPLO							
	Sem vencimento	Até 90 dias	91 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado	Total contábil
Títulos para negociação	17.067	58	31.266	2.383.859	2.432.250	2.430.635	2.432.250	2.385.278
Carteira própria	17.067	58	10.981	870.870	898.976	897.335	898.976	852.004
Letras Financeiras do Tesouro	–	–	5.864	870.842	876.706	876.716	876.706	834.909
Notas do Tesouro Nacional - B	–	58	5.117	–	5.175	5.139	5.175	–
Notas do Tesouro Nacional - C	–	–	–	28	28	27	28	28
Fundos	15.452	–	–	–	15.452	15.452	15.452	15.452
Carteira de renda variável	1.615	–	–	–	1.615	1	1.615	1.615
Vinculados a operações compromissadas	–	–	20.017	1.512.989	1.533.006	1.533.032	1.533.006	1.533.006
Letras Financeiras do Tesouro	–	–	20.017	1.512.989	1.533.006	1.533.032	1.533.006	1.533.006
Vinculados à prestação de garantias (*)	–	–	268	–	268	268	268	268
Letras Financeiras do Tesouro	–	–	268	–	268	268	268	268
Títulos disponíveis para venda	–	–	46.004	1.000.702	1.046.706	1.056.592	1.046.706	1.037.226
Carteira própria	–	–	26.496	644.852	671.348	685.502	671.348	671.348
Notas do Tesouro Nacional - B	–	–	26.496	644.852	671.348	685.502	671.348	671.348
Vinculados a compromissadas	–	–	10.028	211.493	221.521	224.597	221.521	221.521
Notas do Tesouro Nacional - B	–	–	10.028	211.493	221.521	224.597	221.521	221.521
Vinculados à prestação de garantias (*)	–	–	9.480	144.357	153.837	146.493	153.837	144.357
Notas do Tesouro Nacional - B	–	–	9.480	144.357	153.837	146.493	153.837	144.357
Títulos mantidos até o vencimento	–	–	–	153.700	153.700	153.700	79.783	199.271
Carteira própria	–	–	–	153.700	153.700	153.700	79.783	199.271
Notas do Tesouro Nacional - B	–	–	–	80.031	80.031	80.031	77.112	80.031
Cotas - FIDC	–	–	–	59.111	59.111	59.111	–	104.682
Eurobonds	–	–	–	14.558	14.558	14.558	2.761	14.558
Total em Dezembro/2014	17.067	58	77.270	3.538.261	3.632.656	3.640.926	3.558.739	3.621.775
Total em Dezembro/2013	19.798	6	149.377	1.250.191	1.419.372	1.431.556	1.407.895	1.375.016

(*) Total de operações vinculadas à prestação de garantias R\$ 154.105 (Dezembro/13 - R\$ 105.875) sendo que o montante de R\$ 132.109 (Dezembro/13 - R\$ 74.715) refere-se à margem depositada em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, conforme nota 6b5.

No final do primeiro semestre de 2013, com base nos cenários macroeconômicos e na estratégia de *hedge* de portfólio estruturada para captações indexadas a índices de inflação, a Administração procedeu a reclassificação de títulos classificados na categoria Títulos para Negociação, representados por NTN - B para a categoria Disponível para Venda. O efeito da marcação a mercado, no valor de R\$ 11.617, líquidos de efeitos tributários, foi registrado no Patrimônio Líquido do semestre findo em 31 de dezembro de 2013. Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do BACEN, e os títulos privados na CETIP S.A. As ações estão registradas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC). Os títulos no exterior - *Eurobonds*, estão custodiados na *Centrale de Livraison de Valuers Mobilières - Luxembourg* (CEDEL). As cotas do FIDC são controladas pelos Administradores dos Fundos.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços unitários, divulgados pela ANBIMA na data de balanço. As ações que compõem a carteira de renda variável foram ajustadas com base na cotação média de negociação no último dia útil ou na ausência deste, na última cotação disponível. Os demais títulos no país foram ajustados a valor de mercado com base nas taxas referenciais da BM&FBOVESPA e, o valor das cotas de fundos de investimento pelo valor da cota na data do balanço divulgado pelo administrador.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

c) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por indexador

BICBANCO CONSOLIDADO					
Dezembro/2014					
Título	Dólar	Selic	IPCA	Outros	Total
Ações	–	–	–	1.615	1.615
Fundos	15.452	–	–	59.111	74.563
Eurobonds	14.558	–	–	–	14.558
L.F.T	–	2.409.980	–	–	2.409.980
N.T.N-B	–	–	1.131.912	–	1.131.912
N.T.N-C	–	–	–	28	28
Total	30.010	2.409.980	1.131.912	60.754	3.632.656

BICBANCO CONSOLIDADO						
Dezembro/2013						
Título	Dólar	Selic	CDI	IPCA	Outros	Total
Ações	–	–	–	–	3.598	3.598
CDB	–	–	6	–	–	6
Debêntures	–	–	39.324	–	–	39.324
Fundos	16.200	–	–	–	–	16.200
Eurobonds	25.338	–	–	–	–	25.338
L.F.T	–	140.089	–	–	–	140.089
N.T.N-B	–	–	–	1.194.790	–	1.194.790
N.T.N-C	–	–	–	–	27	27
Total	41.538	140.089	39.330	1.194.790	3.625	1.419.372

6. CARTEIRA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais aproxima-se do valor que se poderia obter por meio de negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, aproxima-se do valor presente dos fluxos de caixa ajustados pela taxa de juros vigente no mercado, exceto operações de crédito e arrendamento mercantil.

As operações de crédito tiveram seus valores de mercado calculados a partir de indicadores disponíveis no mercado de acordo com a característica de cada operação.

O valor de mercado, dos depósitos interfinanceiros, dos depósitos a prazo prefixados e debêntures, foi calculado por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros das operações, com base nas taxas de juros de mercado divulgadas pela BM&FBOVESPA.

As operações passivas de títulos e valores mobiliários emitidos no exterior e as dívidas subordinadas tiveram seus valores de mercado calculados a partir dos valores divulgados e disponíveis na *Bloomberg*.

Os valores de mercado estimados em 31 de dezembro de 2014 foram determinados utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologia usual de apuração: avaliação do valor nominal até a data do vencimento e descontado a valor presente às taxas de mercado futuro, publicados nos boletins da BM&FBOVESPA ou outras fontes de mercado.

Estas estimativas do valor justo apresentadas não são necessariamente indicativos de valores que o BICBANCO e suas controladas poderiam realizar no mercado. A utilização de diferentes hipóteses ou metodologias de avaliação pode divergir dos montantes estimados de valor justo ora apresentados, tendo em vista a necessidade de parcela considerável de julgamento na interpretação das informações de mercado e sua liquidez.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

Os principais instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparados com os respectivos valores de mercado, estão assim apresentados:

	BICBANCO MÚLTIPLO		BICBANCO CONSOLIDADO	
	Dezembro/14		Dezembro/14	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	3.621.775	3.607.058	3.632.656	3.617.939
Derivativos	650.273	650.273	586.853	586.853
Operações de crédito e arrendamento mercantil	8.860.212	9.249.601	9.774.917	10.164.306
Passivos				
Depósitos interfinanceiros	401.990	402.077	401.990	402.077
Depósitos a prazo	6.173.669	6.353.202	6.038.190	6.217.723
Derivativos	12.505	12.505	11.811	11.811
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	1.031.711	1.032.312	1.031.711	1.032.312
Dívidas subordinadas	1.083.971	1.217.067	1.083.971	1.217.067

	BICBANCO MÚLTIPLO		BICBANCO CONSOLIDADO	
	Dezembro/13		Dezembro/13	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	1.375.016	1.363.540	1.419.372	1.407.897
Derivativos	629.933	629.933	629.933	629.933
Operações de crédito e arrendamento mercantil	9.764.302	10.186.184	10.590.633	11.012.515
Passivos				
Depósitos interfinanceiros	422.294	462.907	422.294	462.907
Depósitos a prazo	6.435.007	6.699.697	6.264.672	6.529.200
Derivativos	3.551	3.551	3.551	3.551
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	987.931	988.506	987.931	988.506
Debêntures	–	–	2.168	2.168
Dívidas subordinadas	952.454	1.069.401	952.454	1.069.401

b) Derivativos

b.1) Política de utilização

O BICBANCO realiza operações de derivativos tradicionais que visam atender às necessidades dos clientes, bem como executar sua política de gestão de riscos de modo a minimizar os riscos resultantes das operações financeiras. Seu objetivo é o de obter a mitigação da exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos do conglomerado. Para cumprir essa finalidade o Banco utiliza operações de *hedge* como uma proteção do fluxo de caixa e para mitigar a variabilidade das exposições. Os derivativos negociados são adquiridos para duas funções básicas:

Trading - como instrumento para assumir posições proprietárias e de gestão de riscos dos derivativos negociados com clientes que visam administrar riscos de mercado resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio e preços de ativos.

Hedge - para realização de *hedge* de portfólio estrutural.

Os derivativos que compõem a carteira de negociação ou *Trading Book* têm seus riscos mensurados, possuem limites e estratégias próprias que englobam todas as operações destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação. Estrategicamente os limites da Carteira *Trading* são bastante inferiores aos da carteira *Banking* e não há posicionamento direcional que venha a ser admitido além dos definidos pela Política. Nas operações com clientes, são imediatamente avaliadas as condições de *hedge* com outra contraparte, auferindo o Banco receita somente como intermediário. O cálculo de risco para esta carteira é efetuado diariamente e reportado ao Comitê de Tesouraria. Eventuais rompimentos dos limites estabelecidos são prontamente avaliados e necessariamente originam medidas de contenção.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

Para a carteira *Banking*, o Banco utiliza o *hedge* como uma estratégia defensiva que busca evitar o risco provocado pela variação de preços e taxas em determinadas posições assumidas ou futuras, mediante a compensação entre os resultados produzidos pelos itens objetos e os instrumentos financeiros utilizados na proteção. Ao evitar a perda, o *hedge* também anula a possibilidade de ganho, sendo seu objetivo econômico a transferência dos riscos inerentes às operações para outro agente com posição oposta. O instrumento financeiro derivativo é amplamente utilizado para proteger as posições ativas e passivas, compromissos assumidos e transações futuras, tanto para variações provocadas por alterações nas taxas de juros, câmbio e preços como para garantir a realização de fluxos de caixa projetados.

Os derivativos desempenham função fundamental no gerenciamento e controle de riscos, na medida em que compatibilizam os riscos com maior eficácia. Os derivativos possibilitam o apreçamento dos itens objetos de negociação e a redistribuição dos principais riscos inerentes, propiciando a movimentação de capitais entre os diversos mercados e criando novas oportunidades de negócios como consequente aumento e diversificação de carteiras.

Os contratos de derivativos negociados com clientes, no Brasil, são de operações de *Swap* e Mercado Futuro, todas registradas na BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS ou na CETIP. Os contratos futuros de DI e dólar da BM&FBOVESPA são utilizados principalmente como instrumentos de *hedge* para mitigação do risco cambial e do investimento da Agência de Cayman e para trava de taxas de financiamentos oferecidos a clientes por prazos ou moedas descasados com os dos recursos utilizados para este fim. No exterior, são realizadas operações com contratos derivativos NDF (Non Deliverable Forward) com o objetivo de *hedge* das captações no exterior.

b.2) Proteção das Exposições Cambiais

O BICBANCO efetua operações de *Swap* e NDF para fins de *hedge* de suas obrigações com títulos emitidos no exterior com o objetivo de proteger o risco de variação cambial e cupom das operações, se resguardando das oscilações cambiais através da utilização de *hedge* econômico para essas operações.

b.3) Gerenciamento de risco

O BICBANCO opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas. Os instrumentos financeiros derivativos representam compromissos futuros de troca de moeda ou indexador, ou compra e venda de ativos financeiros em datas e condições previamente determinadas em contrato.

O Banco adota uma política de minimização da exposição ao risco de mercado em consonância com sua principal atuação de negócios que é a concessão de crédito. O gerenciamento dos riscos é exercido diretamente pelos Comitês por meio de instrumentos devidamente testados e avaliados.

A estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior tem como objetivo não permitir impactos no resultado decorrentes de variação cambial. Para alcançar essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por intermédio da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

b.4) Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 31 de dezembro de 2014 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros, cupom de dólar e renda variável, e visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR, Rentabilidade e Risco de Liquidez.

b.5) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Normalmente, os preços cotados em bolsa são os melhores parâmetros de valor justo dos Instrumentos Financeiros. No entanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou mesmo cotações, sendo necessária a adoção de estimativas de valor presente e outras técnicas de apreçamento. Para a obtenção destes valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

- **Futuros e Termo:** cotações em bolsas;
- **Swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da BM&FBOVESPA, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável;
- **Opções:** modelos estatísticos que incorporam o comportamento da volatilidade do preço do ativo objeto, as taxas de juros, o preço de exercício e o preço *spot* da mercadoria.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

b.6) Registro dos valores

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do BACEN.

Contabilmente, os instrumentos derivativos são classificados, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN e suas atualizações posteriores.

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Especificamente, para o *Hedge* de Risco de Mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

O resultado das referidas operações encontra-se demonstrado na nota 30.c.

As operações em aberto em 31 de dezembro de 2014 apresentam as seguintes características:

BICBANCO CONSOLIDADO						
Valor de referência						
Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)						
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer a mais de 12 meses	Total
Contratos de Swap:						
Mercado Interfinanceiro	34	2.935	43.112	(591.116)	(468.165)	(1.016.169)
Moeda Estrangeira	636.718	4.431	(53.002)	574.757	468.165	989.920
Ações BICB4 (vide nota 36.f.)	2.188	–	9.890	16.359	–	26.249
Subtotal	638.940	7.366	–	–	–	–
Ajuste ao Valor de Mercado	5.239	(461)	–	–	–	–
Total	644.179	6.905	–	–	–	–
Contratos de Termo/NDF:						
Compra de Termo/NDF	4.973	313	43.635	92.498	–	136.133
Venda de Termo/NDF	1.121	4.593	(161.794)	(4.391)	–	(166.185)
Subtotal	6.094	4.906	–	–	–	–
Total	650.273	11.811	–	–	–	–
Contratos Futuros:						
Compra - Mercado Interfinanceiro	–	–	–	–	3.495	3.495
Venda - Mercado Interfinanceiro	–	–	(179.224)	(415.901)	(2.540.767)	(3.135.892)
Compra IND	–	–	3.028	–	–	3.028
Compra - DDI - Cupom Cambial	–	–	33.174	56.578	–	89.752
Venda - DDI - Cupom Cambial	–	–	–	(28.817)	–	(28.817)
Venda - Moeda Estrangeira	–	–	(197.071)	–	–	(197.071)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

As operações em aberto em 31 de dezembro de 2013 apresentam as seguintes características:

BICBANCO CONSOLIDADO						
Valor de referência						
Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)						
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer a mais de 12 meses	Total
Contratos de Swap:						
Mercado Interfinanceiro	18	36	(206.812)	(287.236)	(1.144.146)	(1.638.194)
Moeda Estrangeira	561.566	1.354	106.812	243.370	1.116.150	1.466.332
IPCA	16.001	-	100.000	-	-	100.000
Ações BICB4 (vide nota 36.f.)	17.689	-	-	43.866	27.996	71.862
Subtotal	595.274	1.390	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	32.363	137	-	-	-	-
Total	627.637	1.527	-	-	-	-
Contratos de Termo/NDF:						
Compra de Termo/NDF	1.853	214	3.884	8.344	366	12.594
Venda de Termo/NDF	443	1.810	(33.364)	(5.027)	-	(38.391)
Subtotal	2.296	2.024	-	-	-	-
Total	629.933	3.551	-	-	-	-
Contratos Futuros:						
Compra - Mercado Interfinanceiro	-	-	56.458	5.857	-	62.315
Venda - Mercado Interfinanceiro	-	-	-	(182.382)	(328.269)	(510.651)
Compra - IND	-	-	4.661	-	-	4.661
Compra - DDI - Cupom Cambial	-	-	28.138	5.887	-	34.025
Venda - DDI - Cupom Cambial	-	-	-	(1.172)	(4.630)	(5.802)
Compra - Moeda Estrangeira	-	-	62.957	-	-	62.957
Venda - Moeda Estrangeira	-	-	(18.155)	-	-	(18.155)

As operações de “swap” encontram-se registradas na BM&FBOVESPA e na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, os ajustes referentes à diferença a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, em contrapartida de receita ou despesa. As operações de “mercado futuro” encontram-se registradas na BM&FBOVESPA, os ajustes apropriados/pagos diariamente são contabilizados como receita ou despesa.

O montante das margens depositadas em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:

BICBANCO MÚLTIPLO E CONSOLIDADO					
		Dezembro/14		Dezembro/13	
Título	Vencimento	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
N.T.N. - B	15/08/2014	-	-	72.156	72.156
L.F.T.	07/09/2014	-	-	2.559	2.559
N.T.N. - B	15/08/2016	132.109	132.109	-	-
Total		132.109	132.109	74.715	74.715

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

b.7) Sensibilidade - Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiros Derivativos

A avaliação de sensibilidade envolve o conjunto de operações e instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais detidas com o intuito de administrar a exposição a riscos de mercado e protegê-lo, especialmente em períodos de quebra dos padrões históricos. O Comitê de Tesouraria define um conjunto de cenários que contém uma determinada combinação de preços e taxas de juros em ambiente de crise e levada à área de gestão de riscos para simulação.

Na elaboração do quadro de sensibilidade demonstrado abaixo, foram adotados os seguintes procedimentos:

(i) Cálculo, em cada um dos cenários, dos valores da carteira de negociação (*Trading Book*) e das operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio e seus respectivos *hedges* (*Banking Book*);

(ii) Para cada um dos fatores de risco, opção pela direção que trouxesse a maior perda e, sobre ele, aplicação de aumento ou redução definido;

(iii) Por fim, obtenção dos resultados das perdas relativas ao cenário hipotético em questão.

Os cenários a seguir, não necessariamente refletem a gestão de riscos de mercado do BICBANCO e tampouco estão associados às práticas contábeis. Os modelos de estresse podem representar situações extremas e distantes do cotidiano.

Resumo das premissas para cada um dos cenários

Escolheu-se para cada carteira o sentido (acréscimo ou decréscimo) que maximiza a perda para cada fator de risco. Foram mantidos deslocamentos paralelos das curvas, ou seja, um deslocamento de + 1.000 *basis points* significa que em toda a curva futura houve um acréscimo de 10% às taxas ou preços vigentes.

Cenário 01: Situação provável, que reflete a percepção do BICBANCO em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de 03 meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (BM&FBovespa, ANBIMA, CETIP).

Cenário 02: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.12.2014, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário 03: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.12.2014, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Carteira <i>Trading</i> - Premissas para fatores de Risco				
	Curva de Juros (Pré)	Curva de Cupom Cambial	Dólar à Vista	Inflação
Cenário 01	deslocamento paralelo de (+) 1.000 basis points	deslocamento paralelo de (+) 1.000 basis points	acréscimo de 10%	aumento de 10%
Cenário 02	deslocamento paralelo de (+) 2.500 basis points	deslocamento paralelo de (+) 2.500 basis points	acréscimo de 25%	aumento de 25%
Cenário 03	deslocamento paralelo de (+) 5.000 basis points	deslocamento paralelo de (+) 5.000 basis points	acréscimo de 50%	aumento de 50%

Os cenários apresentados na tabela acima referente à Carteira *Trading* refletem situação de deterioração das expectativas macroeconômicas: as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo das curvas de cupom cambial, e o câmbio sofre grandes oscilações.

Os cenários adotados para a Carteira *Banking* encontram-se na tabela a seguir, que também reflete deterioração das expectativas macroeconômicas no sentido que maximiza a perda para cada fator de risco desta carteira. Para isso, as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo das curvas de cupom cambial, o câmbio sofre queda, a bolsa brasileira cai, e a inflação tem elevação, o que tem reflexo nos indicadores e contratos indexados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

Carteira <i>Banking</i> - Premissas para fatores de Risco					
	Curva de Juros (Pré)	Curva de Cupom Cambial	Dólar à Vista	Bolsa BM&FBOVESPA	Inflação
Cenário 01	deslocamento paralelo de (+) 1.000 basis points	deslocamento paralelo de (-) 1.000 basis points	redução de 10%	queda de 10%	alta de 10%
Cenário 02	deslocamento paralelo de (+) 2.500 basis points	deslocamento paralelo de (-) 2.500 basis points	redução de 25%	queda de 25%	alta de 25%
Cenário 03	deslocamento paralelo de (+) 5.000 basis points	deslocamento paralelo de (-) 5.000 basis points	redução de 50%	queda de 50%	alta de 50%

Os resultados das perdas constam do quadro a seguir e foram calculadas nos cenários definidos por fator de risco, para as carteiras *Trading e Banking*.

Carteira <i>Trading</i> - Resultados para os Fatores de Risco			
Fatores de Risco	Cenário 01	Cenário 02	Cenário 03
Pré-fixado	(891)	(2.428)	(4.710)
Ações e Índices	(302)	(756)	(1.513)
Inflação	—	—	(1)
Perda Total	(1.193)	(3.184)	(6.224)

Carteira <i>Banking</i> - Resultados para os Fatores de Risco			
Fatores de Risco	Cenário 01	Cenário 02	Cenário 03
US\$ e Cupom de US\$	(30.907)	(78.567)	(161.177)
Taxa Prefixada em Reais	(27.041)	(64.130)	(117.954)
Ações e Índices	(160)	(402)	(804)
Inflação	(4.418)	(11.151)	(22.659)
Perda Total	(62.526)	(154.250)	(302.594)

São fatores de riscos:

Cupom de US\$ - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar norte-americano e da taxa de juros em dólares.

Taxa pré-fixada em Reais - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros denominada em Reais.

Ações e Índices - Compreendem as ações e os índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações.

Inflação - Refere-se a todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.

Para efeito dos cálculos, foram adotadas as premissas de intervalo de confiança de 95%, para o cálculo do VaR e horizonte de tempo de 10 dias para saída da posição.

O Quadro de Análise de Sensibilidade tem limitações e o impacto econômico em uma eventual oscilação de taxa de juros poderá não representar necessariamente um lucro ou prejuízo contábil material para o Banco. A combinação específica de preços que determina cada cenário é uma decisão arbitrária, embora possível. Os sinais das correlações históricas entre os ativos não foram necessariamente respeitados, e tampouco os cenários escolhidos foram observados no passado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

A contabilização dos instrumentos da carteira *Banking*, em sua grande maioria, segue a curva contratada, que diferem dos instrumentos financeiros derivativos da carteira *Trading* que sofrem oscilações no respectivo registro contábil em razão da marcação a mercado.

Os resultados apresentados no quadro referente à carteira *banking* podem, à primeira vista, dar a impressão de alta sensibilidade à volatilidade. Todavia, o quadro de sensibilidade apresentado não considera correlações entre os diferentes fatores de risco. Isso significa, por exemplo, que a análise desconsidera a correlação entre os fatores pré e CDI, ou seja, as perdas das taxas pré-fixadas não são compensadas pelos ganhos em CDI. Note-se que o cenário da posição *banking* poderia ter sido projetado para quaisquer sentidos que trouxessem maior perda, como por exemplo com aumento da taxa de juros e queda da inflação, o que contraria o senso comum.

Da mesma forma, no quadro de sensibilidade, as taxas de juros e o câmbio foram considerados não correlacionados. As limitações da análise de cenários envolvem também a marcação a mercado de todas as posições, o que contradiz a determinação do Banco em levar as operações (especialmente as de captação em moeda estrangeira) até o vencimento (*held to maturity*), o que pode induzir o leitor a erro ao julgar que as perdas apresentadas nos cenários se materializarão, mesmo que se verifiquem as oscilações previstas nos fatores de risco.

b.8) Efeitos da avaliação a valor justo

Os efeitos da avaliação a valor justo dos derivativos "SWAP" no período, líquidos dos efeitos fiscais, podem ser assim demonstrados:

	BICBANCO MÚLTIPLO E CONSOLIDADO		
	2º Semestre/2014	2014	2013
Efeito do valor justo no período - Brasil	(19.542)	(15.935)	(85.697)
Efeito do valor justo no período - Exterior	-	-	362
Efeito líquido no resultado (*)	(19.542)	(15.935)	(85.335)

(*) O valor bruto no ano de 2014, antes dos efeitos fiscais é de R\$ 26.558 (2013 - R\$ 142.828)

7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - DEPÓSITOS NO BACEN

	BICBANCO MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	Dezembro/14	Dezembro/13
Compulsório sobre depósito à vista	90.016	75.406
Compulsório sobre depósito de poupança (*)	7.698	7.504
Direcionamento de microfinanças	500	1.603
Total	98.214	84.513

(*) O valor da remuneração sobre os créditos vinculados a depósitos no BACEN está divulgado na nota 30g.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Diversificação por tipo de operação

Modalidade	BICBANCO MÚLTIPLO		BICBANCO CONSOLIDADO	
	Dezembro/14	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/13
Capital de giro e descontos (*)	4.515.826	5.602.192	4.588.339	5.752.463
Contas garantidas	422.214	776.754	422.214	776.754
Crédito pessoal consignado (*)	13.230	17.688	803.771	713.231
Comprar	7.653	8.983	7.653	8.983
Cheque empresarial	24.163	64.072	24.163	64.072
Financiamentos à importação	642.684	577.923	642.684	577.923
Financiamentos à exportação	514.576	485.894	514.576	485.894
Financiamentos rurais e agroindustriais	116.977	145.363	116.977	145.363
Financiamentos imobiliários e habitacionais	2.020	2.298	2.020	2.298
Financiamento de máquinas e veículos pesados	79.075	136.984	79.075	136.984
Resolução nº 2.770 - repasses	8.281	18.554	8.281	18.554
Vendor	-	3.403	-	3.403
Crédito a pessoas físicas (*)	148.991	120.784	383.769	261.013
Operações de crédito vinculadas à cessão (**)	436.890	500.815	-	-
Outros	476.000	251.797	476.000	251.797
Operações de crédito	7.408.580	8.713.504	8.069.522	9.198.732
Fiança honrada	5.166	847	5.166	847
Devedores por compra de valores e bens	154.267	115.247	156.478	118.019
Créditos adquiridos	-	17.807	-	17.807
Títulos e créditos a receber	226.154	43.441	227.594	44.852
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (***)	1.066.045	873.456	1.066.045	873.456
Outros créditos	1.451.632	1.050.798	1.455.283	1.054.981
Operações de arrendamento mercantil	-	-	250.112	336.920
Total	8.860.212	9.764.302	9.774.917	10.590.633

(*) O consolidado está acrescido dos seguintes créditos cedidos anteriores à Resolução nº 3.533/08: **FIDC** nas modalidades de capital de giro e descontos no valor de R\$ 7.068 (Dezembro/13 - R\$ 7.959); **Sul Financeira S/A** na modalidade de crédito pessoal consignado no valor de R\$ 395.445 (Dezembro/13 - R\$ 332.265) e crédito a pessoa física no valor de R\$ 234.778 (Dezembro/13 - R\$ 140.229). Também foram acrescidos, na modalidade capital de giro e desconto, respeitando a proporcionalidade, os créditos da **BrasilFactors** no valor de R\$ 2.922 (Dezembro/13 - R\$ 4.775) e os créditos do **FIDC da BrasilFactors** no valor de R\$ 20.729 (Dezembro/13 -) totalizando R\$ 662.381 (Dezembro/13 - R\$ 489.411).

(**) No consolidado as operações de crédito vinculadas à cessão - Resolução nº 3.533/08 foram distribuídas de acordo com as modalidades que originaram os créditos, conforme segue: **FIDC** nas modalidades de capital de giro e descontos, no valor de R\$ 41.794 (Dezembro/13 - R\$ 137.537); **Sul Financeira S/A** na modalidade de crédito pessoal consignado no valor de R\$ 395.096 (Dezembro/13 - R\$ 363.278), totalizando R\$ 436.890 (Dezembro/13 - R\$ 500.815).

(***) As operações de adiantamentos sobre contrato de câmbio estão registradas no balanço na rubrica "Outras Obrigações - Carteira de câmbio", acrescidas das rendas a receber sobre adiantamentos concedidos, que se encontram na rubrica "Outros Créditos - Carteira de câmbio". Para fins de apresentação desta nota, os dois valores estão apresentados como "Outros créditos".

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

b) Diversificação por setor de atividade

	BICBANCO MÚLTIPLO		BICBANCO CONSOLIDADO	
	Dezembro/14	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/13
Setor Público	175.544	241.328	175.544	241.328
Estadual	173.140	237.197	173.140	237.197
Municipal	2.404	4.131	2.404	4.131
Setor Privado	8.078.175	8.970.686	8.350.171	9.315.509
Agronegócio	270.494	228.990	277.052	256.136
Indústria	3.848.924	4.154.903	3.985.176	4.286.321
- Construção civil - empreiteiras	743.932	811.979	771.069	848.617
- Usina de açúcar e álcool	604.842	652.423	621.412	675.993
- Incorporadoras	442.511	450.054	450.221	466.346
- Produção de farinha, massa, bolos e biscoitos	153.474	151.272	154.486	153.454
- Abate de animais e indústrias de carne	125.593	143.375	129.375	148.930
- Indústria química e petroquímica	195.787	220.819	204.321	221.152
- Produção metalúrgica e mecânica	205.893	200.214	209.156	200.214
- Produção de eletroeletrônicos	58.683	72.828	62.051	73.190
- Produção de papel e celulose	236.397	101.993	239.135	105.445
- Produção de adubos, fertilizantes e inseticidas	140.010	116.113	141.761	119.995
- Indústria de bebidas em geral	126.304	52.631	127.042	53.678
- Indústria de materiais para construção	97.167	115.508	99.703	120.196
- Produção de canos e artefatos de ferro	112.237	125.824	117.348	134.762
- Produção de veículos, carrocerias e outros	103.798	222.585	108.488	227.547
- Produção de embalagens plásticas	60.251	90.798	66.597	96.352
- Produção de fios e tecidos	56.936	91.783	56.936	91.984
- Produção de calçados e artigos de couro	95.719	52.415	96.199	52.573
- Indústria de fumo	24.954	47.877	24.954	47.877
- Extração vegetal e mineral	32.216	56.735	47.044	60.833
- Serviços de artes gráficas	21.158	54.842	21.183	55.410
- Indústria de confecções	79.824	40.606	79.824	40.606
- Produção de móveis	17.711	30.708	18.943	33.244
- Outros	113.527	251.521	137.928	257.923
Comércio	1.368.372	1.359.472	1.395.866	1.388.956
- Supermercados e atacadistas	330.129	318.077	339.793	324.465
- Concessionárias e comércio de veículos	174.560	206.714	175.551	207.742
- Comércio de outros produtos químicos	77.754	78.824	77.754	78.824
- Comércio de produtos agropecuários	72.043	69.432	72.043	69.432
- Comércio de medicamentos	52.043	49.424	52.043	49.424
- Comércio de eletroeletrônicos	151.466	203.426	151.537	204.590
- Comércio de roupas e tecidos	29.526	49.815	29.526	49.815
- Comércio de máquinas e equipamentos	109.161	57.670	110.400	59.587
- Empresas - <i>trading companies</i>	76.013	71.446	76.013	71.446
- Comércio de derivados de petróleo	65.938	64.799	74.519	74.538
- Comércio de móveis e artigos para decoração	90.996	50.416	90.996	50.416
- Comércio de produtos metalúrgicos	-	5.687	594	7.441
- Comércio de materiais para construção	42.547	36.862	42.755	36.981
- Comércio de livros, revistas e jornais	1.695	6.263	1.695	6.263
- Importação e exportação de produtos alimentícios	17.111	11.971	17.111	11.971
- Comércio de calçados e artigos de couro	82	321	82	321
- Comércio de armarinhos em geral	45	152	45	152
- Outros	77.263	78.173	83.409	85.548

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

	BICBANCO MÚLTIPLO		BICBANCO CONSOLIDADO	
	Dezembro/14	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/13
Intermediários financeiros	67.001	128.965	67.216	129.379
Outros serviços	2.523.384	3.098.356	2.624.861	3.254.717
- Serviços médicos e odontológicos	183.352	346.371	189.261	354.244
- Serviços técnicos e profissionais	276.057	410.461	288.863	429.455
- Transportes de passageiros e cargas	343.797	352.875	365.352	400.661
- Empresas - <i>holdings</i> em geral	502.245	616.766	503.761	619.302
- Serviços de utilidade pública	130.237	83.321	135.687	92.967
- Serviços de locação em geral	112.659	272.749	137.205	304.708
- Distribuição de energia	115.473	104.242	115.473	104.242
- Ensino de 1º, 2º grau e superior	46.289	85.135	49.140	89.936
- Serviços de comunicação e diversão	39.127	66.143	44.555	68.117
- Serviços de reparação, manutenção e instalação	85.876	89.025	85.876	89.360
- Associações desportivas	47.558	53.799	47.558	53.799
- Associações e sindicatos	9.940	19.424	10.026	19.723
- Serviços de armazenagem	30.112	32.332	30.112	32.596
- Serviços de limpeza, conservação e vigilância	22.786	33.504	24.850	36.409
- Serviços de hospedagem	5.122	38.020	5.202	38.139
- Cooperativas de produção	21.985	42.117	21.985	42.117
- Serviços metalúrgicos	34.976	30.666	35.493	31.637
- Serviços de telefonia	19.010	29.964	19.010	29.964
- Administração de cartões	13.929	25.559	13.929	25.559
- Serviço de processamento de dados	1.224	1.080	1.224	1.220
- Outros	481.630	364.803	500.299	390.562
Pessoas físicas	606.493	552.288	1.249.202	1.033.796
Total	8.860.212	9.764.302	9.774.917	10.590.633

(*) As operações de crédito pessoal e consignado cedidas (nota 8h1) tiveram como destino a Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos, empresa controlada do BICBANCO, que concentra as operações às pessoas físicas.

c) Diversificação por prazos - por parcela

	BICBANCO MÚLTIPLO				BICBANCO CONSOLIDADO			
	Dezembro/14	%	Dezembro/13	%	Dezembro/14	%	Dezembro/13	%
Setor Público								
Até 03 meses	33.107	0,37	22.918	0,23	33.107	0,34	22.918	0,22
De 03 meses até 01 ano	97.701	1,10	97.897	1,00	97.701	1,00	97.897	0,92
Acima de 01 ano	44.599	0,50	118.852	1,22	44.599	0,46	118.852	1,12
Vencidos a partir de 15 dias	137	0,00	1.661	0,02	137	0,00	1.661	0,02
Setor Privado								
Até 03 meses	2.879.803	32,50	3.760.766	38,52	3.003.567	30,73	3.904.455	36,86
De 03 meses até 01 ano	3.156.630	35,63	3.495.837	35,80	3.433.290	35,12	3.639.918	34,37
Acima de 01 ano	2.225.065	25,12	2.117.242	21,68	2.706.916	27,69	2.639.775	24,93
Vencidos a partir de 15 dias	423.170	4,78	149.129	1,53	455.600	4,66	165.157	1,56
Total	8.860.212	100,00	9.764.302	100,00	9.774.917	100,00	10.590.633	100,00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

d) Diversificação por indexador

BICBANCO CONSOLIDADO						
Dezembro/14						
Tipo de Operação	Prefixado	CDI	TR/TBF	Dólar	Outros (*)	Total
Operações de Crédito	1.848.741	5.485.082	80.021	1.717.010	4.713	9.135.567
Arrendamento Mercantil	18.602	231.510	–	–	–	250.112
Outros	278.551	88.655	169	–	21.863	389.238
Total	2.145.894	5.805.247	80.190	1.717.010	26.576	9.774.917

(*) Composto principalmente por operações sujeitas aos indexadores - TJLP e IGPM.

BICBANCO CONSOLIDADO						
Dezembro/13						
Tipo de Operação	Prefixado	CDI	TR/TBF	Dólar	Outros (*)	Total
Operações de Crédito	2.015.643	6.563.332	23.281	1.469.932	–	10.072.188
Arrendamento Mercantil	43.504	293.416	–	–	–	336.920
Outros	89.257	70.486	176	–	21.606	181.525
Total	2.148.404	6.927.234	23.457	1.469.932	21.606	10.590.633

(*) Composto principalmente por operações sujeitas aos indexadores - TJLP e IGPM.

e) Distribuição geográfica

BICBANCO CONSOLIDADO					
	Dezembro/14		Dezembro/13		
	R\$	%	R\$	%	
	Região norte	49.135	0,50	112.027	
Região nordeste	1.683.413	17,22	2.275.555	21,49	
Região sudeste	4.848.969	49,61	4.940.703	46,65	
Região centro-oeste	1.162.032	11,89	1.154.459	10,90	
Região sul	1.541.028	15,77	1.620.822	15,30	
Exterior	490.340	5,01	487.067	4,60	
Total	9.774.917	100,00	10.590.633	100,00	

f) Níveis de concentração de risco

BICBANCO CONSOLIDADO					
	Dezembro/14		Dezembro/13		
	R\$	%	R\$	%	
	Maior devedor individual	222.248	2,27	152.176	
10 Maiores devedores	1.141.011	11,67	1.035.297	9,78	
20 Maiores devedores	1.635.434	16,73	1.546.105	14,60	
50 Maiores devedores	2.702.376	27,65	2.577.084	24,33	
100 Maiores devedores	3.837.064	39,25	3.732.003	35,24	
Maior devedor grupo econômico	319.615	3,27	276.988	2,62	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

g) Distribuição dos prazos por carteira - por parcela

g.1) Vencimentos carteira comercial

	BICBANCO CONSOLIDADO			
	Dezembro/14		Dezembro/13	
	R\$	%	R\$	%
Até 03 meses	2.098.886	31,10	2.879.501	36,27
De 03 meses a 01 ano	2.157.186	31,97	2.579.865	32,49
Acima de 01 ano	2.103.233	31,17	2.339.858	29,47
Vencidos a partir de 15 dias	388.537	5,76	140.905	1,77
Total	6.747.842	100,00	7.940.129	100,00

g.2) Vencimentos trade finance

	BICBANCO CONSOLIDADO			
	Dezembro/14		Dezembro/13	
	R\$	%	R\$	%
Até 03 meses	853.863	38,41	934.902	48,26
De 03 meses a 01 ano	1.154.195	51,91	857.250	44,25
Acima de 01 ano	157.702	7,09	128.023	6,61
Vencidos a partir de 15 dias	57.545	2,59	17.097	0,88
Total	2.223.305	100,00	1.937.272	100,00

g.3) Vencimentos crédito pessoal consignado

	BICBANCO CONSOLIDADO			
	Dezembro/14		Dezembro/13	
	R\$	%	R\$	%
Até 03 meses	83.925	10,44	112.970	15,84
De 03 meses a 01 ano	219.610	27,32	300.700	42,16
Acima de 01 ano	490.580	61,03	290.746	40,76
Vencidos a partir de 15 dias	9.655	1,21	8.816	1,24
Total	803.770	100,00	713.232	100,00

h) Cessão de crédito

h.1) Cessão de crédito interbancário

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o BICBANCO realizou operações de cessão de crédito consignado com a sua controlada, Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos. Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 3.533/08, que determinou novos critérios para reconhecimento contábil e classificação das operações de cessão de crédito, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012, as referidas cessões foram classificadas na categoria de "operações com retenção substancial de risco e benefícios" pelo valor presente de R\$ 208.372 (Dezembro/13 - R\$ 256.956), e o valor registrado como obrigações por operações vinculadas à cessão é de R\$ 201.749 (Dezembro/13 - R\$ 310.570). O resultado no montante de R\$ 37.072 (Dezembro/13 - R\$ 53.614), será reconhecido na cedente "pro rata temporis" pelo prazo de cada contrato cedido. As cessões estão sujeitas à aplicação da Resolução nº 2.682/99, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

h.2) Cessão de crédito para fundo de investimento em direitos creditórios

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o BICBANCO realizou operações de cessão de crédito na modalidade “capital de giro” para os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo I, II e Aberto. Os preços das cessões correspondem aos saldos contábeis dos créditos, que totalizam R\$ 276.666 (Dezembro/13 - R\$ 573.493). Consequentemente, não houve resultado nas referidas cessões. Conforme estabelecido na Resolução nº 3.533/08 do BACEN, as referidas cessões foram classificadas na categoria de “operações com retenção substancial de risco e benefícios”. As operações de crédito cedidas estão sujeitas à aplicação da Resolução nº 2.682/99, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

h.3) Cessão de crédito para securitizadora de crédito (empresa anteriormente ligada)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não houve cessão para securitizadora de crédito. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram cedidas operações de crédito de capital de giro classificadas como “operações com transferência substancial dos riscos e benefícios”, que estavam integralmente provisionadas, resultando no reconhecimento de receita no valor de R\$ 12.121. Adicionalmente, foram vendidas operações de créditos já baixadas para prejuízo, resultando no reconhecimento de receita no valor de R\$ 21.039. As cessões foram realizadas considerando avaliações internas quanto às perspectivas de recuperação dos créditos, que servem para balizamento do modelo de preço da cessão, e análises de empresa especializada a respeito dos devedores e condição dos créditos, utilizadas como fonte de informações para as referidas avaliações das perspectivas de recuperação de créditos.

h.4) Cessão de crédito para empresa não financeira e não ligada

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram cedidas operações de créditos, com transferência substancial dos riscos e benefícios no montante de R\$ 31.472 (Dezembro/13 - R\$ 98.855) para pessoas jurídicas não ligadas e não integrantes do sistema financeiro nacional, gerando resultado negativo no montante de R\$ 654 (Dezembro/13 - R\$ 13.826). Adicionalmente, foram vendidas operações de créditos já baixadas para prejuízo, gerando resultado no valor de R\$ 1.879 (Dezembro/13 - R\$ 6.123).

i) Operações de arrendamento mercantil

O valor dos contratos de arrendamento mercantil da controlada é representado pelo seu respectivo valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas como segue:

	BICBANCO CONSOLIDADO	
	Dezembro/14	Dezembro/13
Arrendamento a receber	229.440	323.952
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(225.450)	(321.017)
Bens arrendados	512.729	607.769
Superveniência de depreciação	122.216	161.250
Depreciação de bens arrendados	(272.092)	(301.460)
Perdas em arrendamento mercantil a amortizar	5.462	5.080
Valor residual antecipado	(122.193)	(138.809)
(=) Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	250.112	336.765
Adiantamento a fornecedor	-	155
Total carteira de arrendamento mercantil	250.112	336.920

9. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A partir de 01 de Setembro de 2014, sob gestão do novo Controlador, a Administração do BICBANCO reavaliou o modelo interno de classificação de clientes e atribuição de *ratings* e procedeu alterações nas Políticas de Crédito, mantida fundamentação da Resolução nº 2.682/99 do BACEN para alcançar um alinhamento às práticas e critérios adotados pelo novo Controlador.

Como indutores da revisão e reavaliação das políticas foram considerados os seguintes aspectos julgados relevantes: a) maior destaque à ponderação do resultado da avaliação da situação financeira das empresas, com prevalência sobre outros fatores tomados em consideração na análise dos riscos; b) revisão da importância atribuída para garantias vinculadas, quando provocam melhoras de *ratings*

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

de clientes; c) revisão dos prazos mínimos para deterioração de *ratings*, quando decorrentes de atrasos nos pagamentos; d) redução do limite referencial para que operações em atraso provoquem a redução do *rating* de todo o grupo econômico; e) reclassificação imediata para maior nível de risco, das operações com empresas que declarem situação de recuperação judicial em qualquer fase do uso daquele instituto. Por fim, a administração entendeu necessário reposicionar os principais elementos considerados na análise econômica de seus clientes e assim adotar esses preceitos no cálculo das provisões para perdas em operações de crédito, respeitadas as condições mínimas requeridas pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN.

a) Movimentação da provisão

	BICBANCO MÚLTIPLO		BICBANCO CONSOLIDADO	
	Dezembro/14	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/13
Saldo inicial	384.747	554.407	418.984	596.298
Constituição	1.231.665	269.612	1.302.674	307.341
Reversão	(7.794)	(21.928)	(28.021)	(47.651)
Subtotal	1.608.618	802.091	1.693.637	855.988
Baixas	(487.499)	(417.344)	(508.717)	(437.004)
Saldo final	1.121.119	384.747	1.184.920	418.984
Recuperação de créditos lançados a prejuízo	13.448	93.470	16.420	94.535
Créditos renegociados no período	433.363	232.826	433.363	232.826
Percentual da provisão sobre a carteira de créditos	12,65	3,94	12,12	3,96

b) Composição da provisão por tipo de operação

	BICBANCO MÚLTIPLO		BICBANCO CONSOLIDADO	
	Dezembro/14	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/13
Capital de giro e descontos	495.155	190.112	502.747	199.617
Contas garantidas	27.078	28.694	27.078	28.694
Crédito pessoal consignado	5.875	7.736	22.580	19.931
Compror	3.807	315	3.807	315
Cheque empresarial	2.741	2.602	2.741	2.602
Financiamentos à importação	50.700	17.624	50.700	17.624
Financiamentos à exportação	46.426	18.692	46.426	18.692
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.820	196	1.820	196
Financiamentos imobiliários e habitacionais	10	9	10	9
Financiamento de máquinas e veículos pesados	11.941	3.528	11.941	3.528
Crédito a pessoas físicas	332	282	12.184	4.395
Cessões de crédito (Resolução nº 3.533)	10.963	4.293	–	–
Outros	289.588	80.621	289.588	80.621
Operações de crédito	946.436	354.704	971.622	376.224
Fiança honrada	2.488	205	2.488	205
Devedores por compra de valores e bens	27.069	503	27.080	517
Títulos e créditos a receber	117.475	14.673	117.475	14.673
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	27.651	14.662	27.651	14.662
Outros créditos	174.683	30.043	174.694	30.057
Operações de arrendamento mercantil	–	–	38.604	12.703
Total	1.121.119	384.747	1.184.920	418.984

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

c) Composição da provisão por níveis de risco

BICBANCO MÚLTIPLO						
Nível de risco	Dezembro/14			Dezembro/13		
	Base de cálculo	Provisão	%	Base de cálculo	Provisão	%
AA	3.238.488	–	36,56	4.081.056	–	41,80
A	1.763.916	8.820	19,91	2.950.503	14.752	30,22
B	810.023	8.100	9,14	1.085.197	10.852	11,11
C	937.532	28.126	10,58	757.108	22.713	7,75
D	504.920	50.492	5,70	349.836	34.984	3,58
E	429.114	128.734	4,84	225.437	67.631	2,31
F	446.550	223.274	5,04	119.950	59.975	1,23
G	186.988	130.892	2,11	71.250	49.875	0,73
H	542.681	542.681	6,12	123.965	123.965	1,27
Total	8.860.212	1.121.119	100,00	9.764.302	384.747	100,00

BICBANCO CONSOLIDADO						
Nível de risco	Dezembro/14			Dezembro/13		
	Base de cálculo	Provisão	%	Base de cálculo	Provisão	%
AA	3.380.720	–	34,59	4.273.244	–	40,35
A	2.353.162	11.766	24,07	3.430.792	17.150	32,39
B	834.889	8.349	8,54	1.167.657	11.676	11,03
C	974.945	29.248	9,97	774.903	23.247	7,32
D	545.974	54.597	5,59	361.917	36.192	3,42
E	451.776	135.532	4,62	238.393	71.518	2,25
F	459.331	229.665	4,70	123.517	61.759	1,17
G	194.518	136.161	1,99	75.892	53.124	0,71
H	579.602	579.602	5,93	144.318	144.318	1,36
Total	9.774.917	1.184.920	100,00	10.590.633	418.984	100,00

10. CARTEIRA DE CÂMBIO

BICBANCO MÚLTIPLO E CONSOLIDADO		
	Dezembro/14	Dezembro/13
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	1.202.821	929.231
Direitos sobre vendas de câmbio	23.603	11.713
Adiantamentos recebidos em moeda nacional	(3.723)	(5.218)
Rendas a receber de adiantamentos sobre contrato câmbio	37.937	32.053
Total	1.260.638	967.779
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	24.803	12.369
Importação financiada - câmbio contratado	(2.427)	(3.118)
Obrigações por compras de câmbio	1.049.387	852.777
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(1.028.108)	(841.403)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	3	118
Total	43.658	20.743

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

11. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	BICBANCO MÚLTIPLO		BICBANCO CONSOLIDADO	
	Dezembro/14	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/13
Adiantamentos e antecipações salariais	1.344	5.196	1.529	5.200
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	3.288	84	3.348	88
Créditos tributários diferidos (nota 29.a)	1.008.585	530.530	1.086.234	601.749
Devedores por compra de bens a prazo	154.267	115.247	156.478	118.020
Devedores por depósitos em garantia	225.917	214.720	229.341	217.938
Tributos a compensar e recuperar (*)	83.854	101.894	96.434	113.592
Pagamentos a ressarcir	3.435	4.781	4.920	6.539
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão de crédito	–	17.807	–	17.807
Títulos e créditos a receber (**)	244.609	62.192	253.060	70.988
Devedores diversos - país	18.380	14.682	28.694	22.825
Total	1.743.679	1.067.133	1.860.038	1.174.746

(*) Contempla: R\$ 54.970 (Dezembro/13 - R\$ 54.689) de IRRF sobre remessa de juros à agência de Cayman, R\$ 401 (Dezembro/13 - R\$ 1.011) de IRRF incidente sobre juros sobre capital próprio e tributos retidos por órgãos públicos e R\$ 28.483 (Dezembro/13 -) de crédito de PIS pelo Decreto-Lei n°s 2.445/88 e 2.449/88. A compensação do IRRF sobre remessa de juros a agência de Cayman, ocorreu de forma regular até o exercício de 2011. Com o objetivo de garantir e acelerar a compensação do referido IRRF, a Administração tem empreendido alterações em sua estratégia de negócios, incrementando a geração de resultados elegíveis àquela compensação, conforme evidenciado no Estudo Técnico.

(**) Inclui valores a receber por aquisição de ativos financeiros de operações de crédito sem transferência substancial de riscos e benefícios.

12. OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso

São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

A Administração efetuou análise para perda por redução ao valor recuperável, que resultou no registro da provisão para desvalorização mencionada no quadro abaixo:

	BICBANCO MÚLTIPLO		BICBANCO CONSOLIDADO	
	Dezembro/14	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/13
Imóveis	282.922	387.887	282.922	387.887
Veículos e afins	3.540	4.112	12.220	11.447
Máquinas e equipamentos	25.794	34.884	26.078	35.705
Material em estoque	367	752	367	752
Outros	–	13.054	–	13.053
Subtotal	312.623	440.689	321.587	448.844
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(73.347)	(16.179)	(76.741)	(16.898)
Total	239.276	424.510	244.846	431.946

b) Despesas antecipadas

Referem-se substancialmente às despesas pagas antecipadamente, diferidas por conta da obtenção de benefícios pelo valor pago durante mais de um exercício, compostas por despesas com captações de recursos no exterior e comissões pagas a correspondentes bancários, por conta da originação de operações de empréstimos e financiamentos, as quais serão reconhecidas em despesas efetivas, segundo o prazo das operações contratadas, ou quando da baixa da operação em decorrência de pré-pagamento ou baixa para perda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

13. ATIVO PERMANENTE

a) Investimento

Vide detalhamento dos investimentos em controladas e controladas em conjunto na Nota Explicativa 15.

b) Imobilizado de uso

BICBANCO CONSOLIDADO									
		Custo		Provisão para perda		Depreciação acumulada		Valor líquido	
	Taxas Depreciação %	Dezembro/14	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/13
Terrenos	-	3.913	3.913	-	-	-	-	3.913	3.913
Edificações	04	160.362	151.877	(10)	(212)	(54.845)	(39.357)	105.507	112.308
Máquinas e equipamentos de uso	10	18.330	20.312	(615)	(886)	(8.187)	(8.373)	9.528	11.053
Sistema de processamento de dados	20	12.966	13.186	(42)	(707)	(11.644)	(11.121)	1.280	1.358
Sistema de transporte	20	1.383	4.214	-	-	(434)	(3.284)	949	930
Sistema de comunicação	10	2.199	3.014	-	(911)	(743)	(1.335)	1.456	768
Sistema de segurança	10	1.526	1.535	(19)	(39)	(550)	(405)	957	1.091
Outras imobilizações em curso	-	2.159	-	-	-	-	-	2.159	-
Total		202.838	198.051	(686)	(2.755)	(76.403)	(63.875)	125.749	131.421

c) Ativos intangíveis

c.1) Classe dos ativos intangíveis - Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por:

BICBANCO CONSOLIDADO							
		Custo		Amortização acumulada		Valor líquido	
	Taxas de amortização %	Dezembro/14	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/13
Softwares (*)	20	8.604	12.454	(5.689)	(9.114)	2.915	3.340
Ágio (**)	10	105.191	105.191	(49.628)	(42.153)	55.563	63.038
Total		113.795	117.645	(55.317)	(51.267)	58.478	66.378

c.2) Movimentação dos ativos intangíveis por classe

BICBANCO CONSOLIDADO				
	Dezembro/13	Adições	Baixas	Dezembro/14
Softwares (*)	3.340	2.355	(2.780)	2.915
Ágio (**)	63.038	-	(7.475)	55.563
Total	66.378	2.355	(10.255)	58.478

(*) Softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas.

(**) Ágio apurado na aquisição da Sul Financeira, em 03 de novembro de 2009, correspondente à soma do valor pago na transação com o montante do patrimônio líquido negativo, resultou no valor de R\$ 105.191. O referido ágio está suportado em projeções de resultados, que consideram efeitos da sinergia identificada na realização de operações de varejo de forma conjunta entre BICBANCO e Sul Financeira, consubstanciados em laudo de avaliação, elaborado por empresa especializada. A expectativa de realização do ágio é de 10 anos, e a amortização periódica considera os valores positivos na forma de equivalência patrimonial, em observância à regulamentação do BACEN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

d) Ativo diferido

BICBANCO CONSOLIDADO									
		Custo		Amortização acumulada		Provisão para perda		Valor líquido	
	Taxas de amortização %	Dezem- bro/14	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/13
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	32.132	35.498	(32.132)	(35.498)	-	-	-	-
Gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais	Diversos	-	397	-	(397)	-	-	-	-
Instalação e adaptação de dependência	20	-	11.830	-	(11.830)	-	-	-	-
Total		32.132	47.725	(32.132)	(47.725)	-	-	-	-

e) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Em atendimento ao estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 01, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, a administração efetuou teste de valor recuperável dos seus ativos, que resultou em constituição de provisão para perda no montante de R\$ 686 (2013 - R\$ - 2.755), decorrentes de benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros cujo contrato de aluguel não foi renovado pelo Banco, além de itens do ativo imobilizado que apresentaram indícios de perda no valor recuperável.

14. DEPENDÊNCIA NO EXTERIOR

Na data do balanço as operações conduzidas pela agência em Cayman Islands apresentavam: patrimônio líquido de R\$ 215.721 (Dezembro/13 - R\$ 197.596) e ativos totais de R\$ 928.894 (Dezembro/13 - R\$ 1.070.742). Os saldos contábeis foram convertidos pela cotação do dólar de balanço, divulgado pelo BACEN.

15. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS E COLIGADAS NO PAÍS - BICBANCO MÚLTIPLO

As principais informações das sociedades controladas diretas e em conjunto pelo Banco são assim demonstradas:

						Dezembro/14	Dezembro/13
Nome da empresa	Número ações/ cotas possuídas	% participação	Patrimônio líquido	Lucro/ prejuízo líquido	Equivalência patrimonial	Valor contábil investimentos	Valor contábil investimentos
BIC Arrendamento Mercantil S.A.	180.920.168	100	214.455	(4.836)	(4.836)	214.455	219.291
BIC DTVM S.A.	14.223.228	100	16.922	1.029	1.029	16.921	15.891
BIC Informática S.A.	50.000	100	591	28	28	591	563
BICBANCO Adm. Cartão de Crédito Ltda.	3.670.000	100	8.242	910	910	8.242	7.332
Sul Financeira S.A. CFI (*)	116.405.774	100	134.840	7.476	7.476	190.402	190.371
BRASILFactors	62.931	40	10.409	(1.711)	(686)	4.162	4.848
Total	-	-	-	-	3.921	434.773	438.296

(*) No valor contábil de investimentos está incluso o ágio, líquido de amortizações, no valor de R\$ 55.562 (Dezembro/13 - R\$ 63.038), apurado na aquisição da Sul Financeira S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Partes relacionadas

O Banco e suas empresas controladas diretas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas no consolidado.

Os saldos de operações do Banco com controladas, direta, indireta, empresas ligadas e pessoal-chave da Administração podem ser observados conforme abaixo:

	Ativos/(passivos)		Receitas/(despesas)	
	Dezembro/14	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/13
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.222.401	1.118.421	116.738	85.872
BIC Arrendamento Mercantil S.A. (a)	189.216	251.517	24.727	17.839
Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	1.033.185	866.904	92.011	68.033
Cotas de Fundo de Investimentos - FIDC	28.896	–	2.082	–
BRASILFactors	28.896	–	2.082	–
Operações de Cessão de Crédito	485.038	830.449	94.347	87.469
Fênix Securitizadora de Créditos Financeiros Ltda. (b)	–	–	–	12.495
Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	208.372	256.956	94.347	74.974
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC's (nota 8.h2.)	276.666	573.493	–	–
Outros Créditos - Diversos	–	–	–	21.039
Fênix Securitizadora de Créditos Financeiros Ltda. (b)	–	–	–	21.039
Depósitos à vista	(2.352)	(9.971)	–	–
BIC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(12)	(18)	–	–
BIC Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(509)	(534)	–	–
BIC Informática Ltda. (a)	(4)	(2)	–	–
BICBANCO Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(54)	(913)	–	–
BIC Corretora de Câmbio e Valores S.A. (a)	–	(22)	–	–
BRASILFactors (a)	(1)	–	–	–
Fênix Securitizadora de Créditos Financeiros Ltda. (b)	–	(3.198)	–	–
Golden Key Participações e Empreendimentos Ltda. (b)	–	(157)	–	–
Primus Holding S.A. (c)	–	(83)	–	–
Gemini Holding S.A. (c)	–	(116)	–	–
Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(1.446)	(1.174)	–	–
Controladores e pessoal-chave da Administração (c)	(326)	(3.754)	–	–
Depósitos de poupança	–	(49)	–	(8)
Controladores e pessoal-chave da Administração (c)	–	(49)	–	(8)
Depósitos a prazo	(136.504)	(189.871)	(18.133)	(18.771)
BIC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(17.984)	(11.367)	(1.676)	(1.058)
BIC Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(88.352)	(135.314)	(13.527)	(10.664)
BIC Informática Ltda. (a)	(591)	(559)	(65)	(50)
BIC Corretora de Câmbio e Valores S.A. (a)	–	(3.743)	–	(351)
BICBANCO Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(23.464)	(20.008)	(2.326)	(1.653)
BRASILFactors (a)	(5.088)	(3.249)	(392)	(420)
Fênix Securitizadora de Créditos Financeiros Ltda. (b)	–	(10.900)	–	(639)
Golden Key Participações e Empreendimentos Ltda. (b)	–	(540)	–	(31)
Primus Holding S.A. (c)	–	(56)	–	(11)
Gemini Holding S.A. (c)	–	–	–	(25)
Controladores e pessoal-chave da Administração (c)	(1.025)	(4.135)	(147)	(3.869)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

	Ativos/(passivos)		Receitas/(despesas)	
	Dezembro/14	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/13
Operações compromissadas	(131.808)	(48.178)	(9.327)	(3.515)
BIC Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(127.106)	(47.278)	(8.167)	(2.912)
Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(4.702)	(900)	(1.160)	(603)
Debêntures	-	2.168	(234)	106
BRASILFactors (a)	-	2.168	(234)	106
LCA	-	(8.513)	(19)	(1.597)
Controladores e pessoal-chave da Administração (c)	-	(8.513)	(19)	(1.597)
LCI	(2.693)	(40.736)	(44)	(304)
Controladores e pessoal-chave da Administração (c)	(2.693)	(40.736)	(44)	(304)
Swap	(694)	-	(694)	-
BRASILFactors (a)	(694)	-	(694)	-
Prestação de serviços	-	-	201	240
BIC Arrendamento Mercantil S.A. (a)	-	-	201	240

A saber:

- (a) Controladas e Coligadas - direta
- (b) Controladas e Coligadas - indireta
- (c) Controladores e Pessoal-Chave da Administração

a.1) Dos vencimentos e taxas das operações

As aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas são valorizadas pelo CDI médio de 104% e as pré-fixadas às taxas médias de 10,99%; as operações compromissadas foram realizadas às taxas médias de 11,65% (Dezembro/13 - 9,90%) e possuem vencimento em 02 de janeiro de 2015, com lastro superior a cinco anos (Dezembro/13 - superior a dois anos). As operações de LCA foram realizadas com taxas de - (Dezembro/13 - 97% do CDI) e possuem vencimento final em - (Dezembro/13 - em até 01 ano). As operações de LCI foram realizadas com taxas de 96,88% do CDI (Dezembro/13 - 99%) e possuem vencimento final em até 03 anos (Dezembro/13 - em até 03 anos). Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 106% do CDI (Dezembro/13 - 106% do CDI), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 03 anos (Dezembro/13 - em até 03 anos). As informações referentes às cessões de crédito, com partes relacionadas, estão incluídas na nota 8h.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração - BICBANCO Consolidado

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima agregada para os Administradores membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria, bem como é definido teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício.

A partir de 01 de janeiro de 2012, teve início a vigência da Resolução CMN nº 3.921/10, a qual determinou estrutura mínima de remuneração variável a ser paga a Administradores de Instituições Financeiras, com a seguinte delimitação: 50% da remuneração variável poderá ser paga em dinheiro; 10% da remuneração variável deverá ser paga em ações do BICBANCO, com deliberação e disponibilidade imediata; e 40% da remuneração variável deverá ser paga em ações do BICBANCO com a disponibilidade diferida proporcionalmente por 03 anos consecutivos, condicionada ao cumprimento, em cada um daqueles anos, das metas individuais, de equipe e Corporativas estabelecidas em Plano específico, que vincule o pagamento de remuneração variável ao efetivo desempenho positivo da instituição. O BICBANCO efetuou pagamento de remuneração no exercício de 2014 no montante de R\$ 2.402 (Dezembro/13 - R\$ 1.086) relativas ao exercício de 2013 e 2012, seguindo as disposições da Resolução nº 3.921/10, relativamente a pagamento em dinheiro e pagamento em ações. O efeito contábil está registrado em participações no lucro, de acordo com os limites estatutários.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

b.1) Benefícios de curto prazo - Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria

BICBANCO MÚLTIPLO E CONSOLIDADO		
	Dezembro/14	Dezembro/13
Remuneração fixa	14.593	14.892
Remuneração variável	7.536	8.571
Outros	1.759	2.437
Total	23.888	25.900

b.2) Benefícios pós-emprego

O BICBANCO não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo para o pessoal-chave da Administração.

b.3) Benefícios de longo prazo

O BICBANCO não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

b.4) Outras informações

Conforme legislação em vigor, o BICBANCO não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;

Dessa forma, não são efetuados pelo BICBANCO empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria e seus cônjuges e parentes até o 2º grau.

b.5) Participação acionária

Em 29 de agosto de 2014 foi concluída a operação de aquisição pela CCB Brazil Financial Holding - Investimentos e Participações Ltda. (CCB Holding), subsidiária do CCB, das ações representativas do controle acionário do Banco Industrial e Comercial S.A. - BICBANCO e suas subsidiárias.

Em dezembro de 2014 a Diretoria e Conselheiros possuíam em conjunto a seguinte participação acionária:

Participações Diretas	
Ações Ordinárias	0,00%
Ações Preferenciais	0,35%

Em dezembro de 2013 a Diretoria e Conselheiros possuíam em conjunto a seguinte participação acionária:

			Participações
	Diretas	Indiretas	Total
Ações Ordinárias	34,70%	58,15%	92,85%
Ações Preferenciais	22,91%	3,71%	26,62%
Total de Ações			68,58%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

17. DEPÓSITOS

a) Composição por tipo de cliente

BICBANCO CONSOLIDADO						
Dezembro/14						
Cliente	Depósito à vista	Depósito a prazo (*)	Depósito interfinanceiro	Depósito poupança	Depósito em moedas estrangeiras	Total
Pessoas jurídicas	196.843	3.475.567	–	1.713	3.157	3.677.280
Pessoas físicas	20.455	225.211	–	11.121	–	256.787
Investidores institucionais	–	2.305.669	–	–	–	2.305.669
Instituições financeiras	2.239	31.743	401.990	–	–	435.972
Total	219.537	6.038.190	401.990	12.834	3.157	6.675.708

(*) Do montante de R\$ 6.038.190 de depósito a prazo, R\$ 3.057.356 tem garantia especial do FGC - DPGE, de acordo com a Resolução CMN nº 3.692/09.

BICBANCO CONSOLIDADO						
Dezembro/13						
Cliente	Depósito à vista	Depósito a prazo (*)	Depósito interfinanceiro	Depósito poupança	Depósito em moedas estrangeiras	Total
Pessoas jurídicas	318.528	3.550.930	–	1.903	–	3.871.361
Pessoas físicas	27.093	318.465	–	12.385	–	357.943
Investidores institucionais	–	2.361.194	–	–	–	2.361.194
Instituições financeiras	1.671	34.083	422.294	–	–	458.048
Total	347.292	6.264.672	422.294	14.288	–	7.048.546

(*) Do montante de R\$ 6.264.672 de depósito a prazo, R\$ 3.004.495 tem garantia especial do FGC - DPGE, de acordo com a Resolução CMN nº 3.692/09.

b) Distribuição por prazos de vencimento

BICBANCO CONSOLIDADO						
Dezembro/14						
Vencimento	Depósito à vista	Depósito a prazo (*)	Depósito Interfinanceiro	Depósito poupança	Depósito em moedas estrangeiras	Total
Sem vencimento	219.537	–	–	12.834	–	232.371
Até 03 meses	–	1.445.909	71.412	–	3.157	1.520.478
De 03 meses a 01 ano	–	2.419.377	166.428	–	–	2.585.805
De 01 a 03 anos	–	2.170.608	26.064	–	–	2.196.672
De 03 a 05 anos	–	2.296	–	–	–	2.296
De 05 a 15 anos	–	–	138.086	–	–	138.086
Total	219.537	6.038.190	401.990	12.834	3.157	6.675.708

(*) Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 613.818, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

BICBANCO CONSOLIDADO					
Dezembro/13					
Vencimento	Depósito à vista	Depósito a prazo (*)	Depósito Interfinanceiro	Depósito poupança	Total
Sem vencimento	347.292	–	–	14.288	361.580
Até 03 meses	–	936.897	107.961	–	1.044.858
De 03 meses a 01 ano	–	1.409.100	44.180	–	1.453.280
De 01 a 03 anos	–	3.798.184	82.508	–	3.880.692
De 03 a 05 anos	–	120.491	102.094	–	222.585
De 05 a 15 anos	–	–	85.551	–	85.551
Total	347.292	6.264.672	422.294	14.288	7.048.546

(*) Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 932.548, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

c) Número de depositantes/investidores

BICBANCO CONSOLIDADO		
Depositantes/investidores	Dezembro/14	Dezembro/13
Depósitos à vista (contas ativas)	5.532	6.284
Depósitos de poupança	847	911
Depósitos a prazo	1.800	2.336
Depósitos em moedas estrangeiras	1	–

d) Concentração dos principais depositantes - depósitos a prazo

BICBANCO CONSOLIDADO				
Depositantes	Dezembro/14		Dezembro/13	
	R\$	%	R\$	%
Maior depositante	253.820	4,20	237.385	3,79
10 Maiores depositantes	1.146.981	19,00	949.425	15,16
20 Maiores depositantes	1.520.007	25,17	1.391.509	22,21
50 Maiores depositantes	2.144.317	35,51	2.016.808	32,19
100 Maiores depositantes	2.974.289	49,26	2.811.644	44,88

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

18. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE LETRAS EMITIDAS

a) Captações no Mercado Aberto

Estão representadas por compromissos de recompra de títulos a preços fixos com liquidação em 01 de janeiro de 2015 e lastreados por NTN-B com vencimento entre maio de 2015 e setembro de 2020.

b) Recursos de Letras Emitidas

São compostos por Letras de Crédito do Agronegócio - LCA, Letras Financeiras - LF e Letras de Crédito Imobiliário - LCI.

b.1) Composição por tipo de cliente

BICBANCO MÚLTIPLO E CONSOLIDADO						
Cliente	Dezembro/14			Dezembro/13		
	LCA	LF	LCI	LCA	LF	LCI
Pessoas jurídicas	20.669	23.017	–	213.448	17.970	252
Pessoas físicas	254.534	–	237.774	186.983	2.464	183.469
Investidores institucionais	–	–	–	–	5.613	1.042
Instituições financeiras	20.033	146.095	44.182	549	245.114	4.950
Total	295.236	169.112	281.956	400.980	271.161	189.713

b.2) Distribuição por prazos de vencimento

BICBANCO MÚLTIPLO E CONSOLIDADO						
Cliente	Dezembro/14			Dezembro/13		
	LCA	LF	LCI	LCA	LF	LCI
Até 03 meses	128.658	48.776	62.172	303.605	687	70.336
De 03 meses a 01 ano	129.610	49.657	171.062	58.407	167.978	68.709
De 01 a 03 anos	36.968	70.679	48.722	20.968	99.297	50.668
De 03 a 05 anos	–	–	–	18.000	3.199	–
Total	295.236	169.112	281.956	400.980	271.161	189.713

19. OBRIGAÇÕES POR TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO EXTERIOR

São representadas basicamente por emissão de títulos no mercado internacional, para repasses, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 4,96% ao ano (Dezembro/13 - 4,88% ao ano), cujos vencimentos estão assim distribuídos:

BICBANCO CONSOLIDADO				
Vencimento	Dezembro/14		Dezembro/13	
	R\$	%	R\$	%
Até 03 meses	14.100	1,37	11.369	1,15
De 03 meses a 01 ano	939.629	91,22	66.141	6,72
De 01 a 03 anos	76.381	7,41	906.752	92,13
Total	1.030.110	100,00	984.262	100,00

As despesas associadas às captações de recursos no valor de R\$ 1.600 (Dezembro/13 - R\$ 3.670) são registradas como redutoras das respectivas captações e apropriadas ao resultado pelo prazo da operação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

20. DEBÊNTURES

Em 06 de fevereiro de 2013 a BrasilFactors S.A. (empresa controlada em conjunto), emitiu 10 (dez) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas escriturais, da espécie quirografária, em série 001 BRFA11, relativas à 1ª emissão, no valor de R\$ 10.000, com vencimento para 16 de novembro de 2014 e remuneração correspondente a 115% (cento e quinze por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, calculada e divulgada pela CETIP.

As debêntures foram liquidadas na data de vencimento (16/11/2014), respeitando a participação de 40% no consolidado, as debêntures apresentavam a seguinte posição contábil:

	Dezembro/14	Dezembro/13
Quantidade emitida	–	4
Posição líquida	–	4
Valor de emissão atualizado	–	1.084
Valor contábil	–	4.337

Em 15 de maio de 2013 a BIC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., adquiriu 5 (cinco) das debêntures da BrasilFactors S.A. demonstrada no quadro acima. Segue abaixo a posição para efeito de consolidação no BICBANCO:

	Dezembro/14	Dezembro/13
Quantidade adquirida	–	5
Posição líquida	–	5
Valor contábil da eliminação	–	2.168

21. EMPRÉSTIMOS E REPASSES DO EXTERIOR

Referem-se à captação de recursos para financiamento à importação e à exportação e repasses de órgãos multilaterais, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 1,95% ao ano (Dezembro/13 - 2,49% ao ano). Os vencimentos estão assim distribuídos:

Vencimento	BICBANCO CONSOLIDADO			
	Dezembro/14		Dezembro/13	
	R\$	%	R\$	%
Até 03 meses	417.930	20,51	790.685	32,53
De 03 meses a 01 ano	1.464.792	71,87	1.395.821	57,42
De 01 a 03 anos	94.557	4,64	158.395	6,52
De 03 a 05 anos	30.335	1,49	45.712	1,88
Acima de 05 anos	30.336	1,49	40.125	1,65
Total	2.037.950	100,00	2.430.738	100,00

As despesas associadas às captações de recursos no valor de R\$ 3.457 (Dezembro/13 - R\$ 4.108), são registradas como redutoras das respectivas captações e apropriadas ao resultado pelo prazo da operação.

As operações de empréstimos e repasses do exterior e dívida subordinada (nota 26 a), que contem cláusulas restritivas (“covenants”) foram classificadas no curto prazo no Balanço Patrimonial, por motivo de desenquadramento de alguns indicadores, entretanto, a nota acima mantém os prazos anteriormente estabelecidos, considerando o sucesso do “waiver” obtido em datas anteriores.

22. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

Representada por repasses do Ministério da Agricultura na modalidade FUNCAFÉ com prazos de vencimento até setembro 2015 e Ministério das Cidades nas modalidades PSH - Programa Social de Habitação e PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida, sem vencimento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

23. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	BICBANCO MÚLTIPLO		BICBANCO CONSOLIDADO	
	Dezembro/14	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/13
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	–	–	15.799	16.227
Provisão para impostos e contribuições sobre lucro	–	–	112	5.782
Impostos e contribuições a recolher	12.550	20.276	13.929	21.592
Provisão para imposto de renda diferido	7.970	13.932	38.764	54.313
Provisão para passivos de natureza tributária (*)	603.331	534.045	625.473	553.243
Total	623.851	568.253	694.077	651.157

(*) Referem-se a “obrigações legais e passivos contingentes” (nota 24).

24. CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O BICBANCO e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a) Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Passivos de natureza cível, trabalhista e fiscal

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

c) Obrigações legais e passivos contingentes classificados como perda provável

As obrigações legais e os passivos contingentes classificados como perdas prováveis estão integralmente contabilizados, sendo as mais relevantes:

c.1) CSLL x Isonomia: pleiteia suspender a exigência da CSLL, do período base de 2008 e seguintes, em relação à majoração da alíquota de 9%, aplicada às demais pessoas jurídicas, para 15%, aplicada às instituições financeiras, tendo em vista o desrespeito ao princípio constitucional da isonomia. O valor envolvido está sendo depositado em juízo.

c.2) COFINS x Lei nº 9.718/98: pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo.

c.3) PIS x Lei nº 9.718/98: pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo.

c.4) PIS - Emenda Constitucional nº 10/96: pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 07/03/96 e 07/06/96, em observância aos princípios da “irretroatividade” e da “anterioridade nonagesimal”, bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 07/06/96 a contribuição ao PIS sobre a receita bruta operacional, entendida como aquela decorrente exclusivamente da prestação de serviços e venda de bens, tal como definida no artigo 44 da Lei nº 4.506/64, no artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.587/77 e no artigo 226 do Decreto nº 1.041/94. O valor envolvido foi depositado em juízo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

d) Passivos contingentes classificados como perda possível

d.1) Processos fiscais e previdenciários

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela instituição e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas basicamente pelas seguintes questões:

PIS - Emenda Constitucional nº 17/97 - valor envolvido R\$ 10.427: pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 25/11/97 e 23/02/98, em observância aos princípios da "irretroatividade" e da "anterioridade nonagesimal", bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 23/02/98 a contribuição ao PIS na forma da Lei Complementar nº 7/70.

IRF sobre Remessa de Juros ao Exterior - valor envolvido R\$ 10.780: pleiteia compensar os valores indevidamente retidos a título de imposto de renda na fonte sobre remessas de juros ao exterior, com o mesmo imposto de renda das pessoas jurídicas, nos termos do artigo 39 da Lei nº 9.250/96, afastando as restrições contidas nas Cartas-Circulares nº 2.269/92 e nº 2.372/93 e Comunicado nº 2.747/92, que condicionavam a aplicação de alíquota zero do imposto de renda à observância de prazos mínimos de amortização, por flagrante violação ao princípio da legalidade. O valor envolvido foi depositado em juízo.

ISS - Serviços Tributados - Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC nº 56/87 - valor envolvido R\$ 16.396: pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

PDD/1994 - valor envolvido R\$ 19.614: pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no artigo 43, parágrafo 4º, da Lei nº 8.981/95. O valor envolvido foi depositado em juízo.

INSS - Participação nos Lucros dos Administradores - valor envolvido R\$ 65.650: pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2011, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10/10/2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do Artigo 7º, XI, da Constituição Federal e Artigo 28, § 9º, da Lei nº 8.212/1991.

INSS - Aviso Prévio Indenizado - valor envolvido R\$ 1.180: pleiteia afastar a exigência do INSS incidente sobre as verbas pagas aos empregados, a título de Aviso Prévio Indenizado, em face da natureza jurídica de indenização, portanto não sujeita a contribuição para a Seguridade Social prevista no Artigo 22º, inciso I, e no Artigo 28º, da Lei nº 8.212/1991.

d.2) Processos trabalhistas

O BICBANCO possui 95 (Dezembro/13 - 94) processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 17.533 (Dezembro/13 - R\$ 13.522). Existem 121 (Dezembro/13 - 120) processos, cujas verbas indenizatórias reclamadas totalizam R\$ 41.618 (Dezembro/13 - R\$ 20.564), que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor máximo de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 14.412 (Dezembro/13 - R\$ 11.157). As contingências tem relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

d.3) Processos cíveis

O BICBANCO possui 2.861 (Dezembro/13 - 2.887) processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 71.908 (Dezembro/13 - R\$ 34.837). O BICBANCO possui 614 (Dezembro/13 - 652) processos, cujos valores reclamados totalizam R\$ 883.576 (Dezembro/13 - R\$ 696.308), os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 355.764 (Dezembro/13 - R\$ 264.540). As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

e) Movimentação das provisões para “obrigações legais” e “passivos contingentes”, classificados como perda provável

BICBANCO CONSOLIDADO					
Descrição	Dezembro/13	Adição	Reversão	Utilização	Dezembro/14
Cíveis	34.837	45.606	(3.814)	(4.721)	71.908
Trabalhistas	13.522	8.865	(463)	(4.391)	17.533
Subtotal	48.359	54.471	(4.277)	(9.112)	89.441
Fiscais e previdenciárias	Dezembro/13	Adição	Reversão	Atualização	Dezembro/14
CSLL Isonomia de Alíquotas - 2008 em diante	110.665	–	–	8.082	118.747
PIS - Receita Bruta Operacional - EC nº 10/96	11.446	–	–	316	11.762
PIS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	60.049	3.835	(100)	4.705	68.489
COFINS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	369.792	24.702	–	30.387	424.881
ISS - Serviços Não Tributados LC nº 56/87	947	–	–	488	1.435
ISS - Operações de Leasing fora da Sede	347	–	(188)	–	159
Subtotal	553.246	28.537	(288)	43.978	625.473
Total	601.605	83.008	(4.565)	34.866	714.914

Para as contingências acima descritas o BICBANCO depositou em garantia (nota 11 - Outros Créditos - Diversos) o montante de R\$ 8.607 (Dezembro/13 - R\$ 8.967) - processos Cíveis, R\$ 13.067 (Dezembro/13 - R\$ 10.880) - processos Trabalhistas e R\$ 207.594 (Dezembro/13 - R\$ 198.019) - processos Fiscais.

25. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	BICBANCO MÚLTIPLO		BICBANCO CONSOLIDADO	
	Dezembro/14	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/13
Cheques administrativos	1.535	3.365	1.535	3.366
Obrigações por venda/transferência de ativos financeiros (c)	498.554	567.121	–	–
Obrigações por aquisição de bens e direitos	12.710	12.710	12.711	12.711
Provisão para pagamentos a efetuar	19.000	17.668	48.066	42.416
Provisão para passivos contingentes (a)	78.312	39.229	89.441	48.359
Obrigações FIDC (b)	–	–	74.644	199.724
Credores diversos - país	19.819	24.114	21.331	8.829
Total	629.930	664.207	247.728	315.405

(a) Refere-se à provisão para processos trabalhistas, cíveis (nota 24e).

(b) Refere-se ao valor das cotas seniores dos FIDC's reclassificadas para fins de consolidação.

(c) Refere-se ao saldo da obrigação assumida nas cessões de operações de crédito com retenção substancial de risco, e será amortizada pelo repasse aos cessionários e, as despesas dessa obrigação, serão reconhecidas ao resultado no prazo do contrato.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

26. CAPTAÇÕES E EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR

a) Dívida subordinada

Está representada por captações que compõem o Capital de Nível II nos cálculos dos limites operacionais, conforme segue:

BICBANCO CONSOLIDADO							
Captação	Valor	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão	Taxa Juros (ao ano)	Dezembro/14	Dezembro/13
CDB Subordinado	R\$ 200.000	03/11/2009	04/11/2019	200.000	100% taxa Selic	323.421	291.639
Eurobonds	US\$ 300.000	27/04/2010	27/04/2020	529.153	8,50%	674.242	584.699
LOAN Subordinado (*)	US\$ 32.000	21/06/2010	15/12/2017	52.093	7,31%	86.308	76.116
Total - Nível II PR						1.083.971	952.454
(-) Despesas - captações						(5.063)	(6.567)
Total						1.078.908	945.887

(*) vide comentário nota 21

27. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Ações

O capital social do Banco aprovado é de R\$ 2.012.810 e está dividido em 252.903.569 ações nominativas, sendo 160.206.833 ordinárias e 92.696.736 preferenciais, sem valor nominal.

Em 22 de abril de 2014 a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou o aumento de capital de R\$ 1.434.206 para R\$ 2.012.810 mil, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação do saldo das reservas de lucros no montante de R\$ 578.604 mil.

b) Ações em tesouraria

A Administração do BICBANCO, através das deliberações provenientes das reuniões do Conselho de Administração, autorizou a recompra de ações de emissão própria para permanência em tesouraria e posterior cancelamento.

Em 06 de julho de 2011 a Administração foi autorizada a recomprar ações, no período de 06 de julho de 2011 a 05 de julho de 2012, sem redução do capital social, até o limite de 10% das ações preferenciais nominativas em circulação, ou seja, até 6.879.540 ações (4º Programa de recompra de Ações).

Para os efeitos do artigo 21º da Instrução CVM nº 10, de 14 de fevereiro de 1980, especifica-se que:

1) As autorizações deliberadas em reuniões do Conselho de Administração têm por objetivo a aplicação de recursos disponíveis, oriundos de reserva de capital;

2) No período de 01/01/2011 a 31/12/2011 o Banco adquiriu a quantidade de 6.879.540 ações nominativas, no montante de R\$ 58.593. O custo médio das ações recompradas foi de R\$ 8,52 por ação, o custo máximo foi de R\$ 9,70 e o custo mínimo foi de R\$ 6,96.

3) O valor de mercado das ações em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 5,70 (Dezembro/13 - R\$ 7,39).

No primeiro semestre de 2014, o BICBANCO transferiu aos Administradores ações de sua própria emissão, que se encontravam em tesouraria, a título de pagamento de parcela da remuneração variável do ano de 2013 (307.188 ações) e no primeiro semestre de 2013 referentes ao ano de 2012 (173.834 ações), mediante entrega de ações, de acordo com a Resolução nº 3.921/10, no montante de R\$ 2.402 (Junho/13 - R\$ 1.086) ao custo médio de 7,82 (Junho/13 - R\$ 6,25). (Ver nota explicativa 16.b).

A movimentação das ações em Tesouraria pode ser observada conforme abaixo:

Descrição	Dezembro/14	
	Em R\$ mil	Nº de ações
Recompra de ações (4º programa)	57.507	6.705.706
Pagamento em ações - Resolução nº 3.921/10	(2.402)	(307.188)
Saldo Final em 31/12/2014	55.105	6.398.518

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

Em 2014 não houve pagamento de juros sobre capital próprio (Dezembro/13 - R\$ 52.000, correspondentes a R\$ 0,105680734 por ação).

d) Reservas

Reserva legal - Constituída à base de 5% sobre o lucro líquido, limitada a 20% do capital social.

Reserva estatutária - Constituída pela destinação de valores remanescentes dos lucros líquidos de períodos encerrados, deduzidos das constituições de reserva legal, dos dividendos e dos juros sobre capital próprio, e tem por finalidade reforçar o capital social e de giro do Banco mediante acumulação de lucros remanescentes não distribuídos aos acionistas.

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) **Créditos tributários:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados no BICBANCO - Realizável a Longo Prazo - Outros créditos diversos, apresentaram a seguinte movimentação no período:

Descrição	BICBANCO MÚLTIPLO			
	Dezembro/13	Realizações	Adições	Dezembro/14
Imposto de Renda				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	152.154	(104.838)	298.008	345.324
Provisão para desvalorização de bens não de uso	3.922	(4.237)	18.014	17.699
Provisão para contingências e outras	130.273	(9.355)	38.395	159.313
Subtotal	286.349	(118.430)	354.417	522.336
Prejuízo fiscal	43.193	(42.814)	88.842	89.221
Prejuízo fiscal - Ajuste exercício anterior	—	(23)	—	(23)
Subtotal	329.542	(161.267)	443.259	611.534
Contribuição Social				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	91.294	(62.903)	178.805	207.196
Provisão para desvalorização de bens não de uso	2.352	(2.542)	10.809	10.619
Provisão para contingências e outras	78.162	(5.613)	23.037	95.586
Subtotal	171.808	(71.058)	212.651	313.401
Base negativa da CSLL acumulada	29.180	(14)	54.485	83.651
Subtotal	200.988	(71.072)	267.136	397.052
Total	530.530	(232.339)	710.395	1.008.586

Descrição	BICBANCO MÚLTIPLO			
	Dezembro/12	Realizações	Adições	Dezembro/13
Imposto de Renda				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	215.778	(129.432)	65.808	152.154
Provisão para desvalorização de bens não de uso	3.566	(825)	1.181	3.922
Provisão para contingências e outras	107.638	(71.193)	93.828	130.273
Subtotal	326.982	(201.450)	160.817	286.349
Prejuízo fiscal	14.647	(838)	29.384	43.193
Subtotal	341.629	(202.288)	190.201	329.542
Contribuição Social				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	129.468	(77.659)	39.485	91.294
Provisão para desvalorização de bens não de uso	2.139	(495)	708	2.352
Provisão para contingências e outras	64.579	(42.715)	56.298	78.162
Subtotal	196.186	(120.869)	96.491	171.808
Base negativa da CSLL acumulada	10.767	(503)	18.916	29.180
Subtotal	206.953	(121.372)	115.407	200.988
Total	548.582	(323.660)	305.608	530.530

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

BICBANCO CONSOLIDADO				
Descrição	Dezembro/13	Realizações	Adições	Dezembro/14
Imposto de Renda				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	163.208	(114.323)	312.151	361.036
Provisão para desvalorização de bens não de uso	4.807	(4.374)	18.613	19.046
Provisão para contingências e outras	137.908	(9.687)	40.638	168.859
Subtotal	305.923	(128.384)	371.402	548.941
Prejuízo fiscal				
	69.985	(49.910)	91.199	111.274
Subtotal	375.908	(178.294)	462.601	660.215
Contribuição Social				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	97.927	(68.595)	187.291	216.623
Provisão para desvalorização de bens não de uso	2.883	(2.624)	11.168	11.427
Provisão para contingências e outras	82.745	(5.809)	24.384	101.320
Subtotal	183.555	(77.028)	222.843	329.370
Base negativa da CSLL acumulada				
	42.287	(1.467)	55.842	96.662
Subtotal	225.842	(78.495)	278.685	426.032
Total	601.750	(256.789)	741.286	1.086.247

BICBANCO CONSOLIDADO				
Descrição	Dezembro/12	Realizações	Adições	Dezembro/13
Imposto de Renda				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	228.168	(138.969)	74.009	163.208
Provisão para desvalorização de bens não de uso	4.209	(1.077)	1.675	4.807
Provisão para contingências e outras	114.162	(72.222)	95.968	137.908
Subtotal	346.539	(212.268)	171.652	305.923
Prejuízo fiscal				
	47.184	(7.831)	30.632	69.985
Subtotal	393.723	(220.099)	202.284	375.908
Contribuição Social				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	136.902	(83.381)	44.406	97.927
Provisão para desvalorização de bens não de uso	2.417	(549)	1.015	2.883
Provisão para contingências e outras	68.494	(43.291)	57.542	82.745
Subtotal	207.813	(127.221)	102.963	183.555
Base negativa da CSLL acumulada				
	25.191	(2.363)	19.459	42.287
Subtotal	233.004	(129.584)	122.422	225.842
Total	626.727	(349.683)	324.706	601.750

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

Realização dos créditos tributários - com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários. Para os créditos tributários existentes na data do balanço, foram estimados os seguintes percentuais de realização: 23,1% até dezembro de 2015, 34,5% até dezembro de 2016, 5,0% até dezembro de 2017, 5,4% até dezembro de 2018, 21,1% até dezembro de 2019, 5,8% até dezembro de 2020, 2,5% até dezembro de 2021, 0,5% até dezembro de 2022, 0,1% até dezembro de 2023 e 2,0% até dezembro de 2024. É importante ressaltar que o referido estudo de realização do crédito tributário foi elaborado a partir de premissas do plano de negócios do novo controlador e consideram ações a serem implementadas pela administração, as quais serão revistas tempestivamente de acordo com as normas regulamentares. A realização e manutenção do registro do crédito tributário depende da realização de lucros tributáveis futuros e do atendimento aos prazos e condição de realização definidos pela Resolução nº 3.355/06, do Banco Central do Brasil. Nesse contexto se destacam os seguintes aspectos em relação às condições do registro do crédito tributário:

- A referida Resolução estabelece que o registro contábil de crédito tributário só pode ser efetuado na condição em que o Banco apresente histórico de lucros tributários para fins de imposto de renda e contribuição social, comprovado pela ocorrência dessa situação em pelo menos três, dos últimos cinco exercícios sociais. O Banco apresentou prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social nos dois últimos exercícios sociais (2012 e 2013);
- A condição acima deixou de ser aplicável no Banco neste exercício, em decorrência de efetiva mudança de controle acionário e um novo histórico de lucratividade para cinco anos terá início.

A Nova Administração acredita que os esforços empreendidos na geração de lucros tributáveis futuros, conforme evidenciado no estudo técnico anteriormente mencionado, serão suficientes a suportar a manutenção do registro dos créditos tributários.

Valor presente dos créditos tributários - com base na taxa SELIC projetada, descontada dos efeitos tributários, os créditos tributários calculados a valor presente totalizam, aproximadamente, R\$ 787.237 (Dezembro/13 - R\$ 465.040).

b) Passivo diferido

O BICBANCO possui registrado R\$ 7.970 (Dezembro/13 - R\$ 13.933) a título de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste positivo do MTM dos Títulos Públicos e Derivativos que, serão realizados durante o prazo das operações com títulos e valores mobiliários e derivativos reconhecidos a valor justo.

A BIC Arrendamento Mercantil possui registrada R\$ 30.554 (Dezembro/13 - R\$ 40.313) a título de imposto de renda diferido sobre superveniência de depreciação, que será realizado durante o prazo das operações de arrendamento.

BICBANCO CONSOLIDADO				
Passivo diferido	Dezembro/13	Realizações	Adições	Dezembro/14
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	13.933	(36.286)	30.323	7.970
IR sobre Superveniência de depreciação	40.313	(9.914)	155	30.554
Total	54.246	(46.200)	30.478	38.524

BICBANCO CONSOLIDADO				
Passivo diferido	Dezembro/12	Realizações	Adições	Dezembro/13
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	97.717	(139.591)	55.807	13.933
IR sobre Superveniência de depreciação	43.090	(3.991)	1.214	40.313
Total	140.807	(143.582)	57.021	54.246

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

BICBANCO MÚLTIPLO		
Dezembro/14		
Apuração	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(1.253.748)	(1.253.748)
(-) Participações nos lucros	(7.867)	(7.867)
Base de cálculo	(1.261.615)	(1.261.615)
Adições temporárias	1.398.209	1.398.209
Adições permanentes	165.382	157.515
Exclusões	(657.343)	(657.343)
Lucro Real e Base de Cálculo da CSLL (Acumulado 2014)	(355.367)	(363.234)
Conciliação do resultado		
Imposto de Renda e CSLL Diferido	(3.727)	(2.235)
(=) Provisão IR e CSLL (2014)	(3.727)	(2.235)
Constituição de créditos tributários (sobre Adições temporárias)	(349.572)	(209.746)
Constituição de créditos tributários (sobre Prejuízo Fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	(88.842)	(54.485)
Realização do crédito tributário (sobre Reversão de adições temporárias)	113.611	68.167
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(324.803)	(196.064)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(328.530)	(198.299)

BICBANCO MÚLTIPLO		
Dezembro/13		
Apuração	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	11.603	11.603
(-) Juros sobre capital próprio	(52.000)	(52.000)
(-) Participações nos lucros	(8.571)	(8.571)
Base de cálculo	(48.968)	(48.968)
Adições temporárias	589.851	589.851
Adições permanentes	156.937	148.366
Exclusões	(815.353)	(815.353)
Lucro Real e Base de Cálculo da CSLL (Acumulado 2013)	(117.533)	(126.104)
Conciliação do resultado		
Imposto de Renda e CSLL Diferido	8.708	5.225
(=) Provisão IR e CSLL (2013)	8.708	5.225
Constituição de créditos tributários (sobre Adições temporárias)	(155.975)	(93.586)
Constituição de créditos tributários (sobre Prejuízo Fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	(29.384)	(18.916)
Realização do crédito tributário (sobre Reversão de adições temporárias)	141.215	84.728
Realização do crédito tributário (sobre Compensação de Prejuízo Fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	838	503
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(44.144)	(27.774)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(35.436)	(22.549)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

BICBANCO CONSOLIDADO		
Dezembro/14		
Apuração	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(1.251.398)	(1.251.398)
(-) Participações nos lucros	(7.867)	(7.867)
Base de cálculo	(1.259.265)	(1.259.265)
Adições temporárias	1.485.612	1.485.620
Adições permanentes	166.354	158.487
Exclusões	(674.245)	(712.449)
Lucro Real e Base de Cálculo da CSLL (Acumulado 2014)	(281.544)	(327.607)
(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas	364.796	372.280
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal/Base de Cálculo Negativa CSLL	(28.384)	(9.780)
Lucro Real e Base de Cálculo IR e CSLL	54.868	34.893
Encargos às alíquotas de 15% para IR e CSLL	8.230	5.234
Adicional de 10% de IR	5.463	-
Impostos correntes	13.693	5.234
Conciliação do resultado		
Impostos correntes	13.693	5.234
Imposto de Renda e CSLL Diferido	(13.486)	(2.236)
(=) Provisão IR e CSLL (2014)	207	2.998
Constituição de créditos tributários (sobre Adições temporárias)	(371.403)	(222.843)
Constituição de créditos tributários (sobre Prejuízo Fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	(91.199)	(55.842)
Realização do crédito tributário (sobre Reversão de adições temporárias)	128.384	77.028
Realização do crédito tributário (sobre Compensação de Prejuízo Fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	7.096	1.467
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(327.122)	(200.190)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(326.915)	(197.192)

BICBANCO CONSOLIDADO		
Dezembro/13		
Apuração	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	42.007	42.007
(-) Juros sobre capital próprio	(52.000)	(52.000)
(-) Participações nos lucros	(8.571)	(8.571)
Base de cálculo	(18.564)	(18.564)
Adições temporárias	667.240	667.053
Adições permanentes	157.061	148.490
Exclusões	(838.405)	(842.640)
Lucro Real e Base de Cálculo da CSLL (Acumulado 2013)	(32.668)	(45.661)
(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas	122.528	129.727
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal/Base de Cálculo Negativa CSLL	(31.324)	(15.753)
Lucro Real e Base de Cálculo IR e CSLL	58.536	68.313
Encargos às alíquotas de 15% para IR e CSLL	8.780	10.247
Adicional de 10% de IR	5.830	-
Impostos correntes	14.610	10.247
Conciliação do resultado		
Impostos correntes	14.610	10.247
Imposto de Renda e CSLL Diferido	7.091	5.225
(=) Provisão IR e CSLL (2013)	21.701	15.472
Constituição de créditos tributários (sobre Adições temporárias)	(166.810)	(100.058)
Constituição de créditos tributários (sobre Prejuízo Fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	(30.632)	(19.459)
Realização do crédito tributário (sobre Reversão de adições temporárias)	151.195	90.577
Realização do crédito tributário (sobre Compensação de Prejuízo Fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	7.831	2.363
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(38.416)	(26.577)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(16.715)	(11.105)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

30. COMPOSIÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO

a) Resultado de operações de crédito

	BICBANCO MÚLTIPLO		
	2º Semestre 2014	2014	2013
Capital de giro e descontos	460.318	965.239	1.035.743
Contas garantidas	64.410	135.961	151.563
Crédito pessoal consignado	152	549	636
Comprar	882	2.112	2.967
Cheque empresarial	10.790	27.915	31.097
Financiamentos à importação	10.181	17.731	27.524
Financiamentos à exportação	47.437	91.384	83.454
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.966	5.033	10.149
Financiamentos imobiliários e habitacionais	124	263	235
Financiamentos de máquinas e veículos pesados	11.847	25.191	33.087
Resolução nº 63 - (atual Resolução nº 2.770)	267	618	1.333
Vendor	2	346	917
Crédito a pessoas físicas	13.729	24.425	10.534
Outros empréstimos e financiamentos	25.572	43.651	57.686
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	6.647	13.448	93.470
Variação cambial sobre créditos em moeda estrangeira	16.473	4.153	12.864
Total	670.797	1.358.019	1.553.259

	BICBANCO CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2014	2014	2013
Capital de giro e descontos	465.736	965.741	1.008.918
Contas garantidas	64.410	135.961	151.563
Crédito pessoal consignado	43.312	86.419	86.159
Comprar	882	2.112	2.967
Cheque empresarial	10.790	27.915	31.097
Financiamentos à importação	10.181	17.731	27.524
Financiamentos à exportação	47.437	91.384	83.454
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.966	5.033	10.149
Financiamentos imobiliários e habitacionais	124	263	235
Financiamentos de máquinas e veículos pesados	37.537	68.082	58.317
Resolução nº 63 - (atual Resolução nº 2.770)	267	618	1.333
Vendor	2	346	917
Crédito a pessoas físicas	13.738	24.457	11.003
Outros empréstimos e financiamentos	25.666	43.885	57.565
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	8.399	16.420	94.535
Variação cambial sobre créditos em moeda estrangeira	16.473	4.153	12.715
Total	746.920	1.490.520	1.638.451

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

BICBANCO MÚLTIPLO			
	2º Semestre		
	2014	2014	2013
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	133.132	229.371	145.763
Resultado de títulos renda fixa	59.908	144.666	46.056
Rendas de aplicações compromissadas	7.555	7.555	6.952
Outras operações com títulos e valores mobiliários	15.230	25.463	36.821
Variação cambial	(1.262)	(1.245)	(6.980)
Total	214.563	405.810	228.612

BICBANCO CONSOLIDADO			
	2º Semestre		
	2014	2014	2013
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	70.644	113.040	63.604
Resultado de títulos renda fixa	62.732	152.514	52.967
Rendas de aplicações compromissadas	7.555	7.555	6.952
Outras operações com títulos e valores mobiliários	2.429	4.209	18.692
Variação cambial	(1.262)	(978)	(6.980)
Total	142.098	276.340	135.235

c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

BICBANCO MÚLTIPLO			
	2º Semestre		
	2014	2014	2013
Mercado futuro - dólar	(16.212)	(18.258)	7.312
Mercado futuro - DI	19.122	14.227	7.268
Resultado de compra/venda de opções de ações	(705)	(586)	(107)
Resultado de compra/venda de opções flexíveis	42	53	-
Swap	(76.686)	(120.337)	(158.552)
Variação cambial - Swap	374.877	261.845	312.312
Termo de moedas	(12.466)	(4.577)	(2.101)
Total	284.972	132.367	166.132

BICBANCO CONSOLIDADO			
	2º Semestre		
	2014	2014	2013
Mercado futuro - dólar	(16.212)	(18.258)	7.312
Mercado futuro - DI	19.122	14.227	7.268
Resultado de compra/venda de opções de ações	(705)	(586)	(107)
Resultado de compra/venda de opções flexíveis	42	53	-
Swap	(78.992)	(119.643)	(158.552)
Variação cambial - Swap	374.877	261.845	312.312
Termo de moedas	(12.466)	(4.577)	(2.101)
Total	285.666	133.061	166.132

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

d) Resultado de câmbio

BICBANCO MÚLTIPLO E CONSOLIDADO			
	2º Semestre		
	2014	2014	2013
Rendas de operações de câmbio	44.205	76.488	90.458
Despesas de operações de câmbio	(1.455)	(3.176)	(2.385)
Variações cambiais	224.879	168.844	189.155
Total	267.629	242.156	277.228

e) Despesas de captação no mercado

BICBANCO MÚLTIPLO			
	2º Semestre		
	2014	2014	2013
Depósitos de poupança	442	934	807
Títulos e valores mobiliários no exterior	66.252	122.645	129.582
Depósitos interfinanceiros	20.206	36.532	38.316
Depósitos a prazo	396.569	778.677	629.149
Operações compromissadas	17.783	23.393	7.874
Despesas de letras do agronegócio - LCA	16.860	30.472	24.383
Despesas de letras financeiras - LF	10.020	22.303	19.825
Outras	30.684	57.690	38.873
Varição cambial sobre títulos emitidos no exterior	278.521	192.513	200.732
Total	837.337	1.265.159	1.089.541

BICBANCO CONSOLIDADO			
	2º Semestre		
	2014	2014	2013
Depósitos de poupança	442	934	807
Títulos e valores mobiliários no exterior	66.252	122.645	129.582
Depósitos interfinanceiros	20.206	36.532	38.316
Depósitos a prazo	387.797	761.220	615.304
Operações compromissadas	12.115	14.066	4.360
Despesas de juros sobre debêntures	111	236	8.154
Despesas de letras do agronegócio - LCA	16.860	30.472	24.383
Despesas de letras financeiras - LF	10.020	22.303	19.825
Outras	30.695	57.713	38.920
Varição cambial sobre títulos emitidos no exterior	278.521	192.513	200.732
Total	823.019	1.238.634	1.080.383

f) Despesas (receitas) com empréstimos, cessões e repasses

BICBANCO MÚLTIPLO			
	2º Semestre		
	2014	2014	2013
Repasses Funcafé/BNDES	4.524	5.623	2.741
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	29.283	56.730	88.481
Variações cambiais sobre empréstimos e repasses	302.207	203.851	314.290
Total	336.014	266.204	405.512

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

BICBANCO CONSOLIDADO			
	2º Semestre		
	2014	2014	2013
Repasses Funcafé/BNDES	4.524	5.623	2.741
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	29.398	56.846	88.499
Variações cambiais sobre empréstimos e repasses	303.142	205.073	314.559
Total	337.064	267.542	405.799

g) Outras receitas operacionais

BICBANCO MÚLTIPLO			
	2º Semestre		
	2014	2014	2013
Recuperação de encargos e despesas	1.078	4.575	3.562
Remuneração de recursos recolhidos ao BACEN	94	188	175
Rendas de títulos de crédito e por venda de bens	9.020	17.519	11.698
Atualização de depósitos em garantia	3.279	6.697	10.704
Reversão de contingências fiscais	–	–	28.432
Reversão de provisões operacionais	255	501	8.269
Outras rendas operacionais	13.723	28.840	8.403
Total	27.449	58.320	71.243

BICBANCO CONSOLIDADO			
	2º Semestre		
	2014	2014	2013
Recuperação de encargos e despesas	1.078	4.543	3.452
Remuneração de recursos recolhidos ao BACEN	94	188	175
Rendas de títulos de crédito e por venda de bens	9.074	17.672	11.868
Atualização de depósitos em garantia	3.279	6.697	10.704
Reversão de contingências fiscais	–	187	28.432
Reversão de provisões operacionais	384	969	10.142
Outras rendas operacionais	16.730	33.838	10.120
Total	30.639	64.094	74.893

h) Outras despesas operacionais

BICBANCO MÚLTIPLO			
	2º Semestre		
	2014	2014	2013
Descontos concedidos em antecipações e renegociações	6.569	34.596	11.527
Constituição/Reversões de provisões trabalhistas e cíveis	34.237	40.712	3.079
Despesas de atualização - contingências fiscais e previdenciárias	18.572	34.571	27.775
Comissões crédito consignado	15.746	35.367	30.913
Programa de remuneração e retenção de funcionários	10.908	25.069	64.494
Patrocínios - programas incentivados	–	–	406
IOF sobre operações de câmbio próprias	455	2.516	1.282
Outras despesas	16.203	31.121	6.361
Total	102.690	203.952	145.837

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

BICBANCO CONSOLIDADO			
	2º Semestre		
	2014	2014	2013
Descontos concedidos em antecipações e renegociações	6.569	34.596	11.527
Constituição/Reversões de provisões trabalhistas e cíveis	38.131	47.855	9.065
Despesas de atualização - contingências fiscais e previdenciárias	19.393	36.425	29.777
Comissões crédito consignado	29.985	60.453	50.820
Programa de remuneração e retenção de funcionários	11.348	25.672	65.124
Patrocínios - programas incentivados	—	—	406
IOF sobre operações de câmbio próprias	455	2.516	1.282
Outras despesas	17.991	35.752	10.284
Total	123.872	243.269	178.285

i) Despesas de pessoal

BICBANCO MÚLTIPLO			
	2º Semestre		
	2014	2014	2013
Salários	65.484	129.052	115.932
Benefícios	9.828	19.312	17.567
Encargos sociais	24.256	44.424	41.691
Honorários da diretoria	5.837	14.320	14.575
Outros	487	900	793
Total	105.892	208.008	190.558

BICBANCO CONSOLIDADO			
	2º Semestre		
	2014	2014	2013
Salários	70.803	139.239	125.205
Benefícios	11.446	22.368	19.972
Encargos sociais	25.920	47.912	44.947
Honorários da diretoria	5.959	14.593	14.892
Outros	644	1.199	963
Total	114.772	225.311	205.979

j) Outras despesas administrativas

BICBANCO MÚLTIPLO			
	2º Semestre		
	2014	2014	2013
Despesas de aluguéis e taxas	13.319	25.907	24.311
Despesas de comunicações	1.238	2.529	3.245
Despesas de manutenção e conservação	3.358	6.689	7.210
Despesas de processamento de dados	5.818	12.174	13.229
Despesas de promoções e relações públicas	901	2.511	3.698
Despesas de propaganda e publicidade	1.217	2.154	2.035
Despesas de serviços do sistema financeiro	4.928	10.011	11.862
Despesas de serviços de terceiros	31.156	53.957	34.046
Despesas de transportes e viagens	1.633	3.839	4.900
Despesas de amortização e depreciação	12.173	28.460	35.586
Outras despesas	10.788	20.017	20.353
Total	86.529	168.248	160.475

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

BICBANCO CONSOLIDADO			
	2º Semestre		
	2014	2014	2013
Despesas de aluguéis e taxas	14.301	28.326	25.817
Despesas de comunicações	1.864	4.076	5.117
Despesas de manutenção e conservação	3.823	7.613	7.972
Despesas de processamento de dados	9.187	17.675	16.576
Despesas de promoções e relações públicas	919	2.532	3.709
Despesas de propaganda e publicidade	1.534	2.640	2.423
Despesas de serviços do sistema financeiro	6.429	12.888	14.774
Despesas de serviços de terceiros	35.322	63.061	41.409
Despesas de transportes e viagens	2.021	4.551	5.533
Despesas de amortização e depreciação	12.593	29.283	36.401
Outras despesas	13.289	24.829	24.940
Total	101.282	197.474	184.671

k) Despesas tributárias

Referem-se substancialmente às contribuições federais para PIS e COFINS que atingiram montante de R\$ 36.197 (2013 - R\$ 26.185).

l) Resultado das variações cambiais sobre ativos e passivos

No resultado da intermediação financeira foram computadas variações cambiais sobre ativos e passivos indexados ao dólar dos Estados Unidos, cuja composição líquida é a seguinte:

BICBANCO MÚLTIPLO			
	2º Semestre		
	2014	2014	2013
Operações de crédito	16.473	4.153	12.715
Títulos e valores mobiliários no exterior - Ativo	(1.262)	(1.245)	(6.980)
Mercado futuro - dólar	(16.212)	(18.258)	7.312
Opções flexíveis - dólar	42	53	-
Swap - dólar	374.877	261.845	312.311
Termo de moeda - dólar	(12.466)	(4.577)	(2.101)
Resultado de câmbio	224.879	168.844	189.155
Títulos e valores mobiliários no exterior - Passivo	(278.521)	(192.513)	(200.732)
Obrigações por empréstimos e repasses do exterior	(302.207)	(203.851)	(314.559)
Total	5.603	14.451	(2.879)

BICBANCO CONSOLIDADO			
	2º Semestre		
	2014	2014	2013
Operações de crédito	16.473	4.153	12.715
Títulos e valores mobiliários no exterior - Ativo	(1.262)	(978)	(6.980)
Mercado futuro - dólar	(16.212)	(18.258)	7.312
Opções flexíveis - dólar	42	53	-
Swap - dólar	374.877	261.845	312.311
Termo de moeda - dólar	(12.466)	(4.577)	(2.101)
Resultado de câmbio	224.888	168.852	189.155
Títulos e valores mobiliários no exterior - Passivo	(278.521)	(192.513)	(200.732)
Obrigações por empréstimos e repasses do exterior	(303.142)	(205.073)	(314.559)
Total	4.677	13.504	(2.879)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

m) Resultado não operacional

Refere-se basicamente a baixa de bens próprios e provisionamentos para ajuste ao valor de realização de bens ou outros ativos não operacionais.

BICBANCO MÚLTIPLO			
	2º Semestre 2014	2014	2013
Resultado na alienação de bens	(661)	(10.721)	(4.423)
Perdas de Capital	(3.494)	(5.159)	(2.150)
Despesa de Provisão para ajuste do valor de realização de bens	(56.043)	(67.325)	(1.315)
Outros	201	436	419
Total	(59.997)	(82.769)	(7.469)

BICBANCO CONSOLIDADO			
	2º Semestre 2014	2014	2013
Resultado na alienação de bens	958	(6.654)	(3.256)
Perdas de Capital	(3.494)	(5.159)	(2.150)
Despesa de Provisão para ajuste do valor de realização de bens	(58.797)	(70.000)	(1.503)
Outros	1.359	1.736	1.794
Total	(59.974)	(80.077)	(5.115)

31. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O BICBANCO está apresentando a demonstração de segmentos operacionais prevista no CPC 22. De acordo com esse pronunciamento, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrerem despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócios como sendo os seus segmentos operacionais:

- Atacado
- Varejo

O BICBANCO mantém a estratégia de focar as suas operações no segmento de atacado. Este segmento inclui transações de capital de giro de curto prazo garantidas por recebíveis, que o BICBANCO acredita ser um dos produtos mais rentáveis do segmento. Uma parcela significativa da carteira de atacado é representada por empréstimos de curto prazo que provêm ao Banco maior liquidez e um controle mais efetivo do risco. Adicionalmente o BICBANCO participa ativamente no mercado de câmbio com captações realizadas junto a bancos internacionais.

O segmento de Varejo inclui operações de crédito consignado para funcionários do setor público, um segmento, onde o BICBANCO tem operado por mais de dez anos e apresenta um baixo histórico de inadimplência.

Em 03 de novembro de 2009 o BICBANCO assinou o contrato de compra para adquirir 100% da Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos, ou Sul Financeira, uma companhia sediada na cidade de Porto Alegre para prover empréstimos para pessoa física (incluindo crédito consignado, crédito pessoal e financiamento de veículos) e para empresas de pequeno porte (incluindo desconto de títulos a receber).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

As informações do resultado condensadas e outros dados significativos são os seguintes:

BICBANCO CONSOLIDADO						
	2014			2013		
	Atacado	Varejo	Total	Atacado	Varejo	Total
Receitas da Intermediação Financeira	2.007.843	191.685	2.199.528	2.255.066	165.350	2.420.416
Operações de Crédito	1.358.523	131.997	1.490.520	1.474.125	164.326	1.638.451
Operações de Arrendamento Mercantil	29.505	–	29.505	57.819	–	57.819
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	273.648	2.692	276.340	134.211	1.024	135.235
Resultado com Instrumentos Financeiros e Derivativos	159.619	–	159.619	309.628	–	309.628
Resultado de Câmbio	242.156	–	242.156	277.228	–	277.228
Resultado de Aplicações Compulsórias	258	–	258	104	–	104
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros	(55.866)	56.996	1.130	1.951	–	1.951
Despesas da Intermediação Financeira	(2.661.893)	(119.591)	(2.781.484)	(1.669.121)	(90.859)	(1.759.980)
Captação no mercado	(1.143.600)	(95.034)	(1.238.634)	(1.012.301)	(68.082)	(1.080.383)
Empréstimos, cessões e repasses	(267.542)	–	(267.542)	(405.799)	–	(405.799)
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros	(655)	–	(655)	(14.107)	–	(14.107)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.250.096)	(24.557)	(1.274.653)	(236.914)	(22.777)	(259.691)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	(654.050)	72.094	(581.956)	585.945	74.491	660.436
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(500.707)	(62.100)	(562.807)	(415.903)	(53.915)	(469.818)
Receitas de tarifas de prestação de serviços e tarifas bancárias	85.671	10.079	95.750	92.001	5.047	97.048
Despesas de pessoal	(210.468)	(14.843)	(225.311)	(193.034)	(12.945)	(205.979)
Despesas tributárias	(50.622)	(5.975)	(56.597)	(67.454)	(5.370)	(72.824)
Outras despesas administrativas	(178.612)	(18.862)	(197.474)	(171.046)	(33.532)	(204.578)
Outras receitas operacionais	64.794	2.794	67.588	72.126	2.767	74.893
Outras despesas operacionais	(211.470)	(35.293)	(246.763)	(148.496)	(9.882)	(158.378)
Resultado Operacional	(1.154.757)	9.994	(1.144.763)	170.042	20.576	190.618
Resultado não operacional	(82.714)	2.637	(80.077)	(7.180)	2.065	(5.115)
Resultado antes da Tributação e Participações sobre o Lucro	(1.237.471)	12.631	(1.224.840)	162.862	22.641	185.503

BICBANCO CONSOLIDADO						
	2014			2013		
	Atacado	Varejo	Total	Atacado	Varejo	Total
Total em Ativos	14.361.973	1.189.444	15.551.417	14.491.769	1.014.437	15.506.206
Total em Passivos	13.277.365	1.054.604	14.331.969	12.664.579	889.444	13.554.023
Principal linha do Ativo						
Operações de Crédito	8.687.397	1.087.520	9.774.917	9.674.890	915.743	10.590.633
Principal linha do Passivo						
Depósito a Prazo	4.887.119	1.151.071	6.038.190	6.181.642	866.904	7.048.546

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

32. ACORDO DA BASILEIA

O Banco está enquadrado nos limites de requerimento de Capital ou “Índice de Basileia”, estabelecidos inicialmente pela Resolução nº 2.099/94 do CMN, com alterações introduzidas pelas Resoluções nºs 3.444/07 e 3.490/07; e Circulares nºs 3.360/07 e 3.644/13.

Em 1º de março de 2013 o BACEN editou um conjunto de quatro Resoluções e quinze circulares, conhecido por “Basileia III”, que estabeleceu novos requerimentos de capital para as instituições financeiras operantes no sistema bancário brasileiro, dentre elas a Resolução nº 4.192/13 que impôs medidas de impacto sobre a metodologia de cálculo do Patrimônio de Referência, em vigor desde Outubro/13, especialmente no tratamento dos créditos tributários e do Capital de Nível II composto no caso do BICBANCO, de dívidas subordinadas, conforme detalhadas na nota explicativa nº 26a.

BICBANCO MÚLTIPLO E CONSOLIDADO		
	Basileia III	Basileia III
Cálculo do Índice de Basileia	Dezembro/14	Dezembro/13
Patrimônio de Referência Nível I	1.160.451	1.964.622
– Capital Principal	1.160.451	1.964.622
Patrimônio de Referência Nível II	764.734	860.326
– Dívida Subordinada	764.734	860.326
Patrimônio de Referência	1.925.185	2.824.948
Risco de Crédito	1.374.929	1.440.195
Risco de Mercado	8.712	33.536
Risco Operacional	170.136	155.657
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	1.553.777	1.629.388
Índice de Basileia	13,63%	19,07%
Índice de Capitalização Nível I	8,22%	13,26%
Índice de Capitalização Nível II	5,41%	5,81%

33. DEMONSTRATIVO DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

BICBANCO MÚLTIPLO E CONSOLIDADO		
	Dezembro/14	Dezembro/13
Limite	962.593	1.412.474
Situação	192.178	136.072
Margem	770.415	1.276.402
Índice de imobilização	9,98%	4,82%

34. AVAIS E FIANÇAS PRESTADAS

a) As responsabilidades por avais e fianças prestadas montam R\$ 2.472.199 (Dezembro/13 - R\$ 2.145.362) e apresentam a seguinte concentração:

BICBANCO MÚLTIPLO E CONSOLIDADO				
	Dezembro/14	%	Dezembro/13	%
Maior tomador de fiança	143.446	5,80	127.957	5,96
10 Maiores fianças	716.076	28,97	633.035	29,51
20 Maiores fianças	1.114.633	45,09	942.083	43,91
50 Maiores fianças	1.650.211	66,75	1.388.037	64,70

b) As responsabilidades por avais e fianças honradas representam o montante de R\$ 5.166 (Dezembro/13 - R\$ 847) e estão classificadas na carteira de crédito de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do BACEN (nota 8a).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

35. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

O gerenciamento de riscos do Banco permite que os riscos inerentes sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Banco centralizou o gerenciamento dos riscos Socioambientais, Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isso resulta em uma visão global das exposições a que o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar essa estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos.

Atendendo à Resolução nº 3.988/11 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional, aplicável a todo o conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro. Existe política institucional e processos definidos com os procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação da estrutura de Gerenciamento de Capital.

Da mesma forma, atendendo à Resolução nº 4.090/12 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a estrutura de Gerenciamento de Liquidez foi estabelecida e implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definida a estrutura organizacional aplicável a todo o conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro, bem como aprovadas as políticas institucionais para o gerenciamento de liquidez.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios do Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

As políticas de gestão de riscos do BICBANCO destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. A Diretoria de Governança Corporativa compõem-se, dentre outros, de departamentos direcionados para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, do risco operacional, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas suportam os Comitês de Riscos, de Controles Internos, Operacional e Financeiro que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

I. Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.

II. Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

I. RISCOS QUE O BANCO SE EXPÕE

Na condução de suas operações, o BICBANCO está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

1. Risco Externo

É o risco relacionado a fatores externos e que não estão sob controle do Banco.

2. Riscos Financeiros

2.1. Risco de Crédito

Representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

2.2. Risco de Mercado

Representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos ativos financeiros do Banco, uma vez que suas carteiras ativas e passivas apresentam descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

2.3. Risco de Liquidez

Representado pelo descasamento no fluxo de caixa, decorrentes de dificuldade de se desfazer rapidamente de um ativo ou de se obter recursos, impossibilitando a liquidação de posições ou gerando responsabilidades em aberto.

O BICBANCO apresenta no Balanço Patrimonial o Passivo Circulante maior que o Ativo Circulante, contudo o Banco possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda (nota 5b) no montante de R\$ 1.046.706 mil, suficientes para a cobertura deste descasamento.

3. Riscos Não Financeiros

3.1. Risco Operacional

Representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

3.2. Risco Socioambiental

Dizem respeito aos riscos próprios e de seus clientes e fornecedores no que tange ao impacto social e ambiental de suas atividades. São convenientemente monitorados, já que estes aspectos podem interferir no desempenho do cliente e acarretar risco de crédito mais elevado. Por outro lado, podem referir-se ao tratamento dado pelas empresas clientes ao ambiente e à sociedade divergentes dos valores adotados pelo Banco, o que pode ocasionar risco de imagem e de reputação.

4. Risco Estratégico

É o risco de perda resultante de processos ou tomada de decisões que impactem a sobrevivência, crescimento ou obtenção de vantagem competitiva do Banco. O Banco dispõe de instrumentos e sistemas que permitem o monitoramento do resultado das ações e propiciam às pessoas a capacidade de reagir de forma rápida e incisiva quando se defrontam com um risco de grande magnitude, porém, ainda mais importante e eficaz, é a capacidade que têm de se antecipar ao risco e desenvolver um plano de minimização de impactos e de transformá-los de antemão.

II. GESTÃO DE RISCOS

A Política de Gerenciamento de Risco do BICBANCO define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

O Banco designou o Diretor de Controladoria responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central. O diretor indicado não é responsável por funções relacionadas à administração de recursos de terceiros ou de operações de tesouraria.

Gestão do Risco de Mercado

O Departamento de Gerenciamento de Risco de Mercado é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pelo Comitê Financeiro, assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por quatro principais tipos de medidas: posições (*stale positions*), sensibilidades (PV01), testes de estresse e o "Value-at-Risk" (incluindo testes de aderência e validações).

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do BICBANCO. O monitoramento e controle das posições do Banco, não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do Banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

Instrumentos para a Gestão do Risco de Mercado

Análise de Cenários

O Banco se utiliza de análises de cenários para testes de estresse, que são mecanismos importantes para entender a sensibilidade do capital e dos planos de negócio do BICBANCO em situações de eventos extremos. Além de considerar o efeito financeiro potencial sobre os planos de negócio, essa ferramenta fornece à Diretoria Executiva a possibilidade de estabelecer planos de ação para mitigar tais eventos, caso aconteçam. Exercícios periódicos são realizados para comparar o capital requerido existente com o volume demandado por cenários de estresse, incluindo a deterioração do cenário econômico global de forma mais severa. Técnicas qualitativas e quantitativas são utilizadas para estimar o impacto potencial sobre a posição de capital sob tais cenários.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

Estes instrumentos auxiliam na mitigação dos riscos apresentados por crises financeiras. Por outro lado, também se faz necessário a utilização de cenários analisados no passado, que podem representar informações privilegiadas na identificação de ações necessárias para a mitigação de riscos, quando eventos similares acontecem.

Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade demonstra o impacto que a mudança de um determinado fator de risco gera sobre a carteira do Banco. As análises de sensibilidade são uma métrica particularmente importante para o gerenciamento do risco de juros do Banco, visto que pequenas mudanças nos fatores de risco podem gerar perdas ou ganhos significativos quando consideradas todas as carteiras.

Com o intuito de medir a perda potencial em uma carteira devido a eventos extremos (baixa probabilidade) de mercado o Banco se utiliza do teste de estresse. A realização desses testes pela área de risco de mercado atende tanto às políticas globais do Banco quanto às exigências das autoridades reguladoras. Os testes de estresse são uma importante ferramenta para complementar o modelo primário de medida de risco (VaR).

A área de risco de mercado é responsável pela definição e revisão da metodologia interna utilizada para os testes de estresse, realização e monitoramento periódicos dos testes de estresse e elaboração dos relatórios de resultados dos testes. Também é responsável pela realização e definição dos parâmetros utilizados nos testes de estresse exigidos pelas autoridades reguladoras.

Value-at-Risk

O *Value-at-Risk* (valor em risco ou VaR) é uma importante ferramenta de gerenciamento de risco utilizada internamente e também utilizada para fins de cálculo de capital regulatório. Ele representa a máxima perda potencial esperada para um dado nível de confiança e por um determinado período de tempo (*holding period*). Os parâmetros empregados no cálculo do VaR podem variar de acordo com o perfil das posições que estão sendo analisadas.

Back testing

Back testing é um método utilizado na avaliação da qualidade do modelo de VaR utilizado pelo Banco. O método compara os resultados previstos pelo modelo de VaR com os resultados efetivos calculados pelas diferenças de preços de ativos e passivos marcados a mercado (P&L). Sua função é medir a capacidade de previsão de perdas potenciais do modelo de VaR sob condições normais de mercado, dado um determinado nível de confiança. Caso o P&L exceda o VaR temos um *outlier*, caso a quantidade de *outliers* supere o nível de confiança, o modelo é revisado.

O Banco, por intermédio da área de governança corporativa, tem como prática a utilização do *Back Testing* na validação e aderência do modelo de *Value-at-Risk* nas carteiras.

Limites

Os limites de risco de Mercado são importantes formas de controle utilizados para assegurar que as exposições estejam de acordo com o apetite de risco definidos. O Comitê Financeiro define limites de VaR tanto para a carteira *Trading* quanto para a carteira *Banking*, além de limites específicos destas, quando submetidas a estresse, e compara os diversos fatores de risco aos quais o Banco possa estar exposto. O tipo de limite a ser definido e monitorado será previamente determinado pela área de risco de mercado. A área de risco de mercado é responsável por garantir que todas as exposições aos fatores de risco estejam de acordo com os limites previamente estabelecidos e aprovados. O monitoramento das posições, independente da classificação das operações, e os resultados da Carteira *Trading* é obtido diariamente.

Cabe à área de risco de mercado apontar os excessos de limites de risco para um determinado fator de risco ao Comitê Financeiro, que deverá tomar as providências necessárias para a adequação da exposição, conforme política interna do Banco. Os limites de risco de mercado são revisados anualmente pelo Comitê Financeiro.

Em conformidade às políticas do Banco e aos normativos do BACEN que regem o assunto (Resolução nº 3.464 e Circular nº 3.354), as operações são divididas entre as carteiras de negociação (*trading*) e *banking* segundo o seguinte princípio básico:

Carteira de Negociação (*trading*): consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação de sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragens.

Carteira *Banking*: formada pelas operações que não estejam classificadas na carteira de negociação.

O processo de classificação de operações é definido pela área de negócios no momento da realização das operações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

Principais Riscos de Mercado Geridos

1. Risco de taxas de juros

O Banco e suas controladas utilizam recursos gerados por meio de suas atividades operacionais e, em especial, pela captação de recursos de clientes. Para complementarem suas necessidades de caixa, o Banco e suas controladas obtêm recursos substancialmente indexados à variação do CDI e é nessa possibilidade de flutuação que reside o risco em relação à taxa de juros. Para mitigar esse efeito, o Banco e suas controladas adotam a política de emprestar e financiar clientes preferencialmente em operações também indexadas ao CDI. Apenas o spread desses negócios está exposto à volatilidade do CDI, que poderá influenciar os resultados e lucro, se houver flutuações significativas.

2. Risco de taxa de câmbio (cupom cambial e dólar à vista)

A estratégia de gestão do risco cambial tem como objetivo não permitir impactos no resultado decorrentes de variação na cotação das moedas. Para tanto, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por meio de utilização de instrumentos financeiros derivativos.

O Banco adota a política de não gerar exposição relevante em moedas estrangeiras que exija capital para sua cobertura, em consonância com a sua principal atuação de negócios, que é a concessão de crédito. As posições de ativos e passivos do Banco estão em sua grande parte *em hedge* natural, em vista de suas aplicações e captações estarem indexadas ao CDI. Da mesma forma, as captações internacionais são protegidas através de *hedge* efetuado com derivativos apropriados.

A utilização de derivativos como *swaps* e contratos futuros de dólar têm o propósito de anular ou minimizar perdas cambiais com uma desvalorização acentuada do Real (R\$) perante as moedas estrangeiras. Após o *hedge*, essas operações permanecem casadas em termos de valor, prazos e moedas, trocando a exposição cambial inicial dos empréstimos pela exposição ao CDI. O Banco cuida para que os vencimentos das operações e seus *hedges* ocorram simultaneamente.

3. Risco de bolsa (BM&FBOVESPA)

Advém da posição da Tesouraria na sua carteira de *trading* e que pode conter posições em ações e futuros que apresentem riscos de volatilidade e, conseqüentemente, de impacto nos resultados.

4. Risco de inflação

Decorre de posições de títulos ou empréstimos realizados e indexados a índices de preços, cujo *hedge* é imperfeito ou inexistente. A política de exposição aos riscos não permite grandes impactos mesmo em cenário adverso, considerando todos os fatores de risco já mencionados. O Banco realiza seus negócios com gaps mínimos entre ativos e passivos, além de realizar *hedge* de suas operações em relação aos indexadores CDI, taxas de câmbio e inflação. Desta forma, não se espera que uma eventual volatilidade venha a alterar sobremaneira os resultados.

Gestão do Risco Operacional

Os riscos operacionais são revisados ao menos semestralmente, incluindo-se a avaliação de seus controles e ajustando-os de acordo com suas estratégias e do apetite ao risco. A governança do risco operacional é exercida pelos gestores, área de governança corporativa e riscos do Banco. A estrutura de gestão é distinta daquelas que lidam com o risco de mercado e de crédito permitindo um efetivo sistema de controles internos que visa à redução da probabilidade de erros humanos e irregularidades em processos, produtos e sistemas. Os Comitês de Risco e de Controles Internos determinam qual o nível aceitável de tolerância ao risco.

O cálculo da exposição ao risco operacional é mensalmente calculado e ajustado segundo a estratégia de atuação e o apetite ao risco determinado para o momento.

Gestão do Risco de Crédito

O BICBANCO possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os *ratings* de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Difere, portanto os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

O Banco aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados à capacidade de pagamento e default de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos e a aplicação de penalidades limitantes.

Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise. Em atendimento à Resolução CMN nº 3.721/09 e ao acordo da Basileia, refletido pelas circulares e resoluções recentemente emitidas pelo BACEN, que preveem um alinhamento com as recomendações internacionais no que diz respeito ao nível mínimo de capital.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

Ferramentas de *rating* para avaliação do risco de Crédito

O cálculo de risco de uma carteira com contratos contendo risco de crédito é feito principalmente através de uma medida estatística chamada *CreditValue-at-Risk* (VaR de crédito). O VaR com nível de confiança de 99% (padrão adotado pelo Banco) é a perda máxima esperada que um portfólio pode sustentar em 99% dos casos, desconsiderados os eventos raros cuja probabilidade de ocorrência é de apenas 1% ($100\% - 99\% = 1\%$), ou seja a quantidade de eventos cuja probabilidade de perda da carteira ultrapasse o valor do VaR é 1%. Os resultados são obtidos com a utilização da metodologia de simulação de Monte-Carlo. Trata-se de uma metodologia onde os eventos de crédito são simulados em um ambiente computacional para um número muito grande de vezes e os valores das perdas, para cada um dos cenários simulados, armazenadas e agrupadas estatisticamente em uma coleção de onde são calculados diretamente os valores em risco para cada um dos níveis de confiança.

Trata-se de uma metodologia atuarial que não considera os efeitos das taxas de juros sobre as exposições em risco, calculando as perdas em termos dos valores de face, ajustadas à taxa de recuperação determinadas pelo BICBANCO com base na avaliação e experiência histórica, uma vez que são as porções não recuperadas as exposições efetivas sob risco de crédito. Assim, o paradigma atuarial captura corretamente o componente de risco de crédito, ajustando as probabilidades de default aos vencimentos dos contratos. A metodologia de cálculo é sensível ao fato que contratos com vencimentos mais longos possuam maior risco de crédito do que contratos com vencimentos mais curtos.

A escala de risco é representada por uma escala numérica de 01 a 22 (1 = menor risco e 22 = maior risco), agrupa as empresas em classes homogêneas de risco, indica o grau de risco da empresa analisada e a respectiva probabilidade de inadimplência. A escala adotada apresenta 19 classes ativas e 03 indicativas de default e a indicação da probabilidade de inadimplência associada a cada classe de risco, que oferece a medida objetiva do grau de risco.

O cálculo do LGD (*loss given default*, ou perda decorrente de inadimplência) baseia-se na observação da recuperação de créditos inadimplentes, tendo em conta não só receitas e despesas vinculadas ao processo de recuperação, mas também o momento em que acontece e os custos indiretos decorrentes desse processo.

36. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) O Banco possui 37 pontos de atendimento no País e uma agência no Exterior. O quadro de funcionários está distribuído conforme abaixo:

	Dezembro/14	Dezembro/13
Operacional		
Comercial	196	217
Captação	6	7
Subtotal	202	224
Suporte e Controle		
Administrativo	336	325
Jurídico/Auditoria	26	25
Controladoria	94	79
Informática	112	93
Outros	1	9
Subtotal	569	531
Total	771	755

b) **Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais**

O BICBANCO é tomador de garantias junto aos organismos internacionais IDB (*Inter-American Development Bank*), IFC (*International Finance Corporation*) e devedor por empréstimos obtidos junto ao IIC (*Inter-American Investment Corporation*), IDB (*Inter-American Development Bank*) e IFC (*Internacional Finance Corporation*), DEG (*Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft Mbh*) e Proparco (*Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique*) para repasses a empresas brasileiras, com prazos que vão de 02 a 05 anos, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros mínimos (*financial covenants*), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. São também monitorados e trimestralmente aferidos pelos credores mencionados.

Abaixo uma seleção dos principais índices comuns à maioria dos contratos referidos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

BICBANCO CONSOLIDADO	Requerido
Capitalização (Basileia)	≥ 11%
Ativos Fixos + Investimentos Patrimoniais sobre "PR"	≤ 30%
Ativos Líquidos sobre Obrigações de Curto Prazo "PR" sobre total de ativos	≥ 80%
Créditos em atraso sobre Operações de Crédito	≥ 6%
Provisão Devedores Duvidosos sobre Créditos em Atraso	≤ 6%
Créditos D-H + Dações - Provisões sobre "PR"	≥ 100%
Créditos E-H + Dações - Provisões sobre "PR"	≤ 25%
Créditos E-H + Dações - Provisões sobre "PR"	≤ 13%
Maior devedor sobre "PR"	≤ 20%
10 maiores devedores de um décimo do PR, sobre "PR"	≤ 350%
Despesas Operacionais sobre Resultado Operacional	≤ 75%
Exposição Cambial por moeda sobre "PR"	≤ 15%
Exposição Cambial agregado de moedas sobre "PR"	≤ 25%
Gap de liquidez de 90 dias em R\$	> 0
Índice (%) de Gap de liquidez de 90 dias, sobre "PR"	> 0
Índice de risco de taxa de juros sobre "PR"	[-10%; 10%]
Índice agregado de risco de taxa de juros sobre "PR"	[-20%; 20%]
Gap de vencimento negativo por moeda sobre "PR"	≥ -250%

c) Benefícios pós-emprego a empregados

O BICBANCO não mantém nenhum plano específico de benefícios a empregados, com exigência de contribuições definidas ou responsabilidades como patrocinador.

d) Seguros

O Banco adota uma política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

e) Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa indireto

	BICBANCO MÚLTIPLO		BICBANCO CONSOLIDADO	
	Dezembro/14	Dezembro/13	Dezembro/14	Dezembro/13
Disponibilidades	173.694	306.893	175.098	308.503
Aplicações no mercado aberto	200	800.029	22.843	832.800
Aplicações em depósitos interfinanceiros	50.324	15.013	50.324	15.013
Aplicações em moedas estrangeiras	39.201	52.189	39.201	52.189
Total	263.419	1.174.124	287.466	1.208.505

f) Contratos de troca de fluxos financeiros - Swaps vinculados a Ações preferenciais do Banco

Conforme Fato Relevante divulgado em 11 de maio de 2012, foi informado aos acionistas e ao mercado em geral que o BICBANCO celebrou contratos de troca de fluxos financeiros - *Swaps*, com o Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A., no valor total de até R\$ 100.000 (cem milhões de reais), com prazo de até dois anos, equivalentes, de um lado à variação das ações preferenciais - BICB4 e de outro lado, contra uma taxa equivalente à variação do CDI acrescida de uma taxa prefixada. Na data do balanço o prêmio do *Swap* a pagar representa montante de R\$ 750 (Dezembro/13 - a receber R\$ 17.652). O valor de referência dessas operações em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 26.249 (Dezembro/13 - R\$ 71.861).

g) Alterações decorrentes da Medida Provisória nº 627/13

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

EM MILHARES DE REAIS

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e;
- O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para o COFINS.

A referida lei ainda será regulamentada, entretanto, em nossa avaliação, não haverá impactos futuros relevantes em nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

A Diretoria

Carlos José Roque
Diretor de Controladoria

Marta Regina Ruiz
CRC 1SP189688/O-9
Superintendente Contábil

BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Industrial e Comercial S.A. - BICBANCO foi instituído em atendimento à Resolução 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao estatuto social da Instituição. O Comitê é composto por três membros independentes, com mandato renovável por até cinco anos, sendo que um de seus membros integra o Conselho de Administração. Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas (i) ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do BICBANCO e de suas controladas; (ii) à qualidade e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, e (iii) à indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente. O Comitê atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento do Conselho de Administração, sem poder decisório ou funções executivas. Conforme a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a instituição teve seu controle acionário adquirido pelo CCB - China Construction Bank, através da CCB Brazil Financial Holding - Investimentos e Participações Ltda., sendo que as operações estão sendo conduzidas nesse contexto. Nesse sentido, aguarda-se o redirecionamento estratégico pelo novo controlador, ressaltando-se que a posse efetiva da nova administração ainda não ocorreu, visto ser dependente de trâmites junto às autoridades monetárias da China e do Brasil.

Atividades

No exercício de 2014, até esta data, o Comitê realizou formalmente 39 reuniões. O relatório do Comitê e este resumo foram aprovados em reunião de 12/03/2015. As atas e relatórios são regularmente encaminhados ao Conselho de Administração. O Comitê acompanha as determinações e apontamentos do órgão regulador, tendo inclusive mantido durante o período reunião específica com representantes do Banco Central do Brasil (BACEN). O Comitê de Auditoria analisou a qualidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Comitê de Auditoria avaliou as recomendações propostas pelas Auditorias Interna e Independente, bem como as determinações provenientes da área de supervisão do BACEN, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos, e acompanhando o processo de implementação das mesmas. O Comitê, com base nas informações e relatórios recebidos das áreas de controles internos e riscos, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios da Auditoria Independente, concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Instituição.

Sistema de Controles Internos

A Administração é responsável pela definição e implementação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da Instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN e da CVM. A Administração também é responsável pelo desenho e implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da Instituição. A Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração, é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação. A Auditoria Independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, como resultado de sua revisão dos controles internos para fins de emitir a opinião sobre as demonstrações financeiras, a Auditoria Independente produz relatório de recomendações sobre práticas contábeis e de controle interno, sem prejuízo de outros relatórios que também deva preparar, como os das revisões limitadas trimestrais. Cabe ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração na avaliação da qualidade e da efetividade das Auditorias Interna e Independente e quanto à qualidade e a suficiência dos sistemas de controle interno e das demonstrações financeiras.

Auditoria Interna

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisou o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações, especialmente nas áreas de crédito, riscos e controles internos, além de demandas específicas durante o período. O Comitê entendeu que a cobertura e qualidade dos trabalhos da Auditoria Interna ao longo do período foram realizadas com qualidade apropriada.

Auditoria Independente

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis pela KPMG Auditores Independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, cujo relatório, datado de 12 de março de 2015, apresenta-se sem ressalvas, com parágrafo de ênfase relacionado ao processo de transferência de controle acionário. Os principais pontos discutidos com os Auditores Independentes relacionaram-se com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria entendeu como adequada a política de independência na execução dos trabalhos da auditoria independente do BICBANCO.

Demonstrações Financeiras

O Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de contabilidade, controles internos, auditoria interna, riscos e com os Auditores Independentes, para análise das demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à sua preparação e apresentação, não se verificando diferenças que pudessem influenciar materialmente a situação econômico-financeira da instituição, conforme indica o parecer dos auditores independentes sem ressalvas.

BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A. RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Conforme constam das notas explicativas às demonstrações financeiras, a partir da transferência do controle acionário para o CCB, as operações da instituição passaram a ser conduzidas no contexto operacional de seu novo Controlador, e incluem a consistência das políticas internas, práticas operacionais, estimativas contábeis, entre outros, com o objetivo de adequá-las ao seu plano de negócios. No caso da classificação de riscos de clientes, a partir de setembro de 2014 a provisão para créditos de liquidação duvidosa passou a considerar critérios mais conservadores e seletivos em relação às práticas anteriores.

Recomendações

O Comitê de Auditoria reuniu-se com o Conselho de Administração, membros do Conselho e com Diretores da instituição, expondo suas opiniões e recomendações, no âmbito de sua atuação, tendo ainda discutido com o Conselho as recomendações apresentadas à Administração pelos Auditores Independentes e os resultados de ações fiscalizadoras do BACEN.

Conclusão

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, entende que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas auditadas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração da instituição.

São Paulo, 12 de março de 2015

Carlos Eduardo Sampaio Lofrano

Heraldo Gilberto de Oliveira
Presidente

Walter M. Machado de Barros

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Bicbanco - Banco Industrial e Comercial S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as demonstrações contábeis da instituição referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Com base em suas análises, e de acordo com o relatório sem ressalvas da KPMG Auditores Independentes, e as informações do Comitê de Auditoria, as referidas demonstrações refletem adequadamente a situação econômica, financeira e patrimonial e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

São Paulo, 12 de março de 2015

Khalil Kfour
Presidente

Sergio Marubayashi
Membro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores Executivos do Banco Industrial e Comercial S.A. ("BICBANCO"), sociedade por ações de capital aberto, inscrita no CNPJ sob nº 07.450.604/0001-89, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declararam que:

- (i) reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, relativamente as demonstrações financeiras do BICBANCO referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, e
- (ii) reviram/discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras do BICBANCO relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

São Paulo, 12 de março de 2015

A Diretoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Industrial e Comercial S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Industrial e Comercial S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Industrial e Comercial S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase

Transferência do controle acionário

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a partir da transferência do controle acionário do Banco, ocorrida em 29 de agosto de 2014, suas operações passaram a ser conduzidas no contexto operacional de seu novo Controlador e inclui a consistência das políticas internas, práticas operacionais, estimativas contábeis, entre outros, com o objetivo de adequá-las ao novo plano de negócios. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, referente ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de março de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0